

NOVA SÉRIE

REVISTA da MAIA

REVISTA CULTURAL da CÂMARA MUNICIPAL da MAIA



ANO II . N.º 02 . julho . dezembro . Diretor: Mário Nuno Neves



FICHA TÉCNICA

REVISTA DA MAIA – NOVA SÉRIE
ANO II, NÚMERO 2
JULHO/DEZEMBRO 2017

EDIÇÃO

Câmara Municipal da Maia
Pelouro da Cultura

DIRETOR

Mário Nuno Neves

EDITOR

José Maia Marques

CAPA

Manuel Magalhães. Retrato do
Dr. Carlos Pires Felgueiras; óleo
sobre tela de António Cruz;
coleção CMM

PROPRIEDADE

Câmara Municipal da Maia
©Todos os direitos reservados

ISSN: 2183-8437

CONTACTOS

E-mail geral:
cultura@cm-maia.pt

E-mail editor:
jmaiamarques@gmail.com

Web:
<http://maiacultura.cm-maia.pt/>

REVISTA da MAIA

ÍNDICE

Editorial

Mário Nuno Neves 3

Ano Europeu do Património Cultural – Uma oportunidade única para a Europa

Rui Patrício Sarmento Rodrigues 4

Destaque do Editor

José A. Maia Marques 8

ARTIGOS

Pedras de Armas - No itinerário heráldico do Concelho da Maia

Sérgio O. Sá 9

General Lemos: leal até ao fim – um maiato esquecido? Contributos para um ensaio biográfico

Gonçalo Marques 21

O «Cego Nabiça»: vida e desventuras de um poeta popular da Terra da Maia

José Augusto Maia Marques 31

A Indústria na Maia em 1881

Uma leitura ao Inquérito Industrial

Armando Tavares, Liliana Aguiar, Sara Lobão 45

A evolução administrativa do concelho da Maia

Do séc. XIX aos detentores de cargos públicos de hoje

Rui Teles de Menezes 55

VII Jornadas da Rede de Bibliotecas da Maia

“E se a biblioteca fechasse? Perspetivas de transformação”

Miguel Azevedo 65

NOTAS DE LEITURA

67

NOTÍCIAS

69

PRESENÇAS

72

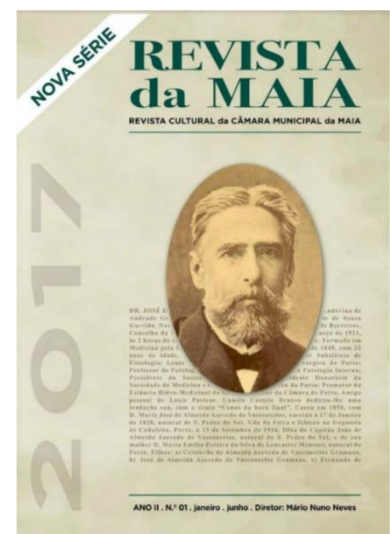
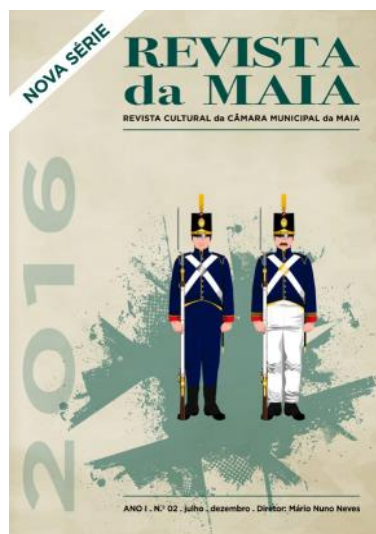
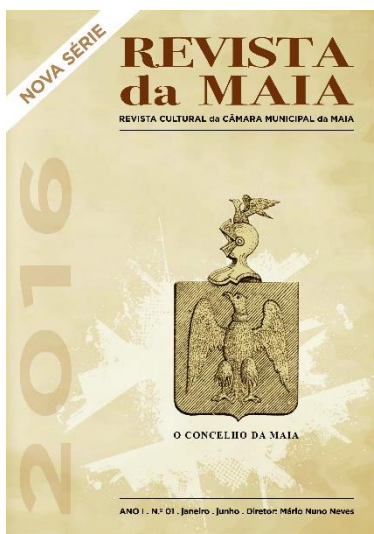
EDITORIAL

Com este número da “Revista da Maia – Nova Série”, completa-se o seu segundo ano de existência.

Como escrevi no segundo número, não pretendemos ser um repositório de “fait divers”, mais ou menos interessantes, mas uma publicação que procura chamar atenção para acontecimentos, factos e pessoas, com ligação à nossa terra, que de alguma forma tiveram importância no passado, recente ou remoto, e que essa importância tivesse sido suficiente para que os reflexos dela estejam ainda perceptíveis neste território que é físico, mas que também é mental.

E creio que o temos conseguido. Mobilizamos investigadores, alguns muito jovens, que congregamos com os técnicos da Câmara Municipal que também fazem investigação. E temos conseguido um excelente nível nos trabalhos apresentados, com mérito dos seus autores.

Apresentamos notas de leitura de trabalhos sobre a Maia ou feitos por maiatos e fomos dando a conhecer a participação da Câmara Municipal, através dos seus técnicos, em muitos acontecimentos culturais que ocorrem por esse país fora e até no estrangeiro.



Esta revista está aberta à colaboração de todos, desde que os trabalhos apresentados se enquadrem no seu espírito e garantam qualidade. Contactem o Editor, façam-lhe chegar trabalhos ou propostas e a Revista sairá enriquecida com isso.

Queremos que, cada vez mais, a «Revista da Maia – Nova Série» seja o grande repositório de trabalhos e notícias sobre a História e a Cultura Maiatas.

Mário Nuno Neves
(Diretor)

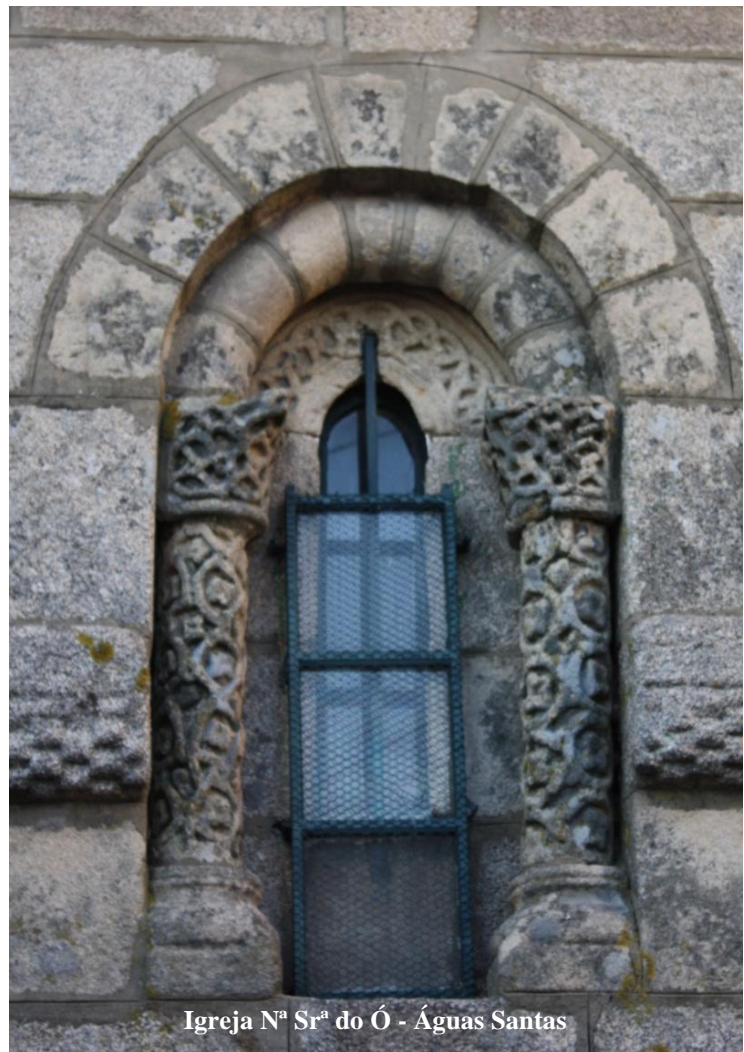
ANO EUROPEU DO PATRIMÓNIO CULTURAL - UMA OPORTUNIDADE ÚNICA PARA A EUROPA

2018 será o Ano Europeu do Património Cultural e acredito que uma oportunidade única para sensibilizar sobre a importância da cultura e do património cultural e recordar que o património cultural é de todos. Além de destacar o importante papel económico que desempenha o património cultural.

A contribuição do património cultural em termos de criação de valor, competências, emprego e qualidade de vida é subestimada. Este deve ser considerado um recurso partilhado e um bem comum administrado por conta das gerações futuras. Zelar pelo património cultural é, pois, uma responsabilidade comum de todas as partes interessadas “stakeholders”.

O património cultural abrange um amplo espectro de recursos herdados do passado, sob todas as formas e aspetos, tangíveis, intangíveis e digitais, incluindo monumentos, sítios, paisagens, competências, práticas, conhecimentos e expressões da criatividade humana, bem como coleções conservadas e geridas por organismos públicos e privados como museus, bibliotecas e arquivos.

O património cultural desempenha um papel importante para a



Igreja Nª Srª do Ó - Águas Santas

coesão da comunidade numa altura em que a diversidade cultural é cada vez maior nas sociedades europeias. Os locais distinguidos com a Marca do Património Europeu têm uma forte dimensão europeia, uma vez que foram selecionados pelo seu papel na história europeia. Juntamente com as Capitais Europeias da Cultura, esses locais contribuem para reforçar o sentimento de pertença dos cidadãos a um espaço europeu comum. Por conseguinte, deverá procurar-se novas abordagens interculturais e participativas para as políticas relativas ao património e as iniciativas no âmbito da educação que atribuem igual dignidade a todas as formas de património cultural têm potencial para aumentar a confiança, o reconhecimento mútuo e a coesão social, tal como igualmente demonstrado

pela cooperação internacional no âmbito do Conselho da Europa.

Será uma oportunidade única para mostrar como podem as ferramentas digitais aumentar o acesso ao material e às oportunidades culturais, fomentado o acesso ao material do património guardado nas bibliotecas, museus e arquivos através dos meios digitais.

Contribuirá seguramente para a promoção da diversidade cultural e do diálogo intercultural, a promoção da cultura como catalisador da criatividade e a promoção da cultura como elemento vital nas relações internacionais da União Europeia.

Servirá para nos termos do artigo 30º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual são partes a União e a maioria dos Estados-Membros, reconhecer o direito das pessoas com deficiência a participar, em condições de igualdade com as demais, na vida cultural e sejam adotadas medidas apropriadas para garantir que as pessoas com deficiência, tenham, nomeadamente, acesso a locais destinados a atividades ou serviços culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, a monumentos e locais de importância cultural nacional.

Objetivos

1. Os objetivos gerais do Ano Europeu consistem em incentivar e apoiar os esforços da União, dos Estados-Membros e das autoridades regionais e locais para, em cooperação com o setor do património cultural e da sociedade civil em geral, proteger, salvaguardar, reutilizar, valorizar e promover o património cultural da Europa. Em especial, o Ano Europeu:

a) Contribui para promover o papel do património cultural da Europa enquanto elemento central da diversidade cultural e do diálogo intercultural. No pleno respeito das competências dos Estados-Membros, o Ano Europeu destaca os melhores meios para assegurar a preservação e salvaguarda do património cultural europeu, bem como a sua fruição por um público mais vasto e diversificado, nomeadamente através de medidas para a captação de novos públicos e ações de educação em matéria de património, promovendo, assim, a inclusão e a integração social;

b) Reforça o contributo do património cultural europeu para a sociedade e a economia, através do seu potencial económico direto e indireto, o que inclui a capacidade para apoiar os setores culturais e criativos, designadamente as pequenas e médias empresas, e para inspirar a criação e a inovação, para promover o desenvolvimento sustentável e o turismo, para melhorar a coesão social e para gerar emprego de longa duração;

c) Contribui para promover o património cultural como um elemento importante das relações entre a União e os países terceiros, aproveitando o interesse e as necessidades dos países parceiros e os conhecimentos especializados europeus no domínio do património cultural.

2. Os objetivos específicos do Ano Europeu consistem em:

a) Incentivar abordagens ao património cultural centradas nos cidadãos, inclusivas, prospetivas, mais integradas, sustentáveis e intersectoriais;

b) Promover modelos inovadores de governação participativa e de gestão do património cultural que envolvam todas as partes interessadas, incluindo as autoridades públicas, o setor do

património cultural, os intervenientes privados e as organizações da sociedade civil;

c) Promover o debate, a investigação e o intercâmbio de boas práticas sobre a qualidade da preservação, da salvaguarda, da reutilização inovadora e da valorização do património cultural, bem como sobre as intervenções contemporâneas no contexto histórico;

d) Promover soluções que tornem o património cultural acessível a todos, inclusive através de meios digitais, eliminando as barreiras sociais, culturais e físicas, e tendo em conta as pessoas com necessidades específicas;

e) Realçar e reforçar o contributo positivo do património cultural para a sociedade e a economia através da investigação e da inovação, nomeadamente através do reforço da base de conhecimento do referido contributo a nível da União;

f) Incentivar as sinergias entre as políticas do património cultural e do ambiente pela integração do património cultural nas políticas ambientais, arquitetónicas e de planeamento, e pela promoção da eficiência energética;

g) Promover estratégias de desenvolvimento regional e local que explorem o potencial do património cultural, nomeadamente através da promoção do turismo sustentável;

h) Apoiar o desenvolvimento de competências especializadas e melhorar a gestão e a transferência de conhecimentos no setor do património cultural, tendo em conta as implicações da transição para a era digital;

i) Promover o património cultural como fonte de inspiração para a criação contemporânea e a inovação e realçar o potencial de enriquecimento recíproco e uma maior interação entre o setor do património cultural e outros setores culturais e criativos;

j) Sensibilizar para a importância do património cultural europeu através da educação e da aprendizagem ao longo da vida, em especial centrando a atenção nas crianças, nos jovens e nas pessoas idosas, nas comunidades locais e em grupos difíceis de atingir;

k) Realçar o potencial da cooperação em questões relativas ao património cultural para o fortalecimento dos laços na União e com países fora da União, e incentivar o diálogo intercultural, a reconciliação pós-conflito e a prevenção de conflitos;

l) Promover a investigação e a inovação no domínio do património cultural, facilitar a utilização e a exploração dos resultados da investigação por todas as partes interessadas, em especial as autoridades públicas e o setor privado, e facilitar a divulgação dos resultados da investigação junto de um público mais vasto;

m) Incentivar sinergias entre a União e os Estados-Membros, nomeadamente através do reforço de iniciativas para prevenir o tráfico ilícito de bens culturais;

n) Destacar, durante 2018, eventos de relevo que tenham uma importância simbólica para a história e o património cultural da Europa.

No que à Maia concerne, para assinalarmos este ano Europeu, temos preparadas um conjunto de iniciativas culturais que se revestem dessa importância simbólica para celebrar a história e o património cultural com destaque para as seguintes:

- Aposta num Serviço Educativo cada vez mais diverso e ativo e que se assuma como um

instrumento fundamental para a definição e realização de um amplo e contínuo projeto de educação patrimonial, capaz de difundir e valorizar a nossa rica história e fomentar a educação para a arte.

- O ano de 2018 tem uma importância simbólica e histórica para a Europa e o seu património cultural, uma vez que assinala um número importante de eventos, como seja o 100º aniversário do fim da Primeira Guerra Mundial e da independência de vários Estados-Membros. Pelo que levaremos a cabo uma exposição subordinada ao tema, que poderá, por conseguinte, oferecer aos cidadãos oportunidades para melhor entender o presente através de uma compreensão comum e mais enriquecedora do passado.
- Criação de 6 núcleos museológicos dedicados a várias temáticas: Moinhos de Água e Ciclo do Pão, Tamanqueiros, Santeiros, Traje Maiato, Mestre Albino Moreira e Mosteiro de Moreira, que permitirão após a sua abertura ao público, localizar, constituir, preservar e divulgar coleção de objetos, potenciar o crescimento turístico e valorizar recursos históricos e culturais do nosso território.
- A Música Vem ao Museu, com uma série de concertos de música clássica em monumentos, promovidos em parceria com o Conservatório de Música da Maia.
- Open Day da Arqueologia, através da realização de workshops e visitas dedicadas aos mais novos, tentamos reforçar a ligação do património à comunidade juvenil.
- Recriação histórica da Feira das Cebolas no centro histórico do Castelo da Maia, mantendo uma tradição secular e sensibilizando os participantes para a salvaguarda do património material e imaterial.
- Cortejo etnográfico, no âmbito da Romaria em honra de Nossa Senhora do Bom Despacho, promovemos um desfile com a presença dos grupos folclóricos dando a conhecer os trajes maiatos e as antigas profissões.
- Desmaterialização de um conjunto alargado de documentos permitindo o seu acesso universal, contribuindo dessa forma para o surgimento de novos artigos e estudos sobre a história local.

Assim, no que a esta Divisão de Cultura e Turismo diz respeito, fica o nosso firme compromisso de trabalhar mais e melhor na defesa de um modelo de desenvolvimento que tenha a Cultura no seu centro.

Um Bom ano do património cultural para todos!

Rui Patrício Sarmento Rodrigues
(Chefe da Divisão de Cultura e Turismo)

O DESTAQUE DO EDITOR

2018 e 2019 - anos fundamentais para a História da Maia



Quero relembrar aqui aos nossos leitores que 2018 e 2019 vão ser anos com muitas iniciativas importantes.

Em abril de 18, numa evocação da Batalha de La Lys teremos um Colóquio com a presença de vários especialistas nacionais no tema.

Em novembro teremos um Congresso onde estarão presentes alguns dos maiores estudiosos da Grande Guerra.

No dia 11 evocaremos o Armistício e sobretudo os Maiatos que combateram na Primeira Guerra Mundial.

Mas a partir de 30 de junho decorrerá uma grande exposição genericamente intitulada “A Maia e os Maiatos na Grande Guerra”, designação aliás que adotamos para todo o projeto em que ela se insere.

Pretende-se ter, nessa exposição, coisas “nossas” e da “nossa gente”. Por isso renovo aqui o apelo que vos lancei – se tiverdes alguém que, antepassados, na vossa família ou no vosso círculo de amigos, tenha participado na Grande Guerra, fazei-nos chegar a informação. Se tiverdes algum objeto que lhe tenha pertencido, cedei-o para a exposição, que terá todas as condições de segurança. Ou, pelo menos, permiti que o fotografemos ou digitalizemos. Se tiverdes um postal, uma carta, permiti que a publiquemos, mesmo omitindo os nomes se desejardes.

Quanto mais coisas e testemunhos da Maia e dos Maiatos tivermos na exposição, melhor.

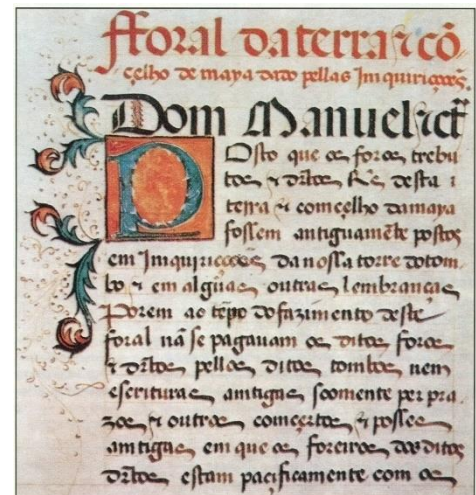
Já 2019 será o ano do 5º Centenário da outorga do Foral à Maia por D. Manuel I.

Será uma oportunidade de ouro para tratarmos temas como o municipalismo, a coesão social, a história e o território maiatos, o funcionamento das instituições municipais, etc., etc.

Haverá várias iniciativas que serão lançadas já este ano, já que envolverão a participação de escolas, agremiações e coletividades e cidadãos.

Vamos fazer colóquios, uma exposição itinerante, uma exposição de maior dimensão, um cortejo, reconstituições históricas, concursos literários e artísticos, publicações.

Será um esforço muito grande da Câmara Municipal, dirigido sobretudo aos seus munícipes. A todos os maiatos. Aos que já o são desde os seus antepassados, aos que o são há menos tempo, aos mais recentes e, mesmo, aos que aqui apenas pernoitam ou pouco mais. Conhecer a sua Terra, os seus costumes e a sua história é fundamental. Só assim se alcança a cidadania plena.



José Maia Marques
(Editor)

PEDRAS DE ARMAS

No itinerário heráldico do Concelho da Maia

Sérgio O. Sá*

Resumo: Aludindo às Pedras de Armas existentes no Concelho da Maia, pretende-se, com este trabalho, dar a conhecê-las e/ou evitar que sejam votadas ao esquecimento.

Palavras-chave: Heráldica, Pedras de Armas, Brasões, Maia.

Nota introdutória

Se surgiu, há vários séculos, por razões de ordem militar (?), de onde decorria a necessidade de identificação dos intervenientes nas acções de guerra e/ou de torneio, e se veio a desenvolver-se também por força da realidade resultante do distanciamento entre as grandes linhagens e a “plebe”, realidade essa que desde os primórdios da nacionalidade (refiro-me à realidade Lusa) não era estranha ao sistema político e social, hoje, a Heráldica apresenta-se com objectivos diferentes, sem, todavia, se desligar abertamente dos propósitos que a fizeram surgir.

Excluindo as vertentes modernas e sobretudo contemporâneas (heráldica comercial, industrial e desportiva, por exemplo), a que este trabalho não alude, poder-se-á dizer que a Heráldica já não objectiva fins, mas recorda-os; já não materializa honras, mas conserva-as; já não separa estirpes, mas reúne-as.

Observada sob diversas perspectivas, traduzida nas várias formas de expressão e materialização a ela inerentes, a Heráldica acabaria por se transformar num importante repositório de informações, consequentemente num meio de comunicação, num conjunto de dados que se complementam mutuamente ao conduzirem à observação de valores de ordem histórica, social, simbólica e artística que deles emergem: registo do tempo com as suas nuances de percurso; reflexos da vida de gentes; significação de sinaléticas e alegorias; harmonia formal e estética dos seus arranjos (que a numismática aproveita e de que a esfragística se serve) que timbram livros e pergaminhos, templos e túmulos, casas e palácios.

Tudo isto a Heráldica comporta. E em função de uma exigência de que as suas regras não abdicam (por vezes com excepções, é certo, tanto no cumprimento dos seus preceitos oficialmente estabelecidos como no que respeita à razoabilidade da função estética), houve de atravessar os séculos, sujeitar-se a contingências, transpor obstáculos para se afirmar, hoje, como ciência que é.

Pedras de Armas do Concelho da Maia

As páginas que se seguem têm o simples objectivo de dar a conhecer e/ou de não deixar esquecer, ainda que em jeito de inventário, um dos tipos de materialização heráldica¹, talvez o mais acessível à observação de

* Artista Plástico, Professor, Escritor. Investigador de Arte e História Local e Regional.

¹ A restante armaria existente no concelho, para além de ser escassa e repetitiva, expressa-se materialmente de modo diverso: pinturas, bandeiras, galhardetes, medalhas, emblemas.

quem se interessa por este género de património.

Em qualquer cidade ou vila e até dispersas pela paisagem rural, as pétreas composições vão permanecendo, geralmente à vista de toda a gente, na frontaria de edifícios, encimando portais ou fazendo parte de paredes rústicas.

Pedras de Armas – brasões de pedra, marcos da História e de histórias de gentes. A Maia, no alargado contexto do seu antigo território, também as tem. Mas o presente trabalho somente se ocupa dos exemplares encontrados no âmbito da sua actual circunscrição.

Da actividade de campo, efectuada em diversos momentos dos anos de 1980/90, foi possível, sem a certeza de não ter havido omissões, o levantamento de treze exemplares dispersos por sete das dezassete freguesias que então constituíam o Concelho da Maia. Do conjunto arrolado, predomina a heráldica dita de “Família”, com dez exemplares, ainda que de um deles, a tomar lugar, como os restantes, em propriedade particular, não tenha sido possível presumir eventual identificação. Os restantes três correspondem à heráldica de “Domínio”, sendo dois de Armas Nacionais e um de Armas do Concelho. Quanto a estes últimos, a sua relação com os respectivos referentes, na perspectiva simbólica, é verosímil e directa. Relativamente aos outros, que são em maior número, a atribuição das correspondentes armas torna-se difícil, dado o facto de um mesmo motivo heráldico poder ser atribuível a mais do que uma família.

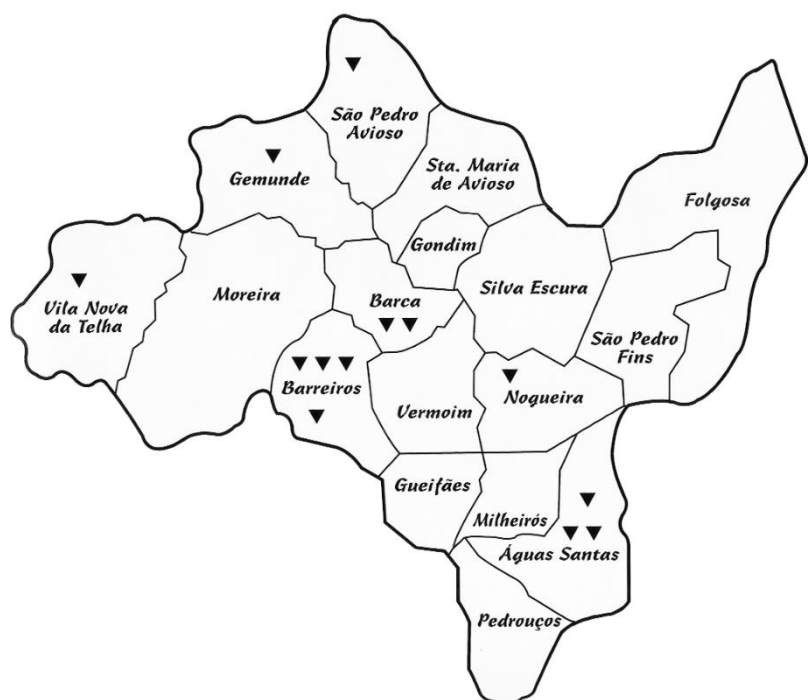
Para tais casos, frequentes na armaria em estudo, resta a combinação entre “metais” e “esmaltes” para que o brasonamento se defina, não sendo, porém, o que acontece, dado que todos os exemplares se apresentam falhos de tais indicações. Daí que, por agora, não seja oportuno ir mais além do que a descrição formal e material de cada um. É que a leitura/interpretação que deles se faça é susceptível de colidir com o significado que lhes atribuiu quem os deteve ou herdou como armas suas. Tal não impede, porém, que num ou noutro caso se proceda a breve abordagem, mesmo de pendor conjectural, que mais não pretende do que procurar encontrar vestígios que possam, eventualmente, sugerir outras pesquisas, nomeadamente no âmbito da Genealogia.

Roteiro

Agrupadas em dois sectores – Heráldica de Família e Heráldica de Domínio –, a abordagem recairá primeiramente nos exemplares do primeiro sector; depois nos do segundo.

O critério sequencial adoptado corresponde à ordem alfabética das freguesias representadas.

Mapa do Concelho



Brasão da Quinta da Corga – I

Sobrepuja o portão principal da propriedade, à Rua Central da Corga, em Águas Santas.

No interior, ao fundo de amplo quinteiro, ergue-se o edifício de habitação, antigo, mas reconstruído ou ampliado no século XVIII, de que são características a ala alpendrada do lado sul, com escada.

Talhado em granito, compõe-se de escudo de campo plano, ponta redonda e rebordo superior em linhas “côncavas”. Sobre o escudo, uma banda oblíqua com três crescentes em baixo-relevo e um leão de cada lado esculpidos em relevo médio.

O conjunto poderá ter a seguinte leitura heráldica: De [prata], uma banda de [azul] carregada de três crescentes de [oiro] e ladeada de dois leões de [púrpura], armados e lampassados de [vermelho].

Pela pesquisa realizada, de âmbito bibliográfico, tratar-se-á das armas adoptadas pelos BARBOSA, família que genealogicamente parece remontar aos primórdios da nacionalidade. Oriunda de terras de Espanha, viria a instalar-se no distrito do Porto, em terras de Barbosa, algures próximo de Cete, no concelho de Paredes².



Brasão da Quinta da Corga – I

Brasão da Quinta da Corga - II

Talhado em granito local, encontra-se embutido na fachada principal do edifício anteriormente referido. Escudo de contorno algo sui generis. Campo dividido em quatro partes por uma nervura que se salienta ligeiramente, percorrendo-o horizontal e verticalmente para se intersectar no centro, em ângulo recto. Cada uma dessas partes (quartéis) é rebaixada a partir da nervura vertical, deixando emergir as formas algo grosseiras de duas flores-de-lis e de dois leões em posição pouco definida. Assente num ornato que sugere uma tarja, o escudo é encimado por uma coroa aberta, indefinida nos seus remates, do interior da qual parece sair um gorjal que cobre o bordo superior do escudo, este ladeado de elementos de sinuoso andamento, sugerindo o paquife que não chega a ser.

A leitura heráldica poderá ser esta: Esquartelado, o primeiro e o quarto de (?), uma flor-de-lis de (?) virada à destra; o segundo e o terceiro de (?), um leão de (?). Coronel de nobreza.

Como em outros casos, não é possível, por agora, ir-se mais além. Trata-se de armas compostas, com certeza, podendo um dos ramos relacionar-se com as dos BARBOSA.

² Cf. ZOQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir. coord.), 1961, Armorial Lusitano, p. 81.

**Brasão da Quinta da Corga – II****Brasão da Quinta do Meilão**

Brasão da Quinta do Meilão

Ainda em Águas Santas, no sítio de Meilão. No interior da quinta ergue-se um edifício solarengo, do século XVIII, de insinuação barroca, do qual se destacam os frontões triangulares sobre as janelas da fachada principal, varandas, cornijas e cunhais, e do lado norte a bem escalonada escadaria, resguardada por robusto corrimão de pedra, rematado inferiormente por uma bem cinzelada voluta ao estilo da época.

Ao fundo, virada também para norte e integrada no corpo do edifício, a frontaria de uma capela, em pedraria de talhe menos requintado, no cimo da qual, incisa no granito, junto de outras inscrições, está a data de 1704 ou 1706 (?).

Na frente do edifício, entre os frontões que encimam as janelas do andar, adossado à parede e enquadrado na envoltura arquitectónica da fachada, impõe-se o exuberante brasão.

Talhado em granito, este espécime compõe-se de escudo de campo plano, cuja linha do partido se salienta ligeiramente, bem como a de contorno, à feição de debrum que também se adapta à proposta decorativa do conjunto. Dentro, numa das partes, figura uma cruz florenciada, vazada; na outra, cinco leões esculpidos quase a todo o vulto, mas sem grande carácter. O escudo é encimado por um elmo de configuração atarracada e pouco expressiva, no qual se apoia, como timbre, um elemento zoomórfico – leão. Do elmo saem, sem que seja nítida a sua inserção, sinuosos elementos que, descendo até à ponta do escudo, constituem o paquife. Na zona inferior, outros motivos decorativos rematam esta pedra de armas.

A sua composição sugere a seguinte leitura heráldica: Partido: o primeiro de (?), uma cruz florenciada de (?) e ligeiramente elevada; o segundo de [vermelho], cinco leões de [púrpura] em sautor, armados e lampassados de [oiro]. Elmo de [prata] guarnecido de [oiro] e virado à destra e paquife de (?) e de (?). Timbre: um leão do escudo.

Estas armas congregam duas referências. Pela pesquisa bibliográfica efectuada torna-se difícil a atribuição das armas do primeiro do partido, porquanto várias são as famílias que exibem a cruz florenciada vazia como armas suas. Daí poder tratar-se dos PEREIRA, mas também dos TOLOSA, dos MEDRANO, dos MEIRA, entre outros; hipóteses que não se colocariam se no momento tivessem sido identificados os primeiros

senhores da propriedade, o que não aconteceu. Quanto ao segundo do partido, trata-se das armas dos BARROSO.

Mas relativamente a estas últimas, se o brasonamento aqui proposto está de acordo com o livro do Armeiro Mor³, diferencia-se, no entanto, do de outras versões, entre as quais a do Armorial Lusitano, por exemplo, onde nos aparece o azul dos leões sobre o vermelho do campo (esmalte sobre esmalte), contrariando, até, as regras estabelecidas.

Brasão da Quinta do Crasto ou da Casa do Maia

Adossado à parede da casa de habitação, por cima da porta principal, à Rua do Crasto, na freguesia de Barca. O edifício é de arquitectura vernacular, incaracterístico. O brasão, de proporções atarracadas, está cinzelado em granito. Tem o escudo boleado de bico, campo plano e está assente sobre rudimentar tarja rematada superior e inferiormente por singelas volutas. Sobre o escudo uma barra na qual se talham três crescentes já esbotados, entre os quais se inscrevem os algarismos 1, 8, 7, 2. Uma cruz florenciada (?) toma lugar de ambos os lados da barra.

Que leitura heráldica se poderá fazer deste brasão? De (?), uma barra de (?) carregada de três crescentes de (?) voltados e ladeada por duas cruzes florenciadas de (?).



Brasão da Quinta do Crasto



Brasão da Casa do Neves

Brasão da Casa do Neves

Fica na Casa do Neves, à Rua de Paiço, em Barca, adossado à parede da casa-da-eira. O edifício de habitação é construção da primeira ou da segunda décadas do século XX, incaracterístico e sem interesse arquitectónico.

Em granito, este brasão deve ter sido produzido bem antes da casa onde se encontra⁴ e diferencia-se nitidamente dos restantes exemplares agora arrolados. De campo plano, o escudo é contornado por formas de insinuação arabesca que se acentuam ligeiramente para diante. Na parte inferior assenta uma cabeça de anjo, com asas, e sobre o campo uma cruz de extremidades pouco definidas, ladeada por representações zoomórficas não

³ Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa, Editorial Verbo, vol. 3, col. 732; FREIRE, Braamcamp, 1989, Armaria Portuguesa, Lisboa, p. 67.

⁴ Segundo Manuel Gens (1921-201), em conversa de acaso em 1996, este brasão terá feito parte de uma outra construção que existira num terreno contíguo aos da Quinta do Crasto, terreno esse então ainda denominado também "...da quinta".

facilmente identificáveis e encimada por uma forma concheada que envolve uma suposta flor-de-lis. De momento não é possível sugerir alusões a esta ou àquela família. Será que requiere outro enquadramento?

Brasão da Quinta de Santa Catarina de Sena

Encontra-se embutido na parede da propriedade com o mesmo nome, fronteira à Rua de Recamunde, no lugar do Outeiro, em Barreiros, hoje cidade da Maia. Intramuros ergue-se a casa de habitação, na qual se detectam acrescentos de várias épocas. Mas a raiz do edifício remonta, ao que parece, ao século XVII. Tem capela, esta também removida do local primitivo onde permanecem vestígios da mesma.

Embora a detenção destas armas também seja de há muito tempo⁵, talvez esta materialização granítica seja bem mais recente. O brasão compõe-se de escudo nacional, de campo plano, protegido por decoração de incipiente talhe. No campo, distribuem-se uma vintena de peças – novelos ou romãs? e vieiras – talhadas em relevo médio e divididas em grupos de cinco. É encimado por um elmo aberto, de configuração pouco expressiva, virado à sinistra e amparado lateralmente por formas sinuosas recortadas ao mesmo gosto.

Mas sem dados, não é fácil a atribuição destas armas. Trata-se de um esquartelado com cinco vieiras no segundo e no terceiro, que tanto podem aludir aos SEQUEIRA como aos PIMENTEL, por exemplo. E se o primeiro e o quarto estiverem preenchidos com romãs ou com novelos (?) logo podem integrar as armas dos RANGEL ou dos NOVAIS, respectivamente, ou de outras famílias. E o elmo virado à sinistra? Deslindar a questão implica, pois, que a investigação siga outros trajectos.



Brasão da Quinta de Santa Catarina



Brasão da Quinta da Boavista

Brasão da Quinta da Boavista

Permanece adossado ao lintel do principal portão de entrada na propriedade, à Rua Padre António, na freguesia de Barreiros, hoje cidade da Maia. No interior da quinta, bem afastado do ruído citadino, fica o edifício de habitação, já secular, mas em bom estado de conservação.

⁵ Segundo testemunho da então proprietária, Maria Emília Aroso Costa Oliveira, que se referiu ao Pe. José Pinheiro Duarte como tendo ele estudado alguma documentação relacionada com a propriedade, documentação a que o autor deste trabalho não teve acesso.

O brasão, cinzelado em granito, compõe-se de escudo boleado de bico com a linha de contorno ligeiramente saliente. De campo plano, sobre o qual se talha, a meio vulto, um leão e uma estrela de cinco pontas em cada canto. É encimado por um elmo semi-aberto virado à destra e ladeado por duas formas floridas fixas nos primeiros ramos dos elementos decorativos que, insinuando um paquife, descem de forma expressiva, exteriormente ao escudo, em direcção à sua ponta.

Heraldicamente poder-se-á ler do modo seguinte: de [vermelho], um leão de [oiro] armado e lampassado de [azul], cantonado de quatro estrelas também de [oiro?]. Elmo de prata e singela guarnição a oiro. Paquife (?) de [vermelho] e [oiro]. As estrelas referidas estão na vez das merletas, assinaladas no Armorial Lusitano⁶. Neste caso, não deverão ter a designação de moletas ou rosetas?

Trata-se das armas dos GRAMAXO. Idêntico brasão permanece inscrito no tampo tumular de um antigo membro desta família, no interior da igreja local.

Brasão do Visconde de Barreiros

Encontra-se na capela-jazigo do Visconde de Barreiros, no cemitério local, adossado à parede sobre a entrada do jazigo. Trabalhado em calcário branco, presume-se coevo daquela construção tumular, dado o aprimorado da sua execução e inserção no todo arquitectónico.

Escudo de recorte algo revivalista. Campo levemente abaulado e contornado por fina e bem definida guarnição, em jeito de debrum. Do campo sobressaem a representação de um leão e uma brica quadrada com um besante sobre si mesma. Sobrepuja o escudo um elmo em cuidada modelação, sobre o qual a representação de uma folha de figueira. Delicada decoração de características fitomórficas envolve lateralmente o conjunto, que é rematado inferiormente por uma estrela de nove pontas suspensa de uma estreita fita.

Em termos heráldicos poder-se-á fazer a seguinte leitura: De [prata], um leão de (púrpura) armado e lampassado de [vermelho] ou de [azul], acompanhado de uma brica-quadrada com besante posta no cantão direito do chefe. Elmo de (?) virado à destra. Timbre: uma folha de figueira de [verde].

José da Silva Figueira (1838 – 1892) era o nome do Visconde de Barreiros. Do conjunto brasonado parece poder presumir-se serem compostas as armas em questão, embora, se se atender aos elementos distribuídos pelo campo do escudo, tal não se observe. Se o primeiro apelido – SILVA – é o referente do leão, peça que se destaca do brasão, já ao segundo – FIGUEIRA – alude a folha que integra as armas dos FIGUEIRA e que aqui é, convencione-se, o timbre.

Atendendo-se ao observado, o responsável pela concepção destas armas terá pensado nos SILVA-FIGUEIRA. A brica-quadrada com besante é a diferença que, possivelmente, se reportará à ascendência paterna do nobilitado.



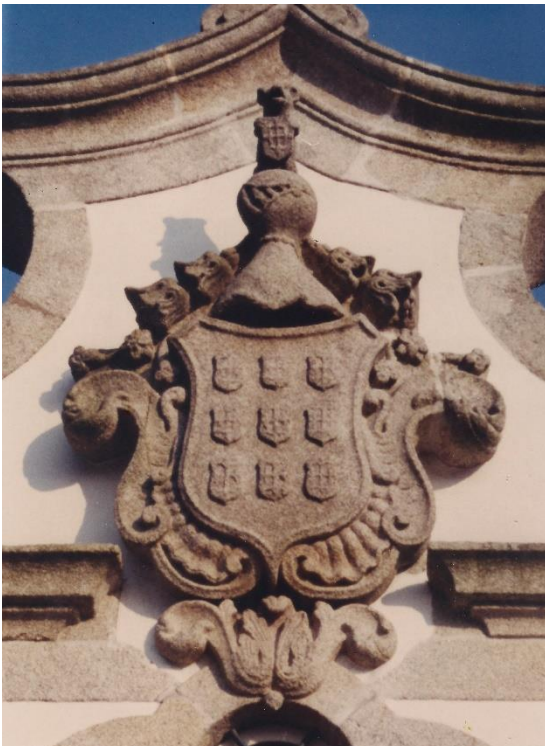
Brasão do Visconde de Barreiros

⁶ ZOQUETE, ob. cit, p. 259.

Brasão da Casa da Quinta

Pode ver-se na parte superior do frontispício da capela pertencente à casa de habitação supra-referida, no lugar de Barroso, em Nogueira.

A casa integra, na sua estrutura, arcadas interiores de aduelas bem aparelhadas que sustentam o andar. Do quinteiro, de chão empedrado, sobe, também em pedra, até ao piso superior, uma escadaria dividida em dois tramos. Ainda no quinteiro, uma fonte de inspiração barroca conserva inscrita a data de 1703. No exterior, voltada para a rua, uma fachada caracterizada pela sobriedade. E contígua a esta, no mesmo alinhamento, a frontaria da capela em que sobressai o barroco rural. É no alto da graciosa frontaria deste templo particular que, sobrepujando a abertura envidraçada que deixa passar a luz para o seu interior, se mantém, em excelente estado de conservação, adossado ao branco do reboco que a cantaria granítica envolve, o brasão com as armas dos MOREIRA⁷.



Brasão da Casa da Quinta

Cinzelado em granito, compõe-se de escudo boleado de bico, de contornos laterais e superior em arco inflectido, acompanhando a decorativa cartela em que assenta. Do campo, ligeiramente abaulado, sobressaem nove escudetes preenchidos com uma cruz de extremidades em flor-de-lis, em leve talhe, e toda a ourela de contorno que se debrua em plano de bisel. Encimando o escudo, um elmo de volumoso gorjal que se adianta. Sobre o elmo, um elemento zoomórfico (lobo) colocado de frente, com um escudete sobre o peito segurado pelos membros dianteiros. Da zona posterior do elmo sai um conjunto de formas decorativas que descem de ambos os lados para se rematarem na parte superior da exuberante cartela. Todo o conjunto está esculpido em rigoroso talhe.

A leitura heráldica aponta para: De [vermelho], nove escudetes de [prata] distribuídos em três palas, cada um carregado de uma cruz florenciada de [verde]. Elmo de prata guarnecido a oiro virado à destra, e cartela de [vermelho] e de [prata]. Timbre: um lobo de [vermelho] levantado e de frente, segurando sobre o peito um dos escudetes.

Relativamente ao timbre, alguma bibliografia também aponta para um lobo virado à destra, sainte, havendo quem o diga nascente e até passante⁸. Mas o que se vê no brasão aqui arrolado não apresenta tais características.

Brasão da Quinta de Paredes

Pode ver-se, fronteiro à rua do Património, em São Pedro de Avioso, sobre o portal principal da quinta. O edifício, com características “acasteladas”, conserva, na padieira de uma das suas portas, a data de 1616. Outra data – 1736 – está gravada no lintel da entrada para os aposentos anexos, a poder significar que o primitivo edifício, a ser anterior ao século XVII, bem cedo passou a beneficiar de acrescentos ou restauros. Aliás, isso continuaria a acontecer, pois a torre que o integra foi levantada em pleno século XX.

Sobre o brasão, em granito da região, que se encontra amparado por duas robustas volutas que

⁷ Cf. FREIRE, Braancamp, ob. cit., p. 341; ZOQUETE, ob. cit., p. 378; Enciclopedia Luso-Brasileira de Cultura, vol. 13, col. 1343

⁸ Cf. FREIRE, Braancamp, ob. cit., p. 341; ZOQUETE, ob. cit., p. 378; Enciclopedia Luso-Brasileira de Cultura, vol. 13, col. 1343

rematam, em altura, aquela entrada, observa-se que o escudo é redondo, mas de bico insinuado e de bordo superior em arco. O seu campo, onde se talham, em baixo-relevo, os elementos que o brasonam, é ligeiramente abaulado. O escudo assenta numa simples cartela decorada inferiormente por elementos fitomórficos, e todo o conjunto é encimado por um coronel bem cinzelado, mas de proporções que excedem as normalizadas pelas regras heráldicas, rematado por cinco florões quadrilobados.

Quanto à leitura heráldica, poder-se-á pensar em: Partido: o primeiro de [oiro], cinco estrelas de cinco raios de [vermelho] postas em sautor; o segundo, enxaquetado de [oiro] e de [vermelho] (?) ou de [prata] e de [azul] (?) ou de (?) e de (?).

Pela investigação bibliográfica efectuada, parece não ser difícil a atribuição destas armas, não querendo isto significar que a lógica histórica procurada não padeça de falhas de veracidade. Se dos COUTINHO parece tratar o primeiro do partido, já o segundo do partido é incerto, dadas as hipóteses surgidas.

Na linhagem dos COUTINHO, apelido de origem toponímica, segundo alguns genealogistas, que vem já de há séculos derivada da dos FONSECA, surge D. Vicente Viegas Coutinho, filho de Egas Garcia da Fonseca, Senhor do Couto de Leomil, e de D. Mor Pais de Curveira, e neto materno de D. Paio Pio Romeu e de D. Goda Soares da Maia.



Brasão da Quinta de Paredes

Por sua vez, ainda, Fernão Martins da Fonseca Coutinho (de cuja descendência haveriam de nascer aqueles que mais tarde seriam Condes de Marialva) viria a ser visavô de Fernão Coutinho, Senhor da Terra da Maia⁹, que passou a sê-lo por casamento com D. Maria da Cunha, neta de Gil Vasques da Cunha, a quem fora doada, por D. João I, em 1402, esta mesma Terra¹⁰.

Acrescente-se, entretanto, que o apelido VASQUES, patronímico de VASCO, já antes andava misturado com o de COUTINHO, o que deixa supor eventuais parentescos mais recuados. E até o aparecimento de MAIA na identidade de D. Goda, avó materna de D. Vicente Viegas Coutinho, suscita investigação mais aturada a levar a efeito se possível.

Força-se também a ideia de que MAIA, apelido de D. Goda, como se anotou, possa nada ter que ver com os MAIA da linhagem do Lidador, sobrinho em segundo grau (?) de D. Gonçalo Trastamires da Maia, família essa que veio a decair após a Idade Média¹¹, à qual o genealogista Manuel de Sousa e Silva¹², numa quintilha que lhe dedica, fala da «Gran Casa de Avioso».

Possa nada ter que ver, diz-se acima, pois outros MAIA terão vindo de outro ramo genealógico. No Dicionário das Famílias Portuguesas, de Luís de Lencastre e Távora, a páginas 238 pode ler-se que «os da Maia usavam por armas um enxaquetado de oiro e de vermelho»¹³.

Pelo exposto, e relativamente ao brasão agora arrolado, de armas compostas, parece poder falar-se,

⁹ AZEVEDO, Pe Agostinho de, 1939, A Terra da Maia – Subsídios para a sua monografia, Maia, vol. I, C. M. da Maia, cf. nota de rodapé, p. 73.

¹⁰ Cf. Idem, ibidem, p. 61

¹¹ TÁVORA, Luís de Lencastre e, 1989, Dicionário das Famílias Portuguesas, Lisboa, Quetzal Editores, p. 238.

¹² In ZOQUETE, ob. cit., p. 333.

¹³ Nada tendo que ver com as armas “de vermelho, uma águia de negro ou de púrpura, uma águia de oiro...” de raiz pré-heráldica que, na linhagem do Lidador, deram origem às armas do Concelho a Maia.

pelo menos como hipótese, das armas dos COUTINHO e das dos MAIA. No entanto, para o segundo do partido, dado que de enxaquetado são as armas de várias outras famílias, poder-se-á até conjecturar outras atribuições. Perspectiva não legítima e falha de rigor que não pode sobrepor-se a contínua e adequada investigação.

Maria Pigménia Afonseca Campo-Verde foi a última morgada da Casa de Paredes. De acordo com informações de descendentes seus¹⁴, as armas em questão são atribuídas a AFONSECA E CAMPO-VERDE.

Não tendo surgido oportunidade de se confirmar tal atribuição, não parecerá de todo descabido admitir-se que o primeiro do partido possa estar ligado aos FONSECA, de onde derivaram os COUTINHO, como atrás se anota. Mas o segundo do partido distancia-se de CAMPO-VERDE, ainda que em relação ao apelido CAMPO se deixe a interrogação, uma vez que nas armas deste apelido também há enxaquetado, como as armas da Casa de Paredes, embora o número de peças que o compõem seja reduzido, em comparação com o enxaquetado do pétreo brasão aqui estudado.

Brasão do antigo edifício dos Paços do Concelho

Figurava na parte superior da fachada norte, ao nível da cornija. Algum tempo depois da demolição do edifício, ocorrida em 1982, a Junta de Freguesia local tomou a iniciativa de o colocar num dos canteiros ajardinados do Parque de N.ª. S.ª. do Bom Despacho.



Brasão do antigo edifício dos Paços do Concelho

Compõe-se de escudo tipo “francês”, de campo plano, com a área envolvente estriada no sentido da vertical a indicar a cor heráldica que lhe cabe. No campo, cinco escudetes talhados em baixo-relevo, em cada um dos quais ainda se detectam os respectivos besantes correspondentes ao que determinam as Armas Nacionais. À volta do escudo, talhadas em relevo médio, distribuem-se sete configurações representando outras tantas torres. O conjunto heráldico, de contornos debruados, assenta numa tarja simples, recortada e também debruada, de pontas enroladas para trás. De leitura objectiva, são: De [prata], cinco escudetes de [azul] em cruz, carregados de cinco besantes também de [prata] postos em sautor; bordadura de vermelho carregada de sete castelos de [oiro].

Estas armas correspondem, pela sua composição e descrição, às Armas Nacionais, últimas da Monarquia, de cuja coroa real que as encimava se desconhece o paradeiro. As peças que carregam a bordadura apresentam-se aqui como que de torres heráldicas se trate. Descuido de quem as desenhou ou lavrou.

Brasão do Largo do Padrão

Encontra-se no Largo do Padrão, em Gemunde, próximo da igreja paroquial, na face principal do pedestal quadrangular do monumento que dá o nome ao largo, o Padrão Comemorativo da Restauração

¹⁴ Informações prestadas pessoalmente por Doroteia e Cândida Oon Vale Cunha d'Eça e António Manuel C. Oon Vale, filhos de Inácio Constantino Oon Vale Eça Menezes, trinetos de Maria Pigménia Afonseca Campo-Verde.

Nacional.

Em granito, como o restante monumento, é lavrado em relevo médio e data de 1940. O escudo é do tipo boleado antigo, quase lanceolado, de campo plano com a área do chefe ligeiramente recuada para permitir maior relevo à ave lá representada, a qual, porque das Armas Municipais se trata, é uma águia, embora pouco expressiva no talhe. No centro do escudo, três formas sugerindo espigas de pragana, cruzadas e atadas por uma fita em laço, com uma cruz de cada lado insculpidas a baixa profundidade. Na parte inferior, duas saliências – burelas – levemente onduladas.

Leitura heráldica: De [oiro], um molho de espigas de [verde] cruzadas em ponta e atadas de [vermelho], ladeadas pela Cruz do Templo e pela Cruz de Malta, ambas de [vermelho]. Chefe de [negro] carregado de uma águia de [oiro] sainte. Em contrachefe, duas faixas ondadadas, uma de [azul] e outra de [prata]. Trata-se das armas do Concelho da Maia.

O monumento em que as armas se inserem posiciona-se na vertical. É encabeçado por um maciço de secção quadrangular, como o pedestal, e tem numa das suas faces também as Armas Nacionais.



Brasão do Largo do Padrão



Brasão da Rua da Igreja

Brasão da Rua da Igreja

Insere-se no pedestal do cruzeiro comemorativo da Fundação e da Independência de Portugal, erecto no início da Rua da Igreja, em Vila Nova da Telha. Monumento simples, mas bem lavrado, esbelto e até com alguma imponência, data de 1940.

Adossado às faces do pedestal quadrangular que assenta numa ampla base de módulos sobrepostos em três degraus, o escudo, que se repete por mais duas faces, apresenta-se lanceolado e de ponta ligeiramente adiantada. Sobre o campo talham-se as Armas Nacionais: cinco escudetes e, em cada um, cinco pequenas proeminências cilíndricas correspondentes aos respectivos besantes.

A leitura heráldica é: De [prata], cinco escudetes de [azul] em cruz, carregados de cinco besantes também de [prata] postos em sautor.

O escudo vazio, virado a norte, tem a seguinte inscrição distribuída por cinco linhas gravadas: CENTENÁRIO / VIIIº FUNDAÇÃO / IIIº INDEPENDÊNCIA / 1140 – 1640 – 1940.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, Marquês de, (1992), Introdução ao Estudo da Heráldica, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa-Biblioteca Breve.

AZEVEDO, Pe Agostinho de, (1939), Subsídios para a sua monografia, Maia, Edição da Câmara Municipal.

AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, (1966), Uma Interpretação Histórico-Cultural do Livro do Armeiro-Mor: fastos significativos da história da Europa reflectidos num armorial português do séc. XVI, Lisboa, Edição de Autor.

FREIRE, Braancamp, (1989), Armaria Portuguesa, 2ª ed. fac-similada, Lisboa, Cota d'Armas, Editores e Livreiros.

LANGHANS, F. P. de Almeida, Heráldica – Ciência de Temas Vivos, Lisboa, Gabinete de Heráldica Corporativa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa, (1990), Portugal Antigo e Moderno – Dicionário, Lisboa, edição fac-similada comemorativa do primeiro centenário da publicação da 1ª edição, Cota d'Armas, Editores Livreiros.

MATOS, Armando de, (1941), Manual de Heráldica Portuguesa, Porto, Fernando Machado & Cª Lda. Editores Livreiros.

MATOS, Armando de, Pedras de Armas de Portugal, Porto, Livraria Fernando Machado & Cª. Lda. Editores Livreiros.

TÁVORA, D. Luis de Lencastre e, (1989), Dicionário das Famílias Portuguesas, Lisboa, Quetzal Editores.

ZOQUETE, Afonso Eduardo Martins, (1987), Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica, 3ª ed., Lisboa, Representações Zairol, Lda.

ENCICLOPÉDIA Luso-Brasileira de Cultura, vols 3, 9, 12, 13, 15, Lisboa, Editorial Verbo.

General Lemos: leal até ao fim – um maiato esquecido? Contributos para um ensaio biográfico¹.

Gonçalo Marques*

Resumo: Com a presente investigação, procura-se sintetizar, de entre as várias e principais fontes coevas disponíveis, um percurso biográfico de José António Azevedo Lemos, ilustre maiato nascido no lugar de Pereira, freguesia de Vilar (hoje pertencente ao Concelho de Vila do Conde), figura hoje um pouco esquecida, mas que desempenhou um papel fundamental no decurso da Guerra Peninsular, da Guerra Civil entre Liberais e Absolutistas e, sobretudo, a sua zelosa dedicação e inquestionável lealdade à causa miguelista e ao próprio Rei D. Miguel.

O nosso propósito é o de revisitar memórias e traços de personalidade e caráter do General, procurando salientar um percurso militar e cívico marcante no Portugal Oitocentista. O nosso roteiro consiste em seguir as pistas que as fontes escritas e as evidências do terreno nos vão deixando.

Palavras-chave: Guerra Civil, General Lemos, Maia Oitocentista

“On my arrival at the camp”, says Commander Glascock, General Lemos drew out his troops under arms, according the customary mode when military punishment is about to be inflicted. Thinking it more becoming in a British Officer to recommend and act of clemency (particularly at the present crisis, and having previously succeeded in obtaining the satisfaction demanded), than to exhibit any feeling manifesting a spirit of revenge, so soon as the prisoner was brought forward, **I solicited the General to pardon him, which request, after making an impressive speech to the troops, was complied with, not more to my satisfaction than to that of General Lemos, who appears to be a truly humane and well disposed man**”.

John Marshall – *Royal Naval Biography: Or, Memoirs of the Services of All the Flag-Officers, Superannuated Rear-Admirals, Retired-Captains, Post-Captains, and Commanders*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, Vol. IV, part II, p. 513 (sublinhados nossos)

Prólogo

Principiar este trabalho com esta citação da obra clássica de John Marshall sobre a História da Marinha Britânica é, simultaneamente, uma necessidade e uma surpresa: primeiramente, porque o olhar de “quem nos vê de fora” é, tantas vezes, mordaz e lúcido, capaz de ver o que, na azáfama quotidiana, nem sempre nos é suficientemente (ou desejavelmente) claro. Por outro lado, há que registar que é com agrado que vemos que, muitas vezes, o retrato que os outros fazem de nós, é tantas vezes mais valorativo e “simpático” do que aquele juízo que os nossos próprios compatriotas fazem de nós. Tal é o caso: neste texto de Marshall é relatado um episódio decorrido durante o cerco do Porto, episódio sangrento e relevante que nos remete para o auge da Guerra Civil entre Liberais e Absolutistas e que, basicamente, mostra a piedade e Humanidade de um Comandante Militar (General Lemos) que não era aguardada pelos oficiais britânicos com qualquer base de expectativa. A nível de castigos corporais, os britânicos pareciam esperar mais dos oficiais miguelistas: mas José António de Azevedo Lemos mostrou-lhes que estavam enganados – que mesmo no estertor da Guerra, era possível ter alguma esperança na Humanidade. De sublinhar também a liderança que, naquela difícil batalha, o General teve junto dos seus homens – através da palavra inspiradora e do exemplo no

* Docente do Instituto Universitário da Maia (ISMAI) e do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC). Investigador Principal do CEDTUR-CETRAD. Doutor em História pela Universidade do Porto e Doutorando em Turismo e Ócio pela Universidad Rovira i Virgili – Facultat de Geografia i Turisme. Contacto: gmaiamarques@gmail.com

¹ Dedicamos este trabalho à Memória de Monsenhor Alberto Augusto Teixeira Dias (1930-2016), nosso Tio-Avô, que certamente gostaria de o ler.

campo de batalha: o nosso biografado percebeu que a única forma de ser reconhecido, estimado (e até admirado) pelos seus camaradas, era se passasse pelas mesmas privações e dificuldades pelas quais também eles passavam. E assim foi.

Assim começa, pois, o revisitar de uma personagem que, apesar de lembrada nas narrativas locais e nas ruas, está longe, muito longe, do protagonismo que realmente merece no espaço da antiga Terra da Maia, que bem (re)conheceu e projetou nas suas diversas missões junto de D. Miguel I.

Um percurso fundamental no Portugal Oitocentista

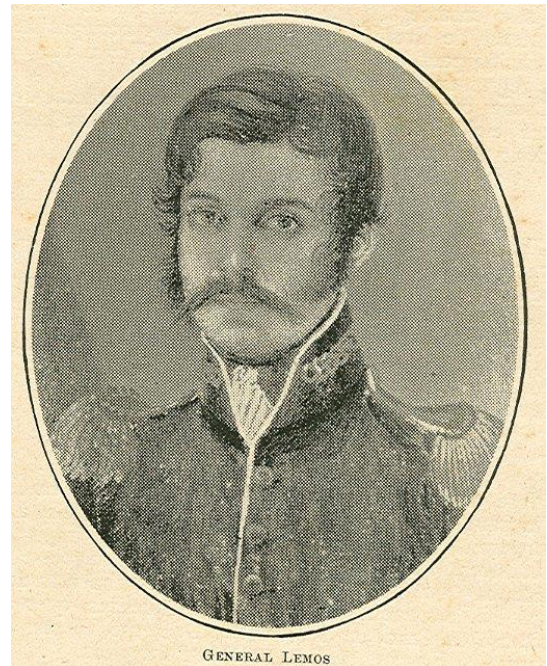
O General Lemos é uma figura lembrada na toponímia do território da antiga Terra da Maia – pelo menos no Largo General Lemos, no lugar de Pereira, na freguesia de Vilar e numa rua principal da sede de concelho, em Vila do Conde, bem junto do Centro de Memória – mas que a Memória coletiva acabou por sepultar, há muito, na confortável e cómoda prateleira do esquecimento. Mas porquê? Atrever-nos-íamos por começar este ensaio histórico justamente por aí:

1. Em primeiro lugar, José António de Azevedo Lemos pertence ao que, na História, designamos de “vencidos”, “derrotados”, já que apoiou a causa legitimista de D. Miguel I – contra os liberais de D. Pedro IV e Dona Maria II – tendo neste partido alcançado posição de grande relevo, chegando a líder supremo de todas as forças militares e, mais tarde, Ministro Plenipotenciário e Representante pessoal de D. Miguel, por exemplo, na Convenção de Évora Monte, onde ficou selada a paz depois de quase duas décadas de conflito entre liberais e absolutistas.

2. Em segundo lugar, José António Lemos não era membro da aristocracia. Pelo contrário, pertencia claramente às classes populares, visto que era filho de lavradores, como se verá. Raramente a “casta” privilegiada possibilitou que alguém que não lhe pertencia chegasse adiante nas suas aspirações. Dentro de um “clube” restrito, não se pede para entrar, espera-se que a admissão seja aceite em função das “regras” e da “etiqueta” próprias. Lemos sabia muito bem deste último aspeto e, por isso, nunca ambicionou uma posição de poder para si, contando sempre, é certo, com a confiança inquebrantável de D. Miguel na sua pessoa.

José António de Azevedo Lemos, primeiro Brigadeiro, depois General e, finalmente, como “Marechal de Campo” (em 1832), foi uma figura que desempenhou um papel muito relevante na nossa História Oitocentista, sendo hoje, praticamente, um desconhecido para a maioria dos cultores da nossa História Pátria, pese embora os notáveis serviços que prestou ao Reino e a sua devoção absolutamente extraordinária para com o Rei D. Miguel I, em nome de quem assinou a Convenção de Évora Monte (como seu Plenipotenciário) e que acompanhou para o exílio.

Pinho Leal chama-lhe “preclaríssimo varão que tanto figurou na história moderna de Portugal” (Leal: 1179). Nasceu no lugar de Pereira, na freguesia de Vilar, então concelho da Maia (hoje de Vila do Conde) a 1 de outubro de 1786 e faleceu, na sua residência lisboeta, na Rua de



Retrato do General Lemos, reproduzido em “A Terra da Maia”, do Pe. Agostinho de Azevedo

Buenos Aires (nº 6), a 16 de fevereiro de 1870, com 83 anos de idade e uma vida longa. Era filho de António de Azevedo Lemos e Ana Maria Antunes, um casal de humildes lavradores, sendo o primogénito de muitos irmãos. Pinho Leal conta-nos que “seus pais eram lavradores e tiveram muitos filhos, mas (honra lhes seja!) não descuraram a educação d’elles” (Leal: 1179). Verdade se diga que Lemos estava destinado a uma carreira sacerdotal e a cuidar do Património da Família e dos irmãos, informação validada e avançada por Pinho Leal na mesma fonte.

Foi com este intuito que José António foi enviado para o Seminário Diocesano do Porto. Do ponto de vista da sua formação educativa e intelectual, foi seminarista no Porto e no Convento do Carmo, em Santarém (onde se encontrava um seu tio), tendo tido o melhor aproveitamento em Latim, Francês, Filosofia, Farmácia e outras. O seu interesse pela área farmacêutica leva-o a ser um profundo conhecedor da área, o que não passou, certamente, despercebido aos religiosos. Mas o seu destino não era a carreira divina ou ministério sacerdotal. E Pinho Leal – mais uma vez – conta-nos como: em 1807, indo assistir a um exercício militar de um regimento comandado pelo futuro Conde de Barbacena, ficou arrebatado e apaixonado pelas lides marciais. Pediu para assentar praça e tornou-se secretário e adido do Conde de Barbacena.

Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, futuro Conde de Barbacena, em representação evocativa da Inconfidência Mineira, onde participou. Fonte: geocities.com



Com o advento da primeira invasão francesa, alista-se como voluntário no exército, no Regimento de Cavalaria nº 10, sendo depois empregue no Estado-Maior. Neste contexto, participou diretamente na Guerra Peninsular (desde logo no Buçaco), tendo-se destacado – de acordo com Pinho Leal – nas batalhas pirenaicas. Diz a nossa fonte que “em uma d’ellas (não sabemos bem se foi nesta última²) tomou aos francezes, com grande ousadia, uma bandeira, pelo que, sendo ainda sargento, foi elogiado na ordem do dia e nomeado alferes por distinção”. Mais adiante surge outra informação muito importante para mostrar o seu caráter e ligação à sua terra e família: “Logo que se lhe ofereceu ensejo, pediu licença e foi a Vilar surprehender seus paes, apresentando-se com as suas dragonas e banda d’alferes, imaginando lisongealos, mas a mãe recebeu-o com friesa, disendo que mais estimaria velo com o habito de São Francisco e o cordão da ordem. Sorriu-se elle, promettendo voltar a ve-los só quando fosse promovido a outros postos – e assim o cumpriu” (Leal: 1179). Com efeito, Lemos vai ao seio familiar e à sua terra natal na esperança de encontrar no calor da Família o conforto e o reconhecimento pelos feitos militares que havia alcançado. Ao invés, a sua mãe mostra frieza e distanciamento, revelando claramente que preferia ver o filho numa carreira eclesiástica do que na das armas. Lemos, com o seu espírito bonacheirão, terá certamente sabido ultrapassar da melhor forma o ocorrido e continuado o seu percurso: em 1827, com 41 anos de idade, ascende ao posto de

² Dos Pirenéus, portanto.

Coronel; em 1830, com 44, ao de Brigadeiro e, dois anos mais tarde, em 1832, ao de Tenente-General.

Alcançada a paz, depois da grande vitória de Waterloo, em 1815, partiu para o Brasil na companhia de Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, Conde de Barbacena, onde combateu nas regiões do Rio de Janeiro, Paraguai, Rio Grande do Sul e Baía. Regressado a Portugal, em 1823, foi nomeado comandante da Guarda e da Polícia do Porto – vulgo Guarda Municipal. Neste posto se manteve até 1826.

A lealdade a D. Miguel e ao legitimismo

Já em 1828, após a chegada de D. Miguel ao trono, é promovido a Coronel e encarregado do comando do Regimento de Infantaria n.º 1. Assistiu aos combates de Cruz de Merouços, Marnel e Vouga e liderou outras campanhas, tomando parte no Cerco do Porto. Pinho Leal conta-nos, sobre estas campanhas que: “sendo por vezes ferido e em uma d’ellas muito gravemente na cabeça, pelo que foi levado para a freguezia de Barreiros, onde carinhosamente o tractou e salvou um seu amigo e recebeu amiudadas visitas dos parentes”. Ou seja, o nosso biografado esteve no território da atual sede concelhia para se reabilitar e recuperar dos ferimentos e do cansaço das sucessivas refregas em que, entretanto, tinha participado. Foi na Maia – para além de ter nascido – que José António de Azevedo Lemos encontrou o espaço de convalescença ideal para se projetar numa carreira militar, política e até diplomática, muito respeitável.

Participou, também, na expedição às ilhas da Terceira e da Madeira, tendo comandado as tropas que desembarcaram na então vila da Praia (Açores) em 1829, sendo derrotado. A fidelidade do general e as suas capacidades de comando desde logo despertaram a atenção do Rei D. Miguel, que passou a ter em Lemos um dos seus mais próximos homens de confiança e um verdadeiro amigo.

Recusou aderir ao Exército Constitucional – nunca escondendo a sua devota lealdade à Causa Absolutista, que Pinho Leal assinala (Leal: 1180) – ainda que para tal expressamente convidado, sabidas as suas competências militares e de liderança.

Acompanhou D. Miguel no seu exílio depois da Convenção de Évora-Monte, em 26 de maio de 1834. Nesta, fica marcado o seu papel de firmeza negocial e de bom trato com Terceira e Saldanha por “a instancias de Lemos algumas modificações foram feitas na proposta dictada pelos vencedores” (Leal: 1180). Pelo seu comportamento em Turim, pelo seu bom conselho junto do Príncipe, mereceu grande estima e algumas mercês, por parte do Rei Carlos Alberto, da Sardenha, segundo nos conta o Marquês de Fronteira nas suas Memórias, uma das fontes importantes para a realização deste estudo:

“Depois de servida uma ceia, a qual não foi muito alegre, porque **a presença do General Lemos, General em Chefe do Exercito de D. Miguel, não permitia a homens bem educados que festejassem, na sua presença, a queda do seu Rei e a desgraça das suas armas**, recebi ordem do meu Marechal para acompanhar o General Lemos até aos seus postos avançados.

O General Lemos conhecia-me desde a infância, tinha sido protegido, durante toda a sua carreira militar, pelos meus próximos parentes Bellas e houve uma época da vida em que o encontrava diariamente no Palacio da Bemposta, pertencente a minha boa tia, Marqueza de Bellas [...]

A noite era bella, serena e com um luar como de dia. **O General, honra lhe seja feita, pensava pouco em si e muito no seu Rei e subordinados. Declarou-me que não o abandonaria e que estava decidido a partilhar a sua sorte como emigrado. Nada seria mais fácil para o General Lemos, na convenção de Évora Monte, se não fossem os seus sentimentos de lealdade, do que**

alcançar para si uma boa posição. Antigo Coronel, tendo feito as campanhas peninsulares, poderia exigir que lhe reconhecessem os postos que tinha obtido ao serviço do Usurpador; **segundo me consta, durante o debate nem uma só palavra disse a favor da sua posição**” (Memórias do Marquês de Fronteira, sublinhados nossos, pp. 95-96).

Esta posição de grande reverência e dignidade do General Lemos – muito incompreendida por tantos, como Napier e MacDonel, que se passaram para o campo liberal – foi admirada pelos seus próprios adversários, membros do Partido Liberal, como era o caso do Marquês de Fronteira e Alorna, D. José Trazimundo de Mascarenhas Barreto. Fica a imagem de um homem leal até ao fim, capaz de acompanhar o seu Rei mesmo na hora mais funesta.



Palácio Real de Turim, Itália, onde residia a Família de Sabóia e o monarca, Carlos Alberto. Fonte: Google



Carlos Alberto, Rei do Piemonte e da Sardenha. Faleceu, em 1849, na Quinta da Macieirinha (hoje Museu Romântico), no Porto, depois de uma vida atribulada. Fonte: Museu Romântico

Entretanto, como refere Carreira de Melo (1853, 314):

A entrada do general Lemos no commando do exército realista não foi ambicionada por este general, que tinha o bom senso de pensar que não era fidalgo, e que por isso não lhe seria possível obter um sincero apoio da classe privilegiada, constantemente provada nos commandos do exercito desde o começo da lucta. O general Lemos recusava pois semelhante honra, porém o senhor D. Miguel lhe ordenou positivamente que tomasse o commando do exercito, dizendo-lhe mais, que não se tendo podido arranjar a esquadra por falta de meios, estava resolvido a vender as suas joias (67) para com ellas se obter uma esquadra igual á de seus adversarios. Lemos obedeceu.

Outro dos traços de carácter de José António de Azevedo Lemos foi – percebendo que não tinha sido “abençoado” pelo sangue azul, tão valorizado (até excessivamente) no campo absolutista³): era filho de humildes lavradores do lugar de Pereira – ter tido sempre, bem dentro de si, os sinais da verdadeira nobreza: a de carácter que, como já nos foi dado a assistir, foi admirada e reconhecida pelos seus contemporâneos.

Conta-nos Pinho Leal sobre o nosso biografado, confirmando o que já lemos nos Marquês de Fronteira:

“José António de Azevedo Lemos, acompanhou o senhor D. Miguel, a Turim, onde ficou até 1849, data em que regressou a Portugal fixando a sua residência em Lisboa, onde casou com D. Rita Ferreira Pigott, viúva do general Pigott, senhora de avultada fortuna. Depois de uma vida tão acidentada e trabalhosa passou o resto dos seus dias muito tranquilo estimado e respeitado por todos e exercendo a mãos largas a caridade, vivendo alternadamente na Rua de Buenos Ayres, nº 6 e na sua casa de campo em Benfica, até que faleceu a 16 de fevereiro de 1870, contando 84 anos de idade. A viúva pouco tempo lhe sobreviveu e ambos jazem no cemitério oriental de Lisboa, em jazigo próprio. D. Miguel quis agraciá-lo com título de conde, graça que ele recusou” (Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno, Vol. XI, p.1179)⁴.



Edifício da Rua de Buenos Aires, nº 6, na atualidade. Aqui viveram José António Lemos e Rita Pigott. Fonte: Google Maps

³ Note-se que os Absolutistas tinham nas suas fileiras, em geral, a “velha” e “antiga” nobreza titulada, ciosa dos seus privilégios e tradições liberais, ao passo que os Liberais criaram uma nova nobreza, nomeadamente entre os líderes militares da Revolução, conhecida como os “Devoristas”, termo que nos surge referenciado numa importante obra de Vasco Pulido Valente, homónima.

⁴ Acessível em: https://archive.org/stream/gri_33125005925355#page/n537/mode/2up (consultada em 4/1/2018). Totalidade da obra: <https://archive.org/search.php?query=creator%3A%22Pinho+Leal%2C+Augusto+Soares+d%27Azevedo+Barbosa+de%22>



Retrato de D. Miguel I.

Fonte: Casa de Bragança

Regressando à imagem que nos foi transmitida pelo Marquês de Fronteira, bem se podia dizer que José António Azevedo Lemos teve todo o protagonismo da ação histórica, mas, na verdade, nada quis para si. Mesmo que fosse elevado à nobreza de título – graça que D. Miguel lhe queria conceder – nunca se sentiria um verdadeiro “par” do Reino, dada a sua natureza humilde e profundamente telúrica.

Lemos foi, afinal, o herói improvável, o aliado fidelíssimo, o apóstolo que, decerto, terá chegado tarde demais à causa, que é como quem diz, foi elevado ao comando das forças miguelistas tarde demais. Por outro lado, a sua posição convicta e leal, foi também elemento inspirador e catalisador de façanhas, numa época de profunda deserção e sedição.

Hipólito Raposo, insigne vulto do Integralismo Lusitano e grande interessado na História do Movimento Legitimista, reiterando muitos destes princípios e ideias, escrevia, em 1932, época em que ressurgiu o interesse pela figura enquanto paladino da causa da legitimação:

“Lemos nada quisera nem pedira para si. **O filho do povo, sempre tão desdenhado por certos fidalgos sem nobreza, que só mantinham o privilégio de ultrajar os nomes de avós ilustres, declarava que seguiria o destino do seu Rei, para o desterro.** Ao descer de Évora-Monte por entre oliveiras, dolorosamente simbólicas, esse General Azevedo Lemos, ladeado apenas dos seus ajudantes e do Marquês de Fronteira, que o acompanharia até aos postos avançados do Exército Miguelista, **representou ali a lealdade e a vencida dignidade do povo português, nessa noite de silêncio e de luar tépido, em que a História abriu as páginas à glorificação das suas virtudes militares**”.

(Fonte: Hipólito Raposo, in “A Voz”, a 26 de Maio de 1934, sublinhados nossos⁵)

Latinista seguro e firme, Lemos traduziu várias obras clássicas que deu à imprensa, no último terço da sua vida.

Deixou duas obras escritas, mais conhecidas, e que são uma incursão no campo memorialístico e historiográfico, “Rectificação de alguns factos da história contemporânea” e a “Vida de Lord Wellington”.



Hipólito Raposo em jovem. Fonte: Biblioteca Nacional

⁵ Citado em <http://patolasblogue.blogspot.pt/2016/04/a-paixao-de-evora-monte.html> (consultado em 4 de Janeiro de 2018).

Epílogo

Na sua edição de 17 de Fevereiro de 1870, escrevia o Diário de Notícias, a propósito do falecimento do General Lemos: “Abre-se hoje a terra da cova para receber o corpo de um que foi filho ilustre d’esta terra. É do Sr. José António d’Azevedo Lemos, que foi um dos mais bravos soldados da guerra peninsular e um dos mais ardidos e leais generais do ezercito do finado principe D. Miguel de Bragança e, por isso, um dos mais notáveis membros do Partido anti-Dinastico. A parte importante que este cidadão tomou nas cruéis luctas politicas que deram o throno a actual dinastia [...] nasceu na Maya, junto ao Porto [...] O Sr. Lemos, que ardia em desejos de se bater com os franceses, pediu passagem para infantaria 4, onde o coronel era seu amigo. Foi pois unir-se ao regimento [...] era pessoa muito esmoler. Entre os seus correligionários era estimado e venerado e tinha numerosos amigos no Partido Liberal. Presta-lhe hoje as honras militares no Cemitério dos Prazeres o Regimento de Infantaria nº 7”.

Procuramos deixar, neste breve ensaio biográfico, motivos mais que suficientes para revisitar uma figura que, tendo tido todos os “holofotes” da História junto de si, procurou a segurança da fidelidade dos seus ideais, o conforto da coerência e um deliberado “despojamento” e até afastamento do poder sem nunca, no entanto, ter deixado de sentir um fervilhante Amor pela sua Pátria e pela terra que o viu nascer que, verdadeiramente, nunca esqueceu e à qual, bucólica e intelectualmente, sempre regressou, dadas as opções que tomou na vida.

Fontes consultadas:

Arquivo Distrital de Setúbal (ADS) – Recorte do Diário de Notícias, edição de 17 de Março de 1870 [URL: <http://digitalq.adstb.arquivos.pt/details?id=1340562>]

Azevedo, Agostinho Antunes de (1939). A Terra da Maia: subsídios para a sua monografia. Maia: Câmara Municipal da Maia.

Melo, Joaquim Lopes Carreira de (1853). Compêndio da História de Portugal: desde os primeiros povoadores até aos nossos dias. Lisboa: Tipografia de Castro e Irmão

Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna, D. José Trazimundo de Mascarenhas Barreto (1861). Coimbra: Tipografia da Universidade, 5 volumes [disponível em URL: <http://purl.pt/12114/4/>]

Webgrafia:

Fórum Geneall [URL: <https://geneall.net/pt/forum/57154/general-lemos-das-tropas-miguelistas/>]



Bandeira do Regimento de Infantaria nº 7 ou “Terço de Setúbal”. Fonte: Exército

ANEXOS – Texto de Pinho Leal sobre Lemos no *Portugal Antigo e Moderno*

VIL

aldeia de Soutello—e appellidos curiosos, taes são:—*Pato e Ganso—Pisco e Carriço,—Basto e Ralo,—Teso e Molle,—Fermento e Massa,—Torta e Direita,—Carvalho e Pinheiro,—Bacalhau e Peia.*

José Antonio d'Azevedo Lemos

Este preclarissimo varão, que tanto figurou na historia moderna de Portugal, nasceu em 1 d'outubro de 1786 na povoação de *Pereira*, d'esta freguezia de Villar, e foi filho legitimo de Antonio d'Azevedo Lemos e de Anna Maria Antunes, ambos da dicta povoação.

Seus paes eram lavradores e tiveram muitos filhos, mas (honra lhes seja!) não descuraram a educação d'elles. Formaram em direito o Francisco, do qual adiante fallaremos, e tentavam ordenar o José, de quem no momento nos occupamos, destinando-o para administrar a casa e amparar os seus numerosos irmãos, entre os quaes era o primogenito. Com esse intuito mandaram-n'o para o seminario episcopal do Porto, onde estudou latim, francez e philosophia com raro aproveitamento.

Do Porto passou para o convento do Carmo de Santarem, onde era frade um seu tio. Ali estudou pharmacia e outras disciplinas com animo de professar na dita ordem, mas em 1807, indo ver o exercicio d'um regimento commandado pelo futuro conde de Barbacena, tal enthusiasmo sentiu pelas armas, que p-deu lhe assentasse praça e logo foi attendido e muito bem recebido pelo conde de Barbacena, que o empregou na secretaria do seu estado-maior e lhe dispensou sempre particular estima.

Assentou praça em cavallaria 10 e fez toda a campanha da península, assistindo a muitas batalhas e distinguindo-se na dos Pyreneus.

Em uma d'ellas (não sabemos bem se foi n'esta ultima) tomou aos francezes, com grande ousadia, uma bandeira, pelo que, sendo ainda sargento, foi elogiado na ordem do dia e nomeado alferes por distincção.

Logo que se lhe offereceu ensejo, pediu

VIL

1179

licença e foi a Villar surprehender seus paes, apresentando-se com as suas dragonas e banda d'alferes, imaginando lisongear-os, mas a mãe recebeu-o com friesa, dizendo que mais estimaria vel-o com o habito de S. Francisco e o cordão da ordem. Sorriu-se elle, promettendo voltar a vél-os sô quando fosse promovido a outros postos,—e assim o cumpriu.

Em 1827 já era coronel, contando apenas 41 annos de idade;—em 1830 era brigadeiro—e em 1832 tenente general.

Em 1815 partiu para o Brazil com o conde de Barbacena, seu velho amigo;—militou com distincção no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, no Paraguay, na Bahia e Pernambuco, e não querendo adherir á independencia do imperio, voltou para a metropole com a patente de coronel graduado.

Depois dos acontecimentos de 1823, foi nomeado commandante da guarda da policia, hoje guarda municipal, do Porto, cargo que muito honrosamente occupou até 1826, retirando-se do serviço militar n'aquella data, por ser opposto as idéas constitucionaes.

Pouco depois da chegada de D. Miguel em 1828, Lemos foi promovido a coronel efectivo e encarregado do commando de infantaria n.º 1. Assistiu aos combates da Cruz de Morouços, Marnel e Vouga—e fez toda a campanha do cerco do Porto, sendo por vezes ferido e em uma d'ellas muito gravemente na cabeça, pelo que foi levado para a freguezia de Barreiros, onde carinhosamente o tractou e salvou um seu amigo e recebeu amiaudadas vizitas dos parentes.

Tambem fez parte da expedição á Terceira e Madeira e, em seguida ao combate da Villa da Praia (11 d'agosto de 1829) regressou a Lisboa.

Em 1832 foi feito marechal de campo—e em 1833, em seguida ao incendio dos armazens da *Companhia dos Vinhos*, lavrou um protesto contra tão inaudito attentado, protesto que assignou com os consules inglez e francez.

Em 3 de novembro do mesmo anno ga-

1180

VIL

nhou em Alcacer do Sal uma brilhante victoria contra os liberaes, commandados pelo coronel Florencio.

Foi o ultimo commandante em chefe do exercito realista e coube-lhe a dolorosa missão de assignar no dia 26 de maio de 1834 a convenção d'Evora-Monte, como representante de D. Miguel, sendo no mesmo acto representantes de D. Pedro o marechal Saldanha e o duque da Terceira.

As circumstancias não podiam ser mais criticas para o partido de D. Miguel, mas a instancias de Lemos algumas modificações foram feitas na proposta dictada pelos vencedores.

—

Foi s. ex.^a convidado para adberir ao partido de D. Pedro, como adheriram muitos dos officiaes de D. Miguel, mas (honra lhe seja!) não renegou as suas crenças politicas e acompanhou D. Miguel para Turim, onde foi muito estimado por Carlos Alberto, rei da Sardenha.

Alli se conservou até 1849, data em que regressou a Portugal, fixando a sua residencia em Lisboa, onde casou com D. Rita Ferreira Pigott, viuva do general Pigott, senhora de avultada fortuna.

Depois d'uma vida tão accidentada e trabalhosa, passou o resto dos seus dias muito tranquillo, estimado e respeitado por todos e exercendo a mãos largas a caridade, vivendo alternadamente na rua de Buenos Ayres, n.º 6,—e na sua casa de campo em Bemfica, até que falleceu a 16 de fevereiro de 1870, contando 84 annos de idade.

A viuva pouco tempo lhe sobreviven e ambos jazem no cemiterio oriental de Lisboa, em jazigo proprio.

D. Miguel quiz agracial-o com o titulo de conde, graça que elle recusou.

Escreveu duas obras:—*Rectificação d'alguns factos da historia contemporanea*—e a *Vida de Lord Wellington*, seu commandante na guerra peninsular.

—

José Antonio d'Azevedo Lemos teve muitas irmãs e um irmão mais novo do que elle 12 annos,—Francisco José d'Azevedo Lemos—que se formou em direito e, depois de

VIL

exercer alguns cargos de confiança, foi juiz de fóra nos Arcos de Val de Vez; rebentando porem as luctas entre os liberaes e realistas, foi voluntariamente alistar-se nas fileiras da legitimidade, sendo seu irmão já coronel e commandante de um regimento.

Entrou em varios recontros, ficando em um d'elles estendido no campo com a cabeça mutilada; sendo porem levado para um hospital de sangue, sobreviveu e, a instancias do coronel, seu irmão, deixou a carreira militar.

Manuel d'Azevedo Lemos, outro irmão do general, ficou senhor da casa da *Pereira*;—casou e teve entre outros filhos, D. Emilia Maria Dias de Lemos. Casou esta com Antonio Gonçalves Barroso, de quem viuuvou, e hoje (1886) vive com um seu filho, Manuel Gonçalves Barroso de Lemos, na mesma casa da *Pereira*.

Das irmãs do general Lemos casou uma em *Villar de Pinheiro* e teve, entre outros filhos,—o rev. José Dias da Silva Lemos, actual reitor de Modivas, vigario da vara n'este 2.º districto ecclesiastico da Maia,—e Joaquim Dias da Silva Azevedo e Lemos, negociante em Pernambuco.

—

É tambem natural d'esta freguezia o rev. José Pereira Baptista Neves, hoje abbade de Lordello de Ouro, junto do Porto, tendo sido anteriormente abbade de Melres, no concelho de Gondomar.

É um parcho de bons costumes, independente e rico, pois herdou boa fortuna de um irmão, negociante no Brazil, e do rev. João Correia do Lago, seu antecessor na abadia de Lordello do Ouro.

Ao rev. sr. Joaquim Antunes d'Azevedo, natural da freguezia de *Villar de Pinheiro* e actualmente reitor da de Villa Nova da Telha, agradeço os apontamentos que se dignou enviar-me.

VILLAR D'ALLEN,—quinta d'este nome na freguezia de Campanhã, bairro occidental do Porto,—uma das quintas mais notaveis nas cercanias d'esta cidade, ao norte do Douro. Rivalisa com a da *Lavandeira*, na margem sul, freguezia de Santa Eulalia de Oliveira,—quinta muito mais luxuosa e que

O «Cego Nabiça»: vida e desventuras de um poeta popular da Terra da Maia¹.

José Augusto Maia Marques*

Resumo: Neste trabalho evoca-se a figura de António da Costa, por alcunha familiar o «Cego Nabiça» que, embora com sucesso, não deixou de ser um desditoso poeta popular da Terra da Maia, à qual quis estar sempre ligado.

Palavras-chave: Cego Nabiça, Terra da Maia, Poesia Popular, Cantigas ao desafio

O meu primeiro contacto com a figura do «Cego Nabiça» deu-se há mais de três décadas, quando li pela primeira vez a monografia sobre Vilar do Pinheiro escrita por Horácio Marçal (Marçal, 1950). Aí o autor, numa rubrica onde enumera alguns dos filhos ilustres da terra, refere-o, traça-lhe uma breve biografia e aponta algumas das suas obras.

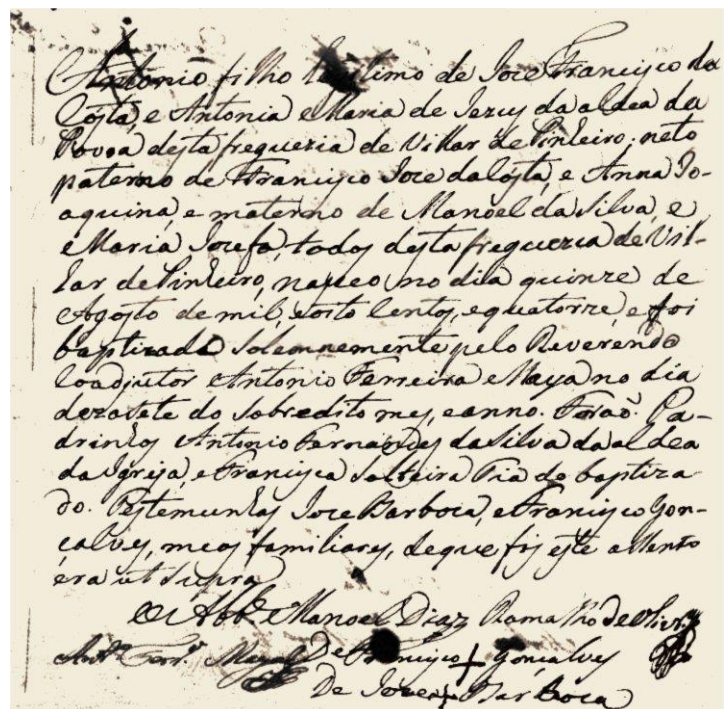
Achei muito curiosa a referência, mas só voltei ao tema em 1995 quando o saudoso Padre Manuel dos Santos Silva, pároco de Vilar do Pinheiro, resolveu dar a conhecer aos seus paroquianos este seu conterrâneo de há mais de 120 anos. Para isso fac-similou e distribuiu, com uma breve nota introdutória, alguns dos opúsculos que ele publicou.

Coligi algumas dessas cópias, juntei-lhe outras, pesquisei em bibliotecas, juntando alguma (pouca) bibliografia e, dada a forte presença da Maia nas coisas que deu à estampa, aqui está, nesta nova série da Revista da Maia o que consegui apurar.

Quem foi o «Cego Nabiça»

Transcrevo de seguida parte do seu assento de batismo, atualizando a grafia²:

“António, filho legítimo de José Francisco da Costa e Antónia Maria de Jesus da aldeia da Póvoa desta freguesia de Vilar de Pinheiro, neto paterno de Francisco José da Costa e Ana Joaquina e materno de Manuel da Silva e Maria Josefa, todos desta freguesia de Vilar de Pinheiro, nasceu no dia quinze de agosto de mil oitocentos e catorze, e foi batizado solenemente pelo Reverendo coadjutor António Ferreira Maia no dia dezassete do sobredito mês e ano.”



Assento de Batismo de Costa Nabiça

* Técnico Superior da Câmara Municipal da Maia. Investigador do CEDTUR/ISMAI

¹ Este trabalho é dedicado à memória do meu Tio, Padre Alberto Teixeira Dias, do meu Avô, Augusto Moreira Dias, e daquele que foi meu pároco e amigo durante muitos anos o Padre Manuel dos Santos Silva, pelas memórias sobre o Cego Nabiça que comigo partilharam.

² Nas transcrições atualizamos sempre a grafia para melhor compreensão.

Desta transcrição, vários factos ressaltam. Em primeiro lugar deduz-se que «Nabiça» é alcunha de família e não nome, já que nem o seu pai nem o seu avô paterno usam tal denominação.

Quando criança e jovem conheci bem em Vilar do Pinheiro vários membros desta família, que nessa altura continuavam a ser as «nabiças», mas passados estes anos não sei se ainda conservarão essa alcunha.

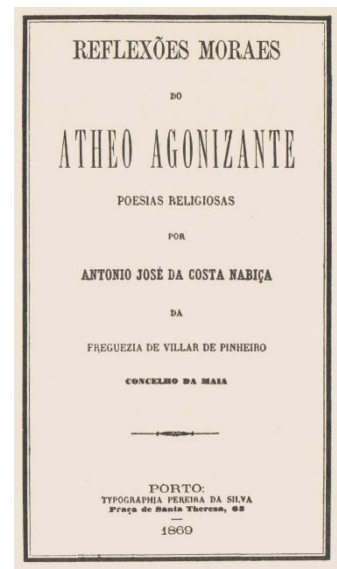
Depois, que foi batizado dois dias depois de nascer. Esta aparente “pressa” era explicada pela grande taxa de mortalidade infantil, o que fazia com que, prevenindo essa circunstância, a criança fosse rapidamente batizada.

E por último, chegamos a um dos «mistérios» que rodeiam a existência do «Cego Nabiça» - o seu nome.

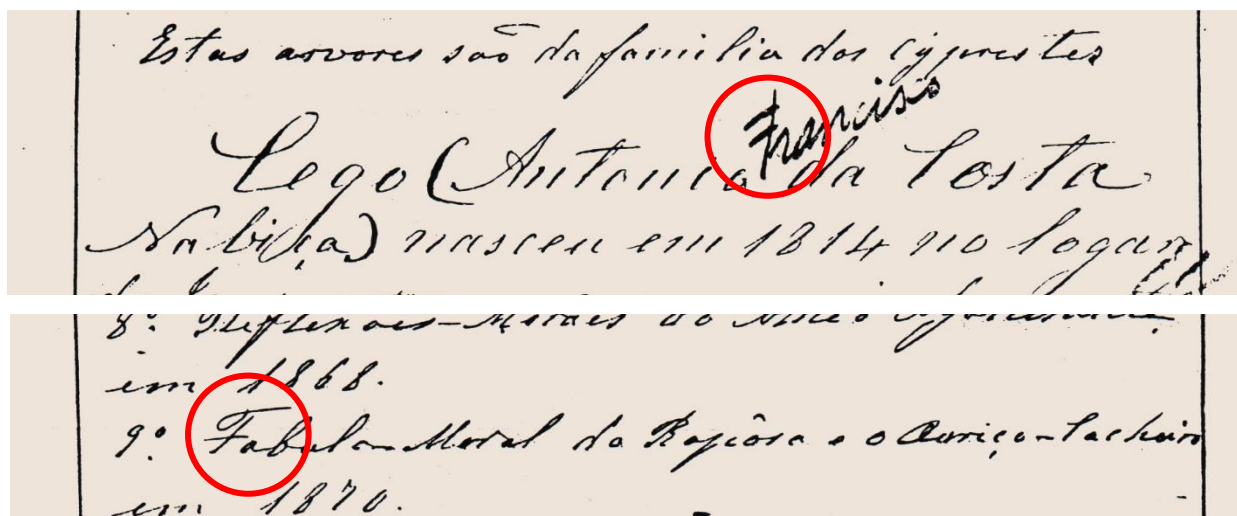
As suas publicações são assinadas «António José da Costa Nabiça». Assim o tratam (quase) todos aqueles que sobre ele escreveram.

Mas no manuscrito do Padre Joaquim Antunes de Azevedo, quando ele se lhe refere, existe um acrescento, posterior, do nome do meio Francisco.

Não há dúvida de que é posterior pois a caligrafia é completamente diferente, nomeadamente a maiúscula inicial, como pode verificar-se facilmente comparando com a mesma letra inequivocamente escrita pelo autor.



Opúsculo de Costa Nabiça



Manuscrito do Padre Joaquim Antunes de Azevedo onde se verifica perfeitamente o acrescento por outra mão

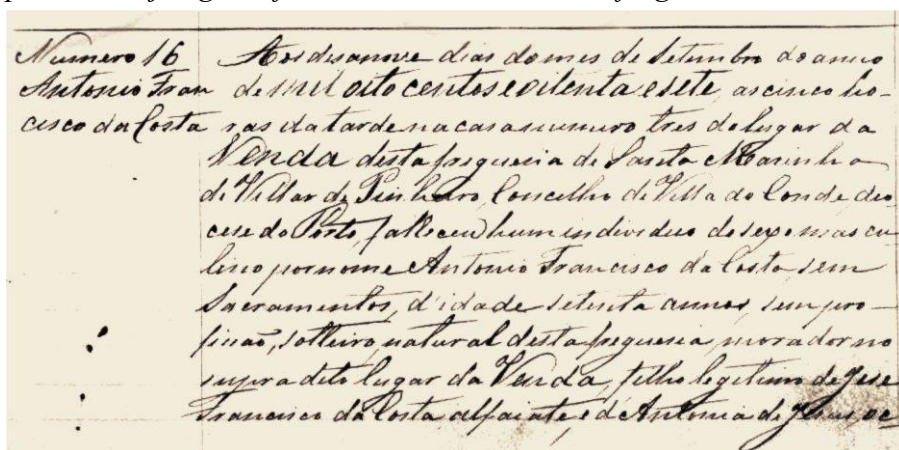
Aliás no final desta entrada há também um outro acrescento a propósito do seu falecimento, quiçá do punho do seu sobrinho Padre Agostinho de Azevedo.

E, consultando o seu assento de óbito, verificamos que está escrito:

“Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de mil oitocentos e oitenta e sete, às cinco horas da tarde, na casa número três do lugar da Venda desta freguesia de Santa Marinha de Vilar do Pinheiro, concelho de Vila do Conde, diocese do Porto, faleceu um indivíduo do sexo masculino, por nome António Francisco da Costa, sem sacramentos, de idade de setenta anos, sem profissão, solteiro, natural desta freguesia, morador no supradito lugar da Venda, filho legítimo de José Francisco da Costa, alfaiate, e de Antónia de Jesus,

ocupada em serviços domésticos, naturais desta freguesia, o qual não fez testamento e não deixando filhos foi sepultado no jazigo de família no cemitério desta freguesia.”

Confirma-se assim, mesmo atendendo à discrepância de 3 anos na idade, que o seu nome do meio era Joaquim. Isto porque se podemos admitir que poderia ter havido engano no acrescento do nome no manuscrito do Padre Joaquim Antunes de Azevedo, não é crível que isso acontecesse no assento de batismo assinado pelo Abade Manuel Francisco dos Santos.



Assento de óbito de Costa Nabica

Então teremos de interrogar-nos sobre a razão que leva a que os seus opúsculos tenham impresso o nome de José no lugar do de Francisco, como aliás já havia feito Marcelo de Campos n' *O Tripeiro* (Campos, 1962) e, confesso, não encontramos para isso qualquer explicação.

Também não percebemos a discrepância de alguns autores em relação à data da sua morte. Elísero Pinto, data-a de 19 de setembro de 1877.

Haverá aqui o que me parece ser um lapso (e não um erro) evidente de dez anos. Aliás, como refere uma vez mais Marcelo de Campos (Campos, 1962), Pinho Leal escreve em 1886 que o Poeta ao tempo tinha 72 anos e era um velho simpático, o que bate certo com o assento de óbito, segundo o qual a morte se deu em 19 de setembro de 1887.

Rosalino da Devesa (Devesa, 1962) esclarece na saudosa rubrica “Comunicações dos leitores” d' *O Tripeiro*:

“O popular poeta, tão devotadamente tratado pelo Sr. Pinto, não faleceu em 1877, como por lapso foi dito. O Pe. Agostinho Azevedo que foi inspetor escolar em Vila do Conde - e que ainda conheceu António José da Costa Nabica - baseado nas Memórias dum padre conterrâneo e coevo do «Cego Nabica»³, dele falou num jornal regionalista⁴, contando alguns episódios da acidentada vida do infeliz trovador”.

Os autores seus contemporâneos referem-se-lhe com interesse e simpatia: José Augusto Vieira (Vieira, 1887), ao falar de Vilar do Pinheiro, afirma:

“Ou não fora Vilar de Pinheiro a pátria feliz do poeta António José da Costa Nabica, o cego e popularíssimo trovador que sustenta no Minho as tradições e ... os lucros da literatura de cordel. São dele os diálogos — O pinho e a agua, A coruja e o morcego, O mocho e o cuco; os entremezes Criado tonto e velha louca, O Doudo com pretensões de casar, e muitos outros, que por lá correm, com as Cantigas ao desafio, na memoria dos rapazes e raparigas do campo. E Deus sabe como brilharia o génio d'esse homem, se não fora duplamente

³ O “Padre conterrâneo” não era outro senão o seu Tio, Padre Joaquim Antunes de Azevedo, seu inspirador, e de quem foi herdeiro intelectual. Veja-se MARQUES (1999)

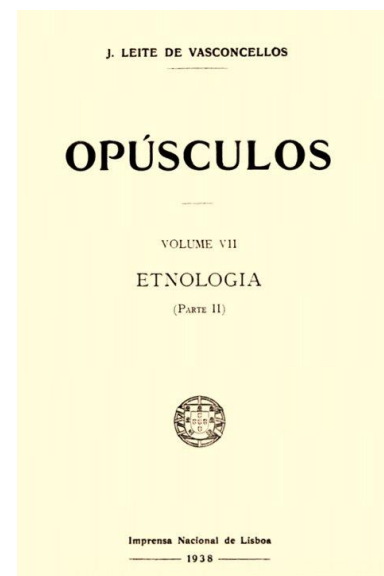
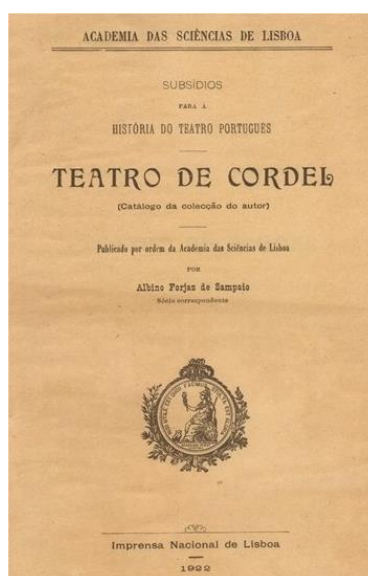
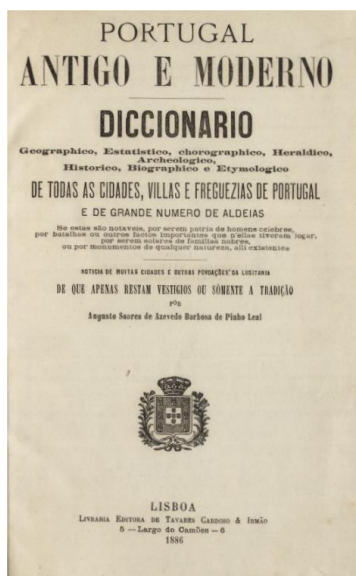
⁴ O Padre Agostinho escreveu com mais constância nos semanários vila-condenses *Renovação* e *República*, onde manteve, respetivamente, as secções «Velharias» e «Ecos do Passado».

escurecido pela treva da amaurose⁵, que o cegou aos quatro anos, e pela treva da ignorância, que em toda a vida obnubilou o seu espirito”.

Pinho Leal, alude ao Poeta com grande apreço, considerando-o mesmo como uma das mais extraordinárias figuras que essa terra produziu:

“6. °— António José da Costa Nabiça, filho de José Francisco da Costa e de António Maria de Jesus. Nasceu na aldeia da Povia, nesta freguesia, em 15 de agosto de 1814, e cegou de gota serena, contando apenas 4 anos de idade. É este um dos homens mais notáveis que tem produzido esta paróquia, este concelho e o nosso país, pois sendo completamente cego desde a idade de quatro anos e não tendo saído d'esta paróquia nem frequentado aulas ou instituto algum de instrução, é o autor da maior parte dos versos” que o povo do Minho lê e canta e que têm dado bom lucro aos editores e aos vendedores das publicações de cordel. São composições ligeiras e incorretas, mas muito lidas e estimadas pelo povo — e têm editor sempre certo e venda fácil. [...]. Até onde iria este pobre homem, se tivesse estudos e vista e vivesse em um outro meio? Conta hoje 72 anos de idade e é um velho de bons costumes, muito tratável e bastante simpático.

Vários outros estudiosos trataram a figura deste poeta popular. Albino Forjaz Sampaio (Sampaio, 1920), por exemplo, na sua obra sobre o teatro de cordel, faz uma resenha da produção de Costa Nabiça e um apontamento sobre a sua vida.



Alguns dos livros que se debruçam sobre Costa Nabiça

Também o grande Mestre José Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1938) sobre ele se debruçou nos seus Opúsculos, ao tratar dos «Poetas Populares Portugueses». A páginas 1216 escreve:

“Os cegos são realmente seres simpáticos pela sua desgraça; e essa simpatia aumenta quando fazem por suprir com merecimentos o defeito físico. É muito conhecido no Porto o cego popular, pobre e analfabeto, Nabiça, como autor de vários folhetos poéticos da literatura de cordel. Há dele um, intitulado Diálogo entre O vinho e a água, que é curioso pelas seguintes analogias. A pp. 596-598 da revista científica de Paris intitulada Romania,

⁵ Amaurose. Cegueira mais ou menos completa, devida a uma afeção do nervo ótico ou dos centros nervosos, mas sem lesão do próprio olho.

vol. VI (1877), publicou o Sr. V. Smith, sob a rubrica *Un débat chanté*, umas canções populares de Vorey nas quais se celebra uma porfia entre O vinho e a água”.

E depois de estabelecer várias analogias entre o opúsculo de Nabiça e os trechos franceses, o Mestre conclui:

“Segundo se vê, o cego português, nas poucas canções que transcrevi (ao todo são 198, corretas e com certo discernimento), não apresenta nada de novo.; mas como explicar a coincidência? Nabiça inventou o seu assunto ou achou-o na tradição popular de que ele às vezes aproveita as ideias, como acima mostrei? Ainda não encontrei esse assunto na tradição. É possível que assim como a Histoire des trois bossus de Besançon e a de La belle Maguelone francesas, e a História dos três corcovados de Setúbal e a Princesa Magalona da nossa literatura de cordel encerram analogias que não se podem explicar independentemente, suponho que Un débat chanté e Diálogo entre o vinho e a água estão no mesmo caso. O que, contudo, não padece dúvida é que Nabiça desenvolveu muito o assunto”.

Leite de Vasconcelos “internacionaliza assim o «Cego Nabiça» e este constitui-se em matéria de estudo do Mestre, o que mostra bem a importância da sua obra.

Interesse por esta figura teve também, como já referimos, Horácio Marçal (Marçal, 1950).

Marcelo de Campos (Campos, 1962) e Elísero Pinto (Pinto, 1962), aludem à sua figura nas páginas de *O Tripeiro*. Este último oferece-nos uma resenha um pouco mais elaborada de uma biobibliografia de Nabiça. A certo momento do seu artigo escreve:

“Cegou aos quatro anos de idade, atingido pela chamada «gota serena»⁶. Era filho de gente pobre. Seu pai, José Francisco da Costa, tinha a profissão de alfaiate; e sua mãe Antónia Maria de Jesus cuidava dos serviços domésticos. Da sua cegueira lhe advêm a alcunha de «O cego do Nabiça» por a família ser conhecida pela mesma alcunha «Nabiça». Era pessoa de «bons costumes, muito tratável e bastante simpático», como diz Pinho Leal e também muito inteligente e habilidoso. Tocava com perfeição vários instrumentos, segundo nos informa o Pe. Joaquim Antunes de Azevedo, seu contemporâneo e conterrâneo, nas suas interessantes «memórias» manuscritas, e, além dos trabalhos literários que produziu, como «entremezes», «diálogos», «fábulas e comédias», cantava ao desafio em rifas e festas de viola, nas aldeias das redondezas, tendo-se despicado com os melhores cantadores - e cantadeiras dessa época. Era forte na Escritura Sagrada que mandava ler para, depois, se bater com os seus antagonistas sobre os principais passos da vida de Cristo. Mesmo assim viveu sempre pobre. Vendia as suas produções literárias aos livreiros do Porto, reservando sempre alguns exemplares para ele vender às pessoas amigas com o fim de receber por eles pagamento generoso”.

Depois de apresentar uma lista dos trabalhos do Cego Nabiça, que não transcrevemos porque apresentaremos uma mais completa neste trabalho, conclui:

“Enfim, uma existência atribulada, de que sua cegueira foi causadora, foi a deste homem, a que não faltava uma grande inteligência e uma forte vontade de vencer. A sua vida é um exemplo de pertinaz luta contra a sua inferioridade física que ele sofreu com um estoicismo invulgar”.

⁶ Designação popular para a Amaurose.

Deixei propositadamente para o final desta resenha de autores que se interessaram pelo Cego Nabiça o seu conterrâneo e contemporâneo Padre Joaquim Antunes de Azevedo.

O Padre Joaquim Antunes de Azevedo nasceu no lugar de Sangemil, freguesia de Vilar do Pinheiro, a 18 de maio de 1828. Era filho de José Antunes de Azevedo, da Casa de Sangemil, antigo miliciano na Guerra Peninsular, e de D. Maria Joaquina de Jesus, da Casa do Talho de Baixo em Vermoim.

Iniciou os seus estudos religiosos no Colégio da Formiga, tendo-os concluído no Seminário Maior da Diocese do Porto onde se ordenou em 1852. Dois anos depois torna-se pároco encomendado de Vilar do Pinheiro, e, em 1864, é encarregado da paróquia de Vila Nova da Telha - reitor na designação de então.

Manteve-se em Vila Nova da Telha praticamente até à sua morte em março de 1889. Está sepultado no Cemitério Paroquial de Vilar do Pinheiro, sua freguesia natal.

As “Memórias de Tempos Idos” dividem-se em 4 volumes manuscritos. Todos os fólios, salvo raríssimas exceções, estão escritos quer na frente quer no verso.

Foram estas “Memórias...” redigidas durante a sua permanência na freguesia de Vila Nova da Telha entre um pouco antes de 1881, que corresponde à primeira referência expressa a uma data, e março de 1888, última referência datada do último artigo do último volume (Marques, 1999).

A recente publicação deste importante texto pelo CUMA (Azevedo, 2014) reúne os quatro volumes originais em apenas três.

No 1º volume do manuscrito do Padre Azevedo, existe a entrada “Cego (António da Costa Nabiça)”. Acrescentado por outro punho, entre “António” e “da Costa” está “Francisco”. É fácil verificar a diferente autoria se compararmos com a maiúscula “F” escrita pelo punho do Padre Joaquim Antunes de Azevedo. Este acréscimo poderá ser do Padre Agostinho de Azevedo, seu sobrinho e herdeiro intelectual.

Há também um acréscimo no final desta entrada, igualmente de outro punho, a propósito da morte do Cego Nabiça.

É justamente esta entrada que fornece os dados mais ricos sobre o mosso poeta popular.

A vida atribulada de António Francisco da Costa

Como, sendo conterrâneos, foram também contemporâneos, as informações transmitidas pelo Padre Azevedo são preciosas.

Ficamos assim a saber, por exemplo, que o António nasceu no lugar da Igreja numa casa que ainda pertencia a alguém de família ao tempo que as Memórias foram escritas. Era, precisa o Padre Azevedo, a primeira casa do lado esquerdo de quem vai a entrar naquele lugar do lado do Nascente, isto é, do antigo caminho que dá para a Igreja. Corresponde hoje, cremos, ao nº 15 da Rua da Igreja.

Cegou aos 4 anos, mas isso não o impedia de, com sucesso, tocar vários instrumentos com mestria e cantar em desafio, batendo-se sempre que a ocasião surgia com os cantadores e cantadeiras de mais conhecidos.



Padre Joaquim Antunes de Azevedo.

Desenho de António Matos.

E prossegue o Padre Azevedo:

“Como estivesse neste tempo muito em uso dissertarem os cantadores à viola sobre a Escritura Sagrada ele para sobressair neste género de certame a mandava ler muitas vezes aos seus amigos, e como tinha boa memória ou retentiva, conseguia saber uma grande parte da Bíblia em que mais tarde fundou as suas produções poéticas”.

Quanto à sua produção, para além de elencar uma dúzia dos seus opúsculos, esclarece-nos quanto ao seu sucesso relativo:

“Consta-me que as suas pequenas obras, mas de gosto popular tem deixado aos editores boas soas pois que ele, falto de meios como sempre tem vivido, não as pode publicar por sua conta, por isso as tem vendido a diferentes livreiros editores por preços baixos, mas com reserva de alguns exemplares que depois tem vendido por sua conta, mas mesmo nesses não tem feito grande fortuna, porque quando os chega a venderem já os livreiros os vendem também. O que lhe vale são as pessoas abastadas que tendo pena da sua infelicidade lhe dão mais do que eles valem, assim como outras lhe dão alguma esmola o que de facto é bem empregado, porque não conheço homem mais infeliz do que do que este pobre cego.”

Nunca tendo tido uma vida verdadeiramente desafogada, momentos houve em que as perspetivas não eram assim tão “apertadas”. Mas de pouco esses momentos serviam, entre muitas razões porque tinha o vício da lotaria.

“Chegou ele a ter alguns meios ainda no tempo de seus pais que muito olhavam por ele. Teve uma loja onde vendia vários géneros como loiças, azeite graixo⁷ ou azeite para a luz, pregos, açúcar, pão trigo, aguardente, cigarros, centeio e outros mais géneros. Quem olhava por esta loja ou tenda era a sua mãe e uma irmã, e por essa ocasião chegou a comprar um campo na agra de cima que hoje se acha incorporado no campo grande do Morgado de Carvalhido a quem o vendeu. O que concorreu para comprar este campo foi uma sorte de doze moedas⁸ 57\$600 reis que lhe saiu da lotaria de Lisboa, porem depois de tudo isto, perdeu e muito mais ainda, perdendo ainda hoje, porque quando tem algum vintém, ali o vai meter, tendo gastado neste vício uma grande soma”.

Infortúnio atrás de infortúnio, o Cego Nabiça perde o auxílio que lhe prestava a irmã, que casa para o Porto, e o irmão coloca-lhe dois caseiros que, supostamente lhe prestariam alguma assistência - dar-lhe o caldo, lavar-lhe a roupa e cozer-lhe o pão.

Mas, sempre sem meios de subsistência que não fosse a venda dos seus opúsculos (que era muito lucrativa para os editores e não para si), lá ia lutando contra as muitas adversidades.

Era muito doente desde tenra idade. Perdeu os dentes quando, justamente por ser cego, bateu com toda a força numa caleira de madeira que atravessava a estrada de um ao outro muro para nela passar água de rega.

Assolado por febres e inchaços, estes como consequência daquelas. Vejamos como o Padre Azevedo nos relata alguns episódios desafortunados do Cego Nabiça:

⁷ Graixo, graxa, grasso, grassento — oleosidade característica da gordura quente. Neste caso um «sucedâneo» do processo de fabrico do azeite, que se empregava na iluminação, privada ou pública. Ver entrada «Engrassar» no *Diccionario da Língua Portuguesa*, composto por António de Moraes Silva. Lisboa: Imprensa Régia, 1831, vol. I, pág. 697.

⁸ Moedas de 4.800 reis. Inicialmente eram de 4.000, mas com a fixação do valor em relação ao peso tiveram de passar para 4.800. Também havia notas da casa da moeda neste valor.

“O que deu causa a uma destas grandes inchações foi na grande febre⁹. Como tivesse muita sede e ninguém lhe desse de beber ele deitando-se da cama abaixo vai a um pipo de vinho verde que estava ali próximo, ajeitando-se como pode com ele, bebeu a fartar, por isso a inchação aumentou espantosamente. Teve vários unheiros¹⁰ do que ficou com os dedos alguns aleijados pelo que depois já não podia tocar instrumento como era inclinado.

Caiu a um poço, ao de suas primas Cucas, onde esteve quase afogado se não fosse conseguir obter segurar-se, depois de ir ao fundo, numa barreira, e assim livrou-se da água, decerto se afogava apesar de estar ali alguém que o viu cair.

Perdeu o ouvir só gritando-lhe é que a custo ouve. Além deste teve várias quedas como bem se pode imaginar. Corria ele toda a freguesia, ia à Lameira¹¹, hoje porem a falta de ouvir faz-lhe falta imensa, porque se visse mesmo pelo gesto ou bulir dos lábios entendia melhor e atinava a ir para onde ouvisse falar, por isso digo e repito que não conheço criatura mais desgraçada, não só por falta dos dois sentidos principais, como pela muita necessidade que passa. [...]

A comida dele quase não passa de pão broa e caldo e alguns dias nem isso, como lhe aconteceu no tempo da sobrinha que esteve um dia e uma noite sem comer por não saber quando era dia ou noite e a sobrinha não o chamar para comer”.

Confessa o Padre Azevedo, e nós em absoluta concordância, que nunca conheceu ninguém mais infeliz do que este homem.



Mau grado todas estas peripécias, nem sempre as coisas foram tão más. Como nos refere o Padre Azevedo, quando era novo gostava muito de se divertir. Saía aos serões, às festas, arraiais e romarias, da Vila e não só. Tinha sempre amigos, quando tinha dinheiro, já que era generoso.

Mas, claro também tinha defeitos – era vaidoso; não gostava que o chamassem a atenção e lhe dissessem as verdades; tomava rapé. Para cúmulo, como não tinha dinheiro, usava folhas de figueira e de nogueira¹² que secava e moía, o que lhe fazia muito mal à sua asma crónica.

A última indicação do punho do Padre Azevedo é preciosa. Diz-nos que “Mandou tirar o retrato, no qual tinha muito gosto, em 30 de Maio de 1883”. Este apontamento data a fotografia que apresentamos. A única que o António tirou, e onde está de facto muito bem.

Fotografia de Costa Nabiça publicada n’O Tripeiro

⁹ Eventualmente o Padre Joaquim referir-se-á à febre-amarela que assolou algumas regiões de Portugal, principalmente em 1856 / 57

¹⁰ Designação popular do Panarício. Inflamação nas extremidades dos dedos ou na raiz das unhas.

¹¹ Lugar da freguesia de Mosteiró onde se realizava, e realiza ainda às quartas-feiras, uma feira semanal.

¹² A rapaziada do meu tempo fumava barba de milho seca enrolada numa mortalha...

Costa Nabiça poeta popular

Aos poetas como o Cego Nabiça costuma aplicar-se a designação de «poeta popular». Mas popular porquê? Porque era oriundo das classes populares? Porque escrevia sobre temas populares? Porque escrevia para o povo?

Esta designação não é pacífica por vários motivos. Nabiça, por exemplo, é do povo (o pai era mestre alfaiate), escreve sobre coisas do povo e, de certo modo escreve para o povo.

Mas quantos dos seus leitores seriam do povo? É que, entre o povo, quantas pessoas sabiam ler? E, já agora, o que é isso de “povo”?

Sobre estas (e outras) dúvidas, há um texto fundamenta de M. Viegas Guerreiro (Guerreiro, 1997a), de que, com a devida vénia, respigo alguns aspetos estruturadores:

“A designação de Literatura Popular, literatura do povo, associa uma entidade social que as mais das vezes não usa a escrita para representar a sua arte verbal. E, se assim é, o vocábulo literatura, no seu sentido próprio, não serve bem o fenómeno a que se aplica. Pela oralidade que o caracteriza chama-se-lhe também literatura oral, expressão que, segundo Paul Zumthor, foi inventada em 1881 pelo notável folclorista francês Paul Sébillot. Mas literatura oral contém uma contradição nos termos, além de que, abusivamente, exclui do seu âmbito as composições escritas.

Outra designação é a de literatura tradicional. E esta se nos afigura mais desajustada ainda do que as anteriores. Tradicional significa o que é transmitido de geração em geração, o que vem de longe, que tem uma certa duração no tempo e vai nele vivendo. Teremos, por isso, que eliminar a invenção recente que ainda não passou à voz do povo ou que, por ela passando, com pouca demora, se poderá extinguir.

Dizer literatura oral e tradicional é juntar os dois adjectivos sem anular a referida contradição e com exclusão da sua parte escrita.”

E, quase logo a seguir, a frase que encerra o conceito mais amplo de Viegas Guerreiro, que tudo resume e graças à qual continuo a usar (porque prefiro e porque acho que menos exclui) a designação «literatura popular»:

“Literatura popular é, pois, a que corre entre o povo, a que ele cria, e a alheia de que gosta e adopta.”

Sei que outros autores, como por exemplo Alexandre Parafita (Parafita, 1999 e 2000), preferem outras designações, como «literatura popular de tradição oral». Parafita engloba nesse género de produção popular os contos, as lendas, os mitos, as quadras, os romances, os provérbios, as lengalengas, as orações, as fórmulas mágicas, etc.

Mas fiquemo-nos pela «literatura popular».

António Joaquim da Costa «Nabiça», cultivou vários géneros dentro da poesia popular.

O mais conhecido e, quiçá, aquele em que teve maior sucesso foi sem dúvida o entremês. Estas composições curtas (em um só ato), de cariz dramático e de género burlesco, eram normalmente representadas no intervalo entre atos de uma peça principal. Mas as suas características fizeram que em outras ocasiões fossem representados isolados ou em grupos, com bastante êxito.

Carlos Nogueira (Nogueira, 2006) apresenta-nos uma definição de «entremês» que assenta muito bem à produção de Nabiça:

“O entremês consistia quase sempre numa peça curta que explorava, por vezes com acuidade cómico-satírica de recorte moral mais ou menos sincero, os multiformes flagrantes

da vida real, conferindo-lhes um teor abertamente burlesco, através da linguagem utilizada, das situações expostas e das personagens apresentadas”.

Nabiça, além de «entremeses», compôs também «diálogos», «fábulas» e «comédias», para além de poesia «avulsa», que resultava muitas vezes de, e em cantigas ao desafio.

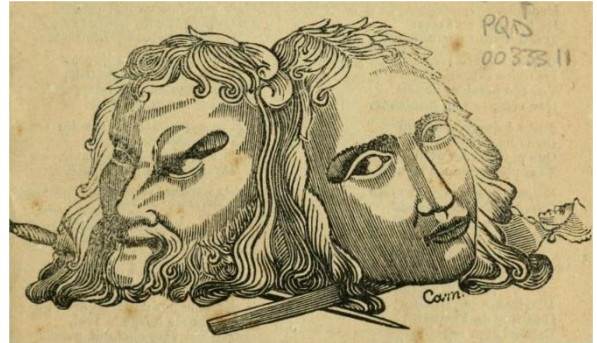
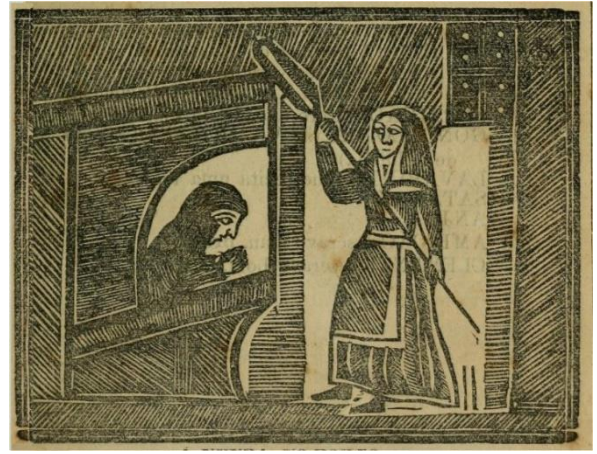
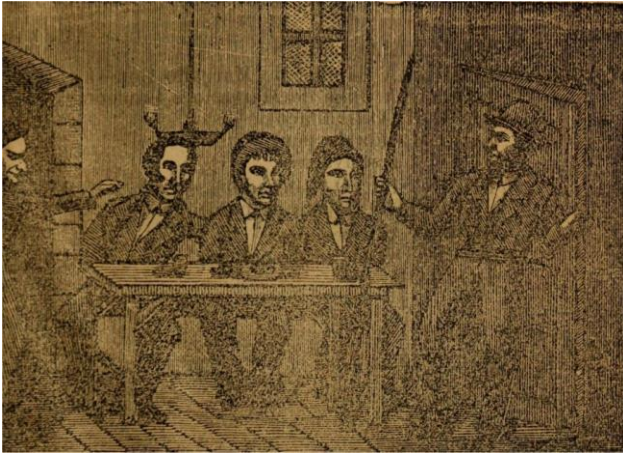
Eis uma lista, certamente incompleta¹³, das obras assinadas por António José da Costa Nabiça, indicando-se entremês (E), diálogo (D), fábula e comédia (F) e poesia vária (V):

- 1861 - O Vinho e a Água (D)
- 1861 - A Cereja e a Azeitona (D)
- 1863 - A Coruja e o Morcego (D)
- 1864 - O Mocho e o Cuco (D)
- 1865 - O Grande Baile de Entrudo (E)
- 1865 - A Velha louca e o criado tonto (E)
- 1866 - O Doudo com pretensões de casar (E)
- 1866 - Entretenimento à infância (diálogo entre um menino e o seu pastor) (D)
- 1868 - A saúde e a doença (D)
- 1868 - Reflexões morais do ateu agonizante (D)
- 1870 - A raposa e o ouriço-cacheiro – fábula moral (F)
- 1871 - Guerra de cães e gatos (F)
- 1874 - A Felicidade perdida (E)
- 1876 - Concílio entre as quatro estações do ano (D)
- 1878 - Impertinência de velha (entre tia e sobrinha) (D)
- 1879 - Poesias - Livro de Cantorias (V)
- 1886 - O Repolho e a Nabiça (D)
- 1888 - O Baile dos três Reis magos do Oriente (E)
- 1888 - Piedade e impiedade (E)
- 1888 - As filhas falsas aos pais ou as mulheres falsas aos maridos (E)
- 1888 - Resultado da Loucura (F)
- 1890 - O Falso Poeta e as Mulheres Traíçoeiras (E)
- 1890 - O Avô Atónito com as Netas (E)
- 1890 - As Filhas que trazem seu pai enganado (E)
- 1890 - A casa de caloteiros e ladrões (E)
- 1890 - O Falso adulator (E)
- 1892 - Cantorias de Costa Nabiça, para cantar ao desafio (V)

Antes de rematarmos, gostaríamos de chamar a atenção para o aspeto artístico destas publicações. Bem na tradição da literatura de cordel seiscentista, o frontispício de cada opúsculo apresentava uma gravura mais ou menos alusiva ao assunto e normalmente feita propositadamente.

Algumas mais clássicas, outras mais ingénuas, são um repositório muito interessante a merecer um trabalho autónomo. Deixamos aqui apenas alguns exemplos para avaliação dos nossos leitores.

¹³ As datas que antecedem os títulos podem não ser as datas exatas da primeira publicação da obra, já que a maioria delas conheceram várias edições e esse facto não era mencionado na publicação.



Gravuras nos frontispícios

Costa Nabiça e a Maia

Costa Nabiça nasceu, como vimos, em 1814 em Vilar do Pinheiro. Nesta altura, e por mais 56 anos, esta freguesia pertenceria ao concelho da Maia. A sua passagem para Vila do Conde deu-se apenas em 1870.

Significa isto que, morrendo Nabiça em 1887, a esmagadora maioria das suas obras foram compostas quando Vilar do Pinheiro pertencia à Maia.

Como referimos, as datas inscritas nos opúsculos que compulsamos são muitas vezes datas de uma 2ª ou 3ª edição, só que não há nenhuma referência a esse facto na publicação. São por isso datas algo enganadoras. Estes opúsculos foram os que restaram,



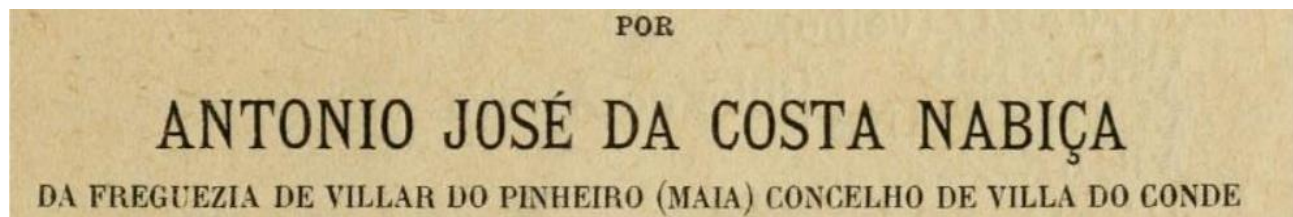
Mapa de 1795 – Concelho da Maia e indicação de Vilar do Pinheiro

foram os que se guardaram, o que não significa que sejam as primeiras edições.

Mas há várias curiosidades a respeito da relação entre Costa Nabiça (e os editores) e a Maia.

Nas suas primeiras publicações não se fazia nenhuma referência à sua naturalidade. Depois surge por vezes a indicação «... Vilar do Pinheiro - Concelho da Maia».

Mas após 1870, isto é, após a mudança para Vila do Conde, a indicação, curiosamente passa a ser «... Vilar do Pinheiro (Maia) Concelho de Vila do Conde». Isto é, introduz-se o concelho de Vila do Conde, já que em termos administrativos essa é de facto a nova realidade, mas mantém-se a ligação umbilical à Maia, através da sua aposição, entre parênteses, logo a seguir à designação da freguesia.



Designação da naturalidade no frontispício

A que se deverá esta atitude. À tradição? Talvez em parte, sendo que foi na Maia que grande parte das obras foi composta. Mas não esqueçamos que na Maia estava parte substancial daqueles que compravam os opúsculos. Na Maia estavam os seus benfeitores. Na Maia se passavam algumas das obras que escreveu. Era na cultura maiata que se filiavam muitas das suas produções



Dedicatória no frontispício

Por isso não nos repugna acreditar que esta ligação à Maia fosse também estratégica. Numa estratégia de sentimento e gratidão do Poeta, e numa estratégia comercial na perspetiva dos editores. Lembremo-nos que depois da morte de Nabiça, muitas e muitas reedições se continuaram a fazer, com proveito (exclusivo?) dos editores.

E terminamos com um pormenor curioso ainda em relação à Maia. Nabiça dedicou aos lavradores maiatos uma das suas obras. Não admira, já que muitos deles eram seus «clientes», comprando as suas obras e/ou ouvindo e vendo as suas representações e escutando os seus versos nas vozes de cantadores e cantadeiras ao desafio. Até aqui tudo bem...

Só que a obra tem por título «Casa de Caloteiros e Ladrões» e logo no prólogo nos mostra ao que se vem:

É o drama de tragedia
Que vai ser representada
A casa de caloteiros
Cuja é intitulada

O que consta de seis cenas
Só de roubos e calotes
Forjados por Jacobino
Junto a Marçalo-Lopes.

E surge-nos uma dúvida. Será esta dedicatória uma homenagem aos lavradores da Maia? Uma demonstração de gratidão? Ou, pelo contrário, uma crítica?

Lendo a obra verifica-se que o que se faz é denunciar ladrões, gabarolas, aldrabões, ingénuos e gananciosos e, claro, as suas obras. E nem sequer se passa na Maia ou no norte do país.

Ficamos satisfeitos.

Fontes documentais

Registo de Batismo – Batismos de 1810 a 1841 - PT-ADPRT-PRQ-PVCD30-001-0005 Fl. 17v

Registo de Óbito –Óbitos de 1887 - PT-ADPRT-PRQ-PVCD30-003-0022 Fls 5 e 5v.

Bibliografia

AZEVEDO, Joaquim Antunes de (2014): *Memórias de Tempos Idos*, Vol. I. Transcrição e notas de Joaquim José Moreira dos Santos. Maia: CUMA.

CAMPOS, Marcelo de (1962) “A propósito do «Cego Nabixa»”. *O Tripeiro*, série VI, vol. II, 1962, pp. 371-372.

CARREIRO, José Maria de Aguiar (2007): *Literatura Oral Tradicional*. Blog Folha de Poesia, em <http://folhadepoesia.blogspot.pt/2007/04/literatura-oral-tradicional.html>, consultado em 20 de dezembro de 2017.

DEVEZA, Rosalino da (1962): Comunicações dos Leitores. *O Tripeiro*, série VI, vol. II, p. 372.

GUERREIRO, Manuel Viegas (1978): *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

GUERREIRO, Manuel Viegas (1997a): “Literatura Popular: em torno de um conceito”; em Manuel Viegas Guerreiro, *Povo, Povos e Culturas – Portugal-Angola-Moçambique*, Lisboa; Edições Colibri, pp. 127-135.

GUERREIRO, Manuel Viegas (1997b): “Poesia popular: Conceito, a Redondilha, a Décima; Décimas em Poetas do Alentejo e Algarve”; em Manuel Viegas Guerreiro, *Povo, Povos e Culturas – Portugal-Angola-Moçambique*, Lisboa; Edições Colibri, pp. 137-172.

GUERREIRO, Carla; MESQUITA, Armindo (2011): “Bendito e Louvado, meu conto acabado: A literatura tradicional como património cultural da Humanidade”. *Revista de Letras*, nº 10, Vila Real: UTAD.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1886): *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias ...* Vol. 11. Lisboa; pp. 1268-1273.

MARÇAL, Horácio (1950): *Vilar do Pinheiro (concelho de Vila do Conde) subsídios para a sua monografia*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral.

MARQUES, José Augusto Maia (1999): *Moreira da Maia no Século XIX segundo os manuscritos do Padre Joaquim Antunes de Azevedo*. Maia: Câmara Municipal da Maia.

NOGUEIRA, Carlos (2006): “Aspectos da literatura de cordel portuguesa”. Em *La literatura popular impresa en España y en la América colonial. Formas & temas, géneros, funciones, difusión, historia*

y *teoría*. Dirigido por Pedro M. Cátedra. Salamanca: SEMYR, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura.

PARAFITA, Alexandre (2000): *O Maravilhoso Popular*. Lisboa: Plátano Editora.

PARAFITA, Alexandre (1999): *A Comunicação e a Literatura Popular*. Lisboa: Plátano, Edições Técnicas.

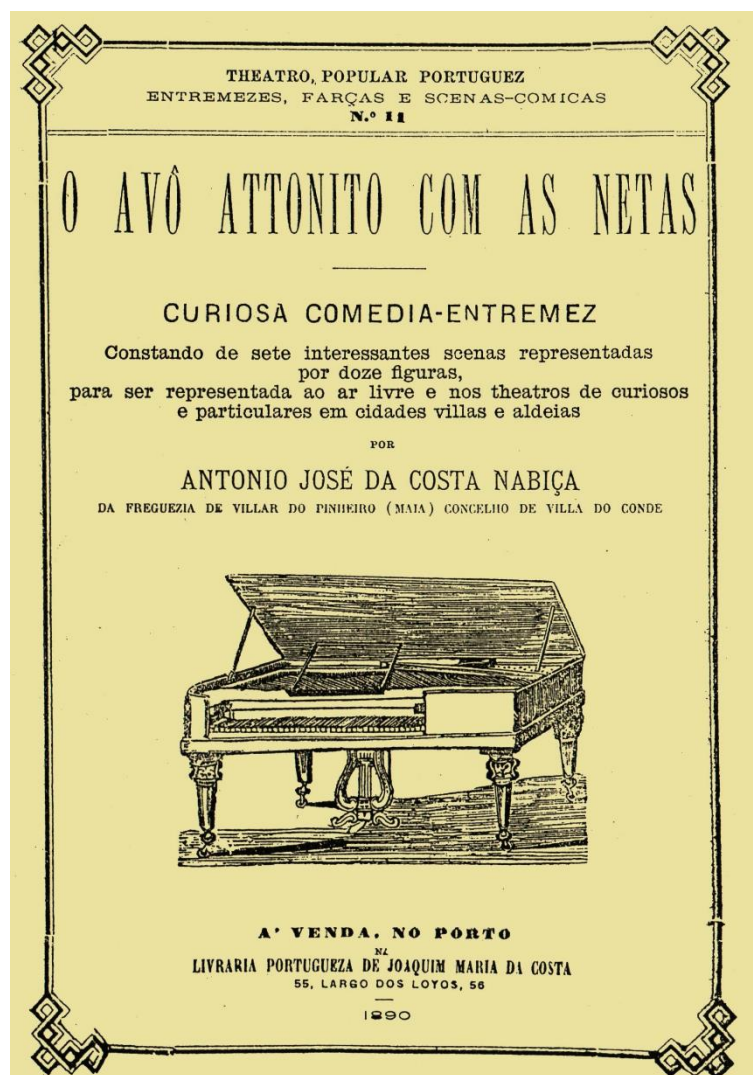
PINTO, Elísero (1962): “Um poeta popular: «O Cego da Nabiça»”. *O Tripeiro*, série VI, vol. II, pp. 280-281

SAMPAIO, Albino Forjaz (1920): *Teatro de cordel: subsídios para a história do teatro português*. [ed. lit.] Academia das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920

VASCONCELOS, José Leite de (1938) *Opúsculos, Vol. VII, Etnologia – parte II*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 1212-1220.

VIEIRA, José Augusto Vieira (1887): *O Minho Pittoresco*, Tomo II. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, p. 290.

VILAS BOAS, Custódio José Gomes (1795): *Mapa da provincia d'Entre Douro e Minho... de par com as indicações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Provincia, e outros objectos de Utilidade Publica / por Costodio Jozé Gomes de Villas-Boas*. Na Biblioteca Nacional Digital em <http://purl.pt/24996>, consultado em 20 de dezembro de 2017.



A Indústria na Maia em 1881 Uma leitura ao Inquérito Industrial

Armando Tavares*

Liliana Aguiar*

Sara Lobão*

Resumo: O presente trabalho pretende dar a conhecer a indústria, e o estado da indústria, no concelho da Maia no ano de 1881 após uma leitura apurada; levantamento e análise detalhada ao inquérito efetuado nesse ano, realizado com o intuito de adequar o setor industrial às exigências provenientes do tratado de comércio efetuado com a França em 1866.

Palavras-chave: Inquérito Industrial 1881; Maia; Concelho da Maia; Indústria na Maia

Introdução

Aquando a realização do Inquérito Industrial, a agricultura assumia-se como o sector mais importante da economia portuguesa; muito embora, comparativamente com os países mais desenvolvidos, em Portugal, o crescimento ter-se manifestado mais lento. Este atraso tornou-se um marco na análise económica e financeira do nosso país, pois permitiu compreender o atraso que Portugal demonstrou perante os outros países na mesma época.

Foram várias as causas, no entanto, podemos apontar como a principal a dependência externa, seguindo-se da estrutura fundiária e ainda as estruturas sociais e mentais, aliados à dimensão do nosso país, bem como os recursos naturais que este possui e a qualidade e especialização da mão-de-obra que detínhamos à data.

Entre a década de 1880 e o final da 1ª Guerra Mundial foram implementados três inquéritos industriais de carácter nacional, por iniciativa da administração pública. O Inquérito Industrial de 1881 foi ordenado pelo Decreto de 7 de Julho de 1881, no âmbito da renovação do tratado de comércio de 1866 com a França. As autoridades pretendiam conhecer as condições da existência, os interesses e as necessidades da indústria nacional.

Este inquérito é reconhecido como um marco importante na história da estatística industrial portuguesa.

Do inquérito de 1881 faz parte um questionário geral com um total de 17 perguntas, onde algumas ainda se subdividem em diversas outras questões, que pretendiam conhecer as várias dimensões da atividade da empresa: produtiva (motores e equipamentos), laboral (número de empregados, categorias profissionais, remunerações, regime de trabalho), financeira e comercial (capitais, vendas, produção, custos, mercados, concorrência externa).

A condução do inquérito procedeu-se de formas diferentes, quer através do envio de questionários aos industriais – Inquérito indireto -, quer através de depoimentos e de visitas às fábricas – inquérito direto. Foram criadas várias comissões distritais que levavam a cabo a implementação do mesmo, mas cujas metodologias variavam entre si, bem como nos resultados finais obtidos.

* Câmara Municipal da Maia. MHETM

Nos inquéritos de 1881 e 1890 não se limitaram a apresentar os quadros com a informação quantitativa. Ao contrário do que aconteceu com o de 1917, nos últimos atrás referidos, foram incluídos na íntegra ou parcialmente os relatórios das comissões que realizaram as inquirições e que forneceram as respetivas informações sobre como decorreram os trabalhos ou ainda sobre aspetos particulares de algum sector ou empresa. Foram de igual modo publicados vários documentos enviados às comissões de inquérito por empresas e associações de classe, normalmente relacionados com propostas respeitantes aos direitos aduaneiros.

Toda a informação obtida neste inquérito foi apresentada quase na íntegra, não se verificando grandes preocupações na sistematização da mesma. Com exceção da comissão distrital do Porto, a informação proveniente deste inquérito foi transcrita sob a forma de um discurso direto aquando da sua primeira publicação. Só mais tarde, quando foi impresso é que se produziu uma síntese dos resultados do mesmo.

Uma das notas mais importantes, referida pelos promotores do inquérito e que importa realçar, é a de que estes inquéritos não conseguiram abarcar todo o universo definido pelos mesmos, afetando mais quem utiliza estas fontes para estudar a totalidade do sector industrial nacional ou regional.

Tendo em conta a reduzida dimensão do sector industrial português e o método utilizado nos inquéritos, estes revelaram-se fontes importantes de aquisição de dados, uma vez que, num pequeno universo empresarial, era fácil detetar quando uma grande empresa não respondia. Uma vez que se tratavam de inquéritos que tinham uma componente direta, é de esperar que os responsáveis pelas visitas procurassem recolher informação sobre as principais unidades produtivas.

Foram apontados dois motivos para a não inquirição de uma determinada empresa: o seu proprietário não ter sido notificado ou não querer prestar declarações. Em 1881, o inquérito indireto registou um pequeno número de respostas, cerca de 600, relativamente aos questionários distribuídos (cerca de 10.5000). Esta situação “reverteu-se” aquando da aplicação do inquérito direto levado a cabo pelas comissões distritais, fazendo subir consideravelmente o número de estabelecimentos inquiridos.

Foi o que se verificou em dois dos mais importantes polos industriais, Porto e Covilhã. Em ambos não foram obtidos dados relativamente ao inquérito indireto, que mais tarde foi compensado pela forma elaborada com que se preencheram os relatórios resultantes das visitas às fábricas.

A recusa, por parte de alguns dos industriais em prestar declarações, geralmente advinha do facto de acharem que um dos objetivos do inquérito estaria ligado a informações de carácter fiscal. Houve ainda fábricas cujos proprietários não autorizaram quaisquer recolhas de dados das mesmas, levando a que os membros das comissões de inquirição procurassem recolher informação por outras vias.

Para além da representatividade dos inquéritos, é necessário ter em conta a qualidade, da informação por eles recolhida. São três os fatores a considerar:

- Subavaliação nas respostas, por parte de quem as lê.
- Problemas na especificação de conceitos
- Momento temporal em que o inquérito é levado a cabo.

O primeiro fator está associado à desconfiança já mencionada, no inquérito e nas intenções do mesmo. A qualidade das respostas também foi afetada pela má especificação e entendimento dos conceitos descritos nas questões do documento, tais como: número de empregados, indicadores financeiros e comerciais e força motora.

No que à força laboral diz respeito, o grande problema residiu na não definição do período de tempo a que a pergunta dizia respeito. Não fazia indicação se se pretendia a situação no momento do inquérito, no fim do ano ou uma média (este aspeto foi de relevante importância tendo em conta a sazonalidade de alguns setores)

No inquérito de 1881, grande parte das respostas não faz qualquer referência ao período de tempo. Alguns industriais, contudo, referem que se trata de um valor aproximado ou médio. Nos outros inquéritos as respostas são apresentadas em quadros sem qualquer indicação a este respeito.

No que toca ao capital, os problemas são ainda maiores e mais evidentes. Uma vez que também não se especifica o período temporal a avaliar para além de problemas quanto à definição e conceito inerentes às questões. Confusões no que se entendia por ativo (valor total de capital), independentemente da sua origem, que estivessem aplicados em bens e direitos da atividade em si geraram respostas de difícil obtenção de dados mais específicos.

Ainda assim, este inquérito é sem dúvida um marco importante no registo das atividades do nosso País e permitiu conhecer a realidade dos diferentes concelhos tais como o concelho da Maia, à data um concelho eminentemente rural, de grande clivagem social e cuja vida orbitava em torno de uma cidade em crescimento, o Porto, que consumia os respetivos serviços e produtos.

1. O Inquérito Industrial de 1881: objetivos, processamento e limitações

Solicitado pelo ministro Hintze Ribeiro, o Inquérito Industrial de 1881 foi o mais complexo e completo dos até então realizados¹.

O respetivo inquérito refere que *“aproximando-se o termo da última prorrogação do tratado de commercio feito com a França em 1866, e sendo necessário modificar por outro tratado algumas das suas estipulações, e estabelecer outras novas em harmonia com as necessidades e estado actual das indústrias do paiz, decretou o governo em 7 de Julho de 1881 um inquérito geral a todas ellas depois de ouvir o parecer favorável do conselho geral das alfandegas e o conselho geral do commercio, industria e agricultura”*². Foi este o objetivo subjacente ao inquérito que se pretendia realizado em três meses.

Com um objetivo e um tempo definido, a Repartição de Comércio e Indústria baseou o inquérito, por ordem do ministro, no modelo de tabela anexa ao tratado de comércio de 1866 com a França (SILVA; GARCIA, 1981, p. 321). Constituídas por pares do reino, deputados, ministros de estado honorários, professores e funcionários qualificados, foram nomeadas a Comissão Geral Diretora, sediada em Lisboa, e as várias comissões distritais que tinham como funções distribuir e recolher boletins; visitar os estabelecimentos; recolher os dados que considerassem significativos e esclarecer os inquiridos por inquérito direto e por inquérito indireto.

O questionário foi composto por 17 perguntas que incidiam nos temas sobre os quais se procurava informação clara. Foram distribuídos 105 000 exemplares por todo o país. Destes apenas

¹ Havia sido feito inquérito em 1814 com o intuito de auferir o estado das indústrias após as invasões francesas; em 1839 a pedido de Júlio Gomes da Silva, cuja redação acabou por não se efetuar; em 1852, por recenseamento direto das fábricas com mais de 10 operários, medida que se mostrou deficitária porque colocou de fora a pequena indústria que era a realidade maioritária no país e em 1860, por solicitação do ministro Casal Ribeiro, procedeu-se a um novo inquérito no qual siem estudadas em pormenor algumas fábricas, como a de lanifícios da Covilhã, mas cujo tratamento geral foi efetuado sem critérios pré-determinados (SILVA; GARCIA, 1981, p. 320).

² Inquérito Industrial de 1881, v, p. XXVII.

se receberam 600 questionários possíveis de tratamento. Alguns distritos nem enviaram qualquer resposta, noutros as respostas não eram coerentes não se conseguindo extrair informação válida (Fig 1).

De acordo com Silva e Garcia (1981, p. 324) as respostas, grande parte das vezes de difícil tratamento devido, em parte, à complexidade da questão, foram distribuídas em dois grandes grupos: o regime económico (capital) e o regime de trabalho (pessoal e instrumentos de trabalho).

A classificação das empresas em grande e pequena indústria, bem como a delimitação dos ramos industriais³, foram as grandes dificuldades.

Difícil foi, igualmente, efetuar o tratamento estatístico dos dados, que revelou muitos erros que se prendem com várias questões:

- Insuficiência de meios disponíveis;
- Falta de conhecimento de novos métodos;
- Desconfiança e receio de alguns industriais inquiridos;
- Diferentes critérios por parte das comissões de inquérito;
- Pouca receptividade ao inquérito indireto

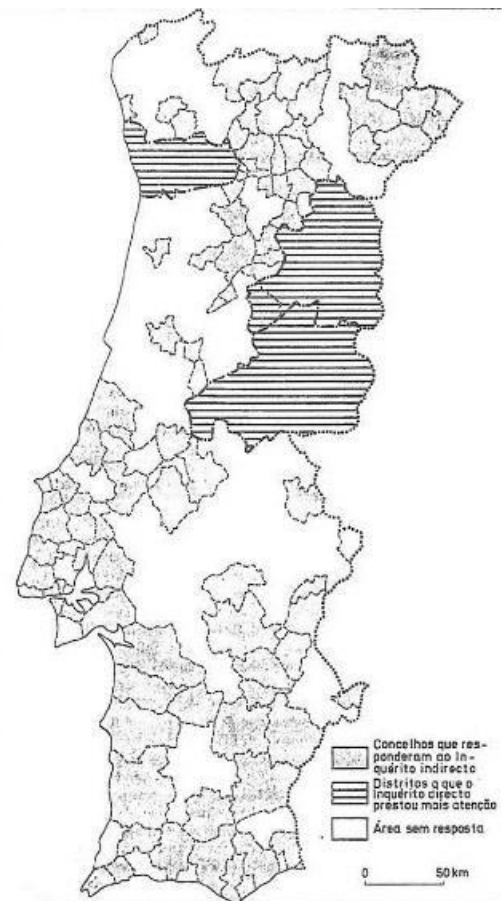


Figura 1 - Recetividade do país ao Inquérito Industrial de 1881. © Garcia, 1981, p. 323

2. O caso específico do Concelho da Maia

A indústria na Maia insere-se, no tratamento estatístico do inquérito, na designada pequena indústria dos concelhos rurais. Pequena indústria encontra-se definida no relatório do inquérito industrial como *“aquela em que o trabalho manual ou braçal entra como elemento preponderante na formação do preço da transformação da matéria-prima”*⁴.

Uma indústria virada para o consumo interno de produtos, para a exportação de produtos e para a prestação de serviços.

Segue-se o levantamento das pequenas indústrias de acordo com recolhido para o inquérito industrial de 1881.

Destacam-se as indústrias da construção; da manufatura do algodão e da moagem.

Com menor relevância, mas igualmente com um número significativo de efetivos, a serração do pinho; o vestuário e a ferraria.

Com pouca relevância, mas existentes, a indústria telheira; a carvoeira; a fundição de metais, a manufatura do linho; a padaria e a cestaria.

³ Apenas a comissão portuense apresentou dados bastante completos sobre a indústria caseira (SILVA; GARCIA, 1981, p. 324).

⁴ Inquérito Industrial, 1881, II, p. 12.

Tipologia Industrial	Efetivo	Tipologia Industrial	Efetivo
Moagem		Ferraria	
Moinhos de vento	1	Oficinas	38
Número de mós	1	Operários	?
Pessoal	1	Telheiras	
Moinhos de água	58	Número de fornos	2
Número de mós	348	Pessoal	8
Pessoal	300-350	Produção, milheiros	?
Moinhos a vapor	2	Pirotecnia	
Número de mós	6	Fogueteiro	1
Pessoal	12	Carvoaria	
Tinturaria		Pessoal	5
Oficinas	3	Produção, toneladas	?
Operários	5	Obras de verga e palha	
		Cesteiros	1

Tipologia Industrial	Efetivo	Tipologia Industrial	Efetivo
Padaria		Fundição de metais	
Número de fornos	3	Oficina de fundição de bronze (sinos)	1
Pessoal	?	Manufatura do linho	
Salários - homens, réis	?	Engenhos de amassar	?
Salários - mulheres, réis	?	Oficinas de tecer	?
Construção		Número de teares	8
Carpinteiros, pedreiros, estucadores	695	Número de teares domésticos	?
Salários, réis	300-280	Manufatura de algodão	
Serração do Pinho		Número de fiadeiras	600
Serradores braçais	63	Tarefa, por arratel, réis	50-35
Vestuário		Jornal medio, reis	80-40
Alfaiates, sapateiros	55	Oficina de tecelagem	1
		Teares em oficinas	4

Figura 2 - A pequena indústria no concelho da Maia: tipologia e efetivos (adap.) © Inquérito Industrial, II, pp. 18-24

A Construção

O total de operários na construção era de 7. 087. Destes, 4.234 contabilizaram-se nos concelhos vizinhos do Porto.

Do concelho da Maia eram 695 os operários que trabalhavam nesta área, vindos de todas as freguesias.

Estes operários, nomeadamente crianças com seis e sete anos, tais como todos os operários das indústrias locais rurais, alternavam a profissão com o trabalho agrícola, dependendo da abundância de oferta de trabalho na área. Eram, em geral, analfabetos.

Trabalhavam à semana na cidade do Porto onde chegavam e ficam em condições miseráveis.

“O operário dos arrabaldes vem aos bandos à segunda feira de madrugada, carregado com a sacca onde traz a brôa para toda a semana; vive durante ella arranchado pelas obras ao caldo; e ao sabbado regressa a passar o domingo em casa com a família, que entretanto cuida da lavoura e da engorda dos bois. Em grande parte os operários são também lavradores, pequenos proprietários e as economias consolidam-se na terra. Ler não sabem em geral nem têm rudimentos sequer das arets do desenho, copiam com certa habilidade os modelos tradicionais

*e trabalham sob comando dos mestres de obras, que, ou dirigem as construções por conta de seus donos, ou as tomam por empreitada*⁵.

O regime de trabalho era de carácter primitivo. Os operários, além dos baixos salários e das miseráveis condições de trabalho e de vida, ainda tinham de pagar um prémio a quem lhe conseguia o trabalho, neste caso, o mestre-de-obras que teria de constituir equipa para fazer a obra que ganhara.

A Manufatura de Algodão

Em relação ao algodão, na Maia registaram-se os setores da fiação (fiação e dobagem) e da tecelagem. De acordo com o relatório do inquérito, as fiadeiras e as dobadeiras eram da Maia e de Bouças (Matosinhos).

*“As fiadeiras e dobadeiras de Bouças e da Maia, cujo número somado não deve andar longe de 1:500 [da Maia eram, de acordo com o relatório, 600] trabalhavam para as fábricas do Porto, vindo semanalmente à cidade buscar a matéria prima e levando o produto já fabricado. São como que uma dependência das oficinas do Porto, ou operárias destacadas trabalhando domesticamente. As fiadeiras da Maia pertencem às freguesias suburbanas. (...) as dobadeiras são da Maia”*⁶.

As fiadeiras ganhavam entre 35 a 50 réis o arrátel⁷ de algodão, se ganhassem pela quantidade de produto pronto. Se trabalhassem ao dia, a jorna, ganhavam entre 40 a 80 réis. As dobadeiras, respetivamente, ganhavam 20 réis por arrátel, sendo que por semana conseguiriam entre 20 e 40 arráteis.

Em relação à tecelagem, foi identificada uma com 4 teares. O relatório não faz qualquer referência à dita oficina, mas a avaliar pelos testemunhos de proprietários de oficinas dos concelhos vizinhos, estas oficinas eram de carácter familiar e dependentes de certos comerciantes do Porto para os quais vendiam o tecido a troco de crédito no fio e recebiam apenas uma parte em dinheiro. Eram locais sem condições de trabalho e higiene como se pode ler no relatório, eram *“armazéns húmidos, imundos; o material fabril grosseiro e caduco; os operários, mal pagos, são pobres criaturas infelizes”*⁸.

A Moagem

Ao nível da moagem predominava o sistema hidráulico. No concelho da Maia havia apenas um moinho a vento e dois a vapor, os restantes cinquenta e oito eram movidos a água, pois no concelho existe uma rede hídrica (Rio Leça, Rio Almorode e os afluentes) que potenciava a existência destes sistemas de moagem. Em concelhos como a Maia, devido à existência do Rio Leça que é caudaloso, encontravam-se *“oficinas [moinhos] com dez, doze até quinze pares de mós”*⁹.

Tal como noutras atividades, também aqui os operários alternavam o seu trabalho com o trabalho agrícola. Os moleiros eram ao mesmo tempo lavradores e os seus proventos procedem da

⁵ Inquérito Industrial de 1881, Livro II, p. 34 e 35.

⁶ Inquérito Industrial de 1881, Livro II, p. 43 e 44.

⁷ O arrátel era a unidade de medida do antigo sistema português de medidas que perdurou até ao século XIX, quando se adotou o sistema métrico. Após várias adaptações ao longo da sua história, a partir de 1499 um arrátel correspondia a 4590kg.

⁸ Inquérito Industrial de 1881, Livro II, p. 44.

⁹ Inquérito Industrial de 1881, Livro II, p. 27.

*maquia*¹⁰ e da lavoura ao mesmo tempo. Era uma indústria de carácter familiar. Numa família de moleiros todos trabalhavam na área.

O produto da moagem servia para consumo interno e para exportação, sendo o Porto o primeiro mercado consumidor das farinhas obtidas pela moagem no concelho da Maia.

Quanto ao moinho de vento, não existe informação no relatório do inquérito que permita a sua identificação e localização.

No entanto, segundo Padre Joaquim Antunes de Azevedo¹¹, o único moinho de vento no concelho da Maia teria sido construído em 1772 e pertencia a Manuel Moreira da Silva. Situava-se no Monte da Bajouca, em Gemunde.

No caso dos moinhos a vapor, um deles situava-se no lugar do Couço, Moreira, era propriedade de Joaquim Francisco Maia, moleiro e pequeno negociante de cereais que detinha, ainda, arrendadas ou em sua posse azenhas próximas no Rio Leça.

Os moinhos a vapor serviam para trabalhar durante o verão para não perder clientela, uma vez que, devido ao fraco caudal no verão, as azenhas não funcionariam. O outro situava-se em Rebordãos, Águas Santas, e pertencia a António de La Rocque. Funcionava ora com o sistema hidráulico, a azenha, enquanto o caudal do rio o permitisse, e a vapor na estiagem.

A indústria moageira era uma pequena indústria e de carácter familiar. Como se pode verificar no relatório *“o industrial moe por conta alheia, não tem commercio nem capitães consideráveis.”*¹²

A serração do pinho

No concelho da Maia, os pinhais eram explorados para abastecimento de tabuado e lenha para o Porto. No entanto, no concelho da Maia o trabalho de serração era manual, pois não existiam serras hidráulicas.

Foram registados sessenta e três serradores braçais. No inverno, a exploração dos pinhais é mais frequente, uma vez que estes trabalhadores que também trabalhavam na agricultura, não tinham outra ocupação devido à sazonalidade dos trabalhos agrícolas.

Em Vila Nova da Telha, grande parte das casas eram, segundo o manuscrito do Padre Antunes de Azevedo¹³, de serradores. Atente-se à proximidade do grande pinhal existente no terreno onde hoje está instalado o aeroporto.

O vestuário

Apesar de no relatório não existir qualquer análise, esta categoria abarca os alfaiates e os sapateiros. Neste último caso estão incluídos, como se pode verificar no item tamanqueiro do relatório ao inquérito¹⁴, os pauzeiros e os tamanqueiros.

Refere o dito relatório que *“é uma arte que está de rastos”*¹⁵ devido ao avanço do sapato de liga e ao aparecimento das galochas que substituíram as designadas chancas.

¹⁰ Parte da moenda (parte do produto final) que o moleiro tomava para si como pagamento do seu trabalho.

¹¹ Azevedo, P. Joaquim (2015) – Memórias de Tempos Idos. CUMA Ed. Vol. II, p.

¹² Inquérito Industrial de 1881, Livro II, p. 29.

¹³ Azevedo, P. Joaquim (2015) – Memórias de Tempos Idos. CUMA Ed. Vol. III, p. 98

¹⁴ Inquérito Industrial de 1881, Livro II, p. 45.

¹⁵ Inquérito Industrial de 1881, Livro II, p. 46.

A ferraria

As ferrarias consistiam em pequenas lojas onde o ferreiro trabalhava por conta própria e auxiliado por serventes que trabalhavam a troco de hospedagem e salário que oscilava entre os 120 e os 200 réis, ou então pelos próprios familiares, nomeadamente os filhos e a mulher. Era, portanto, uma pequena indústria, também ela de carácter familiar, maioritariamente, e que satisfazia as necessidades locais.

No concelho da Maia existiam estas pequenas lojas ao longo da estrada de Braga, nomeadamente no Castelo da Maia, dedicada à indústria do prego que foram fechando devido à concorrência do prego de arame fabricado mecanicamente em Lisboa e no Porto. Em 1881 existiam apenas 38 pequenas oficinas que produziam exclusivamente o prego batido.

Este contexto veio dificultar a vida já difícil dos trabalhadores que, segundo o relatório, *“analfabetos, todos os serralheiros levam uma vida triste e faminta. É ver de perto a physionomia esquelética d’essa gente miserável, que nenhuma protecção ampara. Aturdidos pelo malhar da forja desde a primeira infância, rotos, anémicos, imundos, com o corpo inchado de bichos, essa gente é condenada pela sorte à condição de parias”*¹⁶.

As telheiras

Destacam-se dois fornos e oito trabalhadores. O fabrico da telha era primitivo e alternava, à semelhança de todos os outros, com o trabalho na agricultura, exercendo-se essencialmente no verão. Segundo o manuscrito do Padre Antunes de Azevedo, no lugar da Prozela, em Vila Nova da Telha, *“houve noutro tempo algumas telheiras”*¹⁷.

A carvoaria

Foram registados cinco trabalhadores na área. A cidade do Porto absorvia uma tonelagem considerável de carvão de madeira, daí o pinhal ser muito explorado para a obtenção da madeira necessária à produção de carvão para dar resposta à procura. Por outro lado, a indústria de carvoaria andava, igualmente, ligada à venda das cascas para cortumes e cujo mercado consumidor era também a cidade do Porto. O salário igualava o do trabalho no campo e a exploração era ambulante e intermitente devido à sazonalidade da ocupação principal que era o trabalho no campo.

A fundição de metais

No concelho da Maia, no lugar de Pedras Rubras, junto à estação de caminho-de-ferro, existia uma oficina de fundição de sinos de bronze, não excedendo a produção anual de seis sinos. Segundo o Padre Joaquim Antunes de Azevedo¹⁸, esta fundição pertencia a José Narciso da Costa. Era uma das quatro que já tinham existido em Moreira. Outra teria existido no lugar do Padrão, na casa de António Domingues da Silva que se situava na esquina da estrada com o caminho público e para onde vieram Joaquim Narciso da Costa e José Narciso da Costa, dois irmãos sineiros de Braga, com o intuito de refundirem o sino grande da Igreja de Moreira que havia sido quebrado no primeiro

¹⁶ Inquérito Industrial de 1881, Livro II, p. 37.

¹⁷ Azevedo, P. Joaquim (2015) – Memórias de Tempos Idos. CUMA Ed. Vol. III, p. 98.

¹⁸ Azevedo, P. Joaquim (2015) – Memórias de Tempos Idos. CUMA Ed. Vol. II, p. 198 e 199.

de novembro de 1869. Foi esta fundição que efetuou grandes reformas nos sinos das Igrejas da Maia e Moreira.

A manufatura do linho

A indústria do linho era na época a mais característica de todo o Minho. Não existia concelho no Porto onde não se trabalhasse o linho. Era uma indústria de carácter doméstico, fiava-se e tecia-se para servir a própria família que o trabalhava. Para além deste carácter de consumo interno, existiam mulheres que fiavam o fio que iria ser tecido nas indústrias de Gondomar, onde a manufatura do linho tinha um carácter de indústria não doméstica.

A padaria

Ao nível da padaria não existe qualquer análise referente ao concelho da Maia, apesar de se terem registado três fornos. Poderemos prever que seriam de carácter familiar cujo produto final seria vendido, de forma ambulante e porta a porta, pelas mulheres que o carregavam numa giga à cabeça.

A cestaria

A cestaria não tinha grande projecção no concelho. Apesar do registo, seria uma pequena indústria de carácter familiar que alternava, mais uma vez, com o trabalho agrícola e que servia para complemento do orçamento familiar. O produto, levado pelas mulheres, era vendido nos mercados do Porto, nomeadamente no mercado do Bolhão.

Conclusão

O inquérito industrial de 1881 é, sem dúvida, um marco importante no registo das atividades do nosso País e permitiu conhecer a realidade industrial dos diferentes concelhos tais como a do concelho da Maia.

Neste contexto, o concelho da Maia era um concelho rural de periferia de uma cidade em crescimento, o Porto, caracterizado pela designada pequena indústria, aquela na qual predominava o trabalho manual que interferia diretamente no preço da transformação da matéria-prima, e de carácter familiar.

O inquérito ao concelho da Maia foi feito de forma indireta. Assim, os dados conseguidos, tal como referem tantas vezes os analistas, aproximam-se da verdade. Em 1881 destacam-se, no concelho da Maia, as indústrias da construção; da manufatura do algodão e da moagem. Com menor relevância, mas igualmente com um número significativo de efetivos, a serração do pinho; o vestuário e a ferraria.

Com pouca relevância, mas existentes, a indústria telheira; a carvoeira; a fundição de metais, a manufatura do linho; a padaria e a cestaria.

Verifica-se, pela leitura do relatório do inquérito, que os produtos resultantes da transformação da matéria-prima nas indústrias do concelho da Maia eram para consumo interno e para exportar, neste caso para a cidade do Porto. A vida do concelho da Maia, e das pessoas que

viviam na Maia, gravitava, portanto, em torno da sua sobrevivência e em torno das necessidades da cidade.

Apesar de terem como principal ocupação a agricultura, cujas atividades eram de carácter sazonal, a população exercia as atividades referidas no inquérito como um complemento ao orçamento familiar.

Era, portanto, um concelho cuja realidade económica e social ficava muito aquém daquele que hoje conhecemos.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes (1996), A Indústria do norte de Portugal até à década de 1920 – representações empresariais, in Actas dos congressos ‘A. Ed Alves, Jorge Fernandes. Porto: C indústria têxtil no Vale do Ave. História, desafios e perspectivas’. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

AZEVEDO, P. Joaquim Antunes de (2015), *Memórias de Tempos Idos*. CUMA Ed., Vol. I.

AZEVEDO, P. Joaquim Antunes de (2015), *Memórias de Tempos Idos*. CUMA Ed., Vol. II.

AZEVEDO, P. Joaquim Antunes de (2015), *Memórias de Tempos Idos*. CUMA Ed., Vol. III.

BASTOS, Carlos (1950), O comércio e a indústria têxtil em Portugal, Porto: Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama.

CASTRO, Armando (1978), A revolução industrial em Portugal no século XIX, Porto: Limiar.

FERREIRA, Jaime A. Couto (1999), Farinhas, moinhos, moagens, Lisboa: Ancora Editora.

INE (1959) O inquérito industrial de 1957-1959 (volume geral), Lisboa, Bertrand.

Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Visita às fábricas. Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, Livro II. Lisboa.

Inquérito Industrial de 1890, Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

LAINS, Pedro (1990), A evolução da agricultura e da indústria em Portugal, 1850-1910: uma interpretação quantitativa, Lisboa: Banco de Portugal.

LOPES, Luís Seabra (2005), A cultura da medição em Portugal ao longo da História. In Educação e Matemática, n.º 84.

MÓNICA, Maria Filomena (1986), Artesões e operários, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

REIS, Jaime (1986), A Produção Industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice. In *Análise Social*, Nº. XXII, pp. 903-928.

Resumo do Inquérito Industrial de 1881 (1833), Lisboa: Imprensa Nacional.

RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José M. Amado (1999), História da indústria portuguesa - da Idade Média aos nossos dias, Europa-América e AIP.

SILVA, Luisa Vieira da; GARCIA, João Carlos (1981), O Inquérito industrial de 1881. Nota sobre um centenário. In *Revista Finisterra*. Disponível em <https://doi.org/10.18055/Finis2179>

A evolução administrativa do concelho da Maia Do séc. XIX aos detentores de cargos públicos de hoje

Rui Teles de Menezes*

Resumo: O autor aborda a questão administrativa do Concelho da Maia desde o séc. XIX, identifica os cargos existentes e enumera os Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal da Maia.

Palavras-chave: Câmara Municipal, Paços do Concelho, Presidente de Câmara, Regedor, Cabo de polícia, Vereadores, Junta de Freguesia.

Decorria o ano de 1836 quando no contexto da reforma administrativa de Mouzinho da Silveira, a Maia, apesar de ver fortalecida a sua autonomia por via da elevação ao duplo estatuto de concelho/comarca concedido por Passos Manuel, foi dividida entre os concelhos vizinhos - Porto, Matosinhos, Vila do Conde, Santo Tirso, Valongo, Gondomar. Passados dois anos, a Comarca da Maia é extinta e o seu Julgado passa a integrar a Comarca do Porto.

Sucedem-se os anos e continua o “emagrecimento” do concelho da Maia e das suas “Terras”, em favor das terras limítrofes e até ao aparecimento de novos concelhos. Perdem-se as freguesias de Malta, Aveleda, Guilhabreu, Mosteiró, Vilar do Pinheiro, forma-se o concelho de Bouças (Matosinhos).

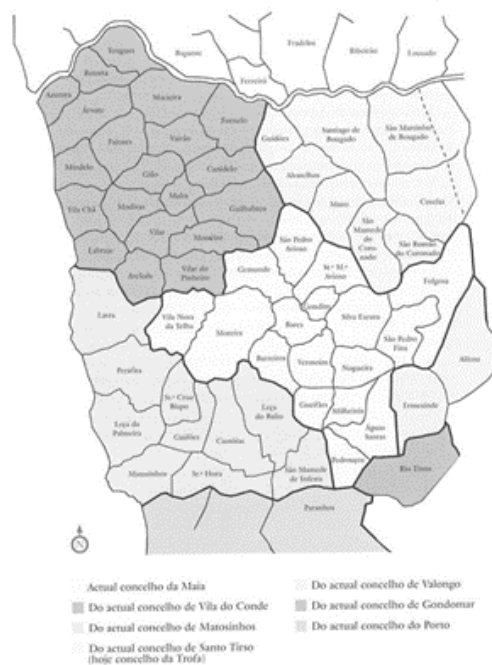
Nos finais do século XIX, a Maia fica assim reduzida a 16 freguesias: Águas Santas, Avioso-S.Pedro, Avioso-Santa Maria, Barca, Folgosa, Gemunde, Gondim, Gueifães, Maia, Milheirós, Moreira, Nogueira, São Pedro de Fins, Silva Escura, Vermoim e Vila Nova da Telha.

Aliado a este processo de erosão territorial e administrativo, ocorrem também alterações na localização da sede do concelho.

A reforma Administrativa de 1842 implementa os Conselhos Municipais e Conselhos de Distrito, reforçando a tutela sobre as Câmaras.

Assiste-se a uma centralização de todos os serviços municipais (administração, fazenda, justiça e recebedoria) num só local, de preferência nos Paços do Concelho, instituídos pela Portaria de 10 de Junho de 1843. Este processo implicou a transferência dos restantes serviços - fazenda e administração, para o edifício dos Paços do Concelho no Castelo da Maia, onde funcionavam os serviços de recebedoria e justiça.

Área Geográfica correspondente à antiga Terra da Maia



O desmembramento da antiga Terra da Maia

* Câmara Municipal da Maia – Fórum da Maia/Centrarte

Se até aí a sede do Concelho tinha lugar no Castelo (onde atualmente se encontra o Museu de História e Etnologia da Terra da Maia¹), com este encurtamento territorial, a sede localizada no topo norte começa a sentir a pressão das terras mais ao centro – Barreiros e até mais a sul, caso de Águas Santas, que faz fronteira com a cidade do Porto. Em sentido contrário encontravam-se os que residiam nas freguesias a norte e este do concelho, opondo-se à transferência de todos os serviços da administração do Castelo.



Construção da antiga C. M. Maia, anos 1902-03
(Foto Arquivo da Junta de Freguesia da Cidade da Maia)

A transferência de todos os serviços da administração concelhia para Barreiros foi declarada a 28 de junho de 1902 e efetivou-se no dia 1 de julho de 1902 envolta em polémica, tendo sido necessário recorrer a escolta policial para se proceder a tamanha façanha. Foram precisos vários carros de bois para transportar toda a documentação e muitos livros de grandes dimensões, os célebres “modelo 8” onde se registavam todos os movimentos de dinheiros, licenças, balancetes e averbamentos. O destino provisório foi a Casa da Botica², no primeiro

andar do nº 126 da freguesia de Barreiros, lugar do Picoto, até terminar a construção dos novos Paços do Concelho na alameda junto à rua Visconde de Barreiros. Este local escolhido não era do agrado do Padre Luís Campos, chegando mesmo a declarar “que a CMM devia “agradecer a oferta do terreno para a nova CMM, mas não devia aceitá-lo visto ele oferecer desvantagens: não ficar na estrada real nº3, a rua de mais trânsito, mais povoada, mais central e mais bonita do Picoto”.

Durante o período da transferência dos paços do concelho e construção do novo edifício, o Presidente da Câmara para o período de 1902 a 1905 foi o Reverendo José Tavares da Silva Borges, tendo-lhe sucedido o Padre Luís da Silva Campos até ao 5 de outubro de 1910³.

A construção dos novos Paços do Concelho iniciou-se a 3 de outubro de 1902, obra que se efetuou de forma rápida, tendo sido a inauguração por altura das festas do Bom Despacho, a 11 de Julho de 1903.



Edifício da C. M. Maia nos anos 70
(Foto Arquivo da Junta de Freguesia da Cidade da Maia)

¹ Museu de História e Etnologia da Terra da Maia - Tem como provável data de construção o final do século XVIII. De desenho simples e tradicional de dois pisos. Até 1902 funcionou como sede administrativa - Paços do Concelho. Posteriormente teve diversas utilizações, como escola primária, registo civil, cadeia, a junta de freguesia de Santa Maria de Avioso, posto de correios e por fim, a sede do Sport Clube do Castelo da Maia.

² Por alguns meses a Casa da Botica, edificação de qualidade para a época, por ser um dos poucos casos de arquitetura “não rural” funcionou como Câmara Municipal da Maia. Trata-se de uma casa urbana, situada junto da estrada Porto-Braga, onde funcionou a antiga farmácia Gramaxo. Era aqui que se reuniam e conspiravam os defensores da mudança da sede do concelho do Castelo para Barreiros.

³ Durante alguns dias, de 2-1-1908 a 14-2-1908, o Presidente da Câmara Municipal da Maia foi o Dr. António Vieira da Assumpção Cruz, intermediando as presidências do Padre Luís da Silva Campos.

Estas mudanças foram defendidas por um grupo de ilustres da terra, onde sobressaia António Cecioso de Moreira de Sá e Melo, apelidado de “Melinho”, Administrador do Concelho da Maia desde 1900. Este processo de retalhe do concelho e transferência da sede do concelho encontra-se muito bem descrito nos livros “Temas Maiatos” nº4 e nº9 de Álvaro do Céu Oliveira, onde revela como decorreu todo esse processo, os seus intervenientes, alianças, avanços e recuos. Aliás, consultando as Atas de Vereação da CM Maia, ainda são bem visíveis a lápis, pequenos apontamentos deste autor nas pesquisas efetuadas em finais dos anos 70 e princípios dos anos 80 do século passado.

Resumindo:

Câmara Municipal no Castelo da Maia – até 1902

Barreiros torna-se vila – 11-12-1902

Paços Concelho instalam-se no Picoto, Barreiros – inaugurados a 11-7-1903

Freguesia de Barreiros passa a designar-se Maia – 21-12-1950

Paços Concelho Maia – inaugurados a 12-7-1982

Torre do Lidador – inaugurada a 9-7-2001

Posto isto, centremo-nos nos espaços administrativos e no final, passemos então aos cargos e seus intervenientes.

Câmara Municipal e Vereadores

A introdução da Monarquia Constitucional e as reformas administrativas de Mouzinho da Silveira em 1832 levam à uniformização da administração local do país. A partir desse momento, as câmaras municipais passam a ter uma organização única a nível nacional, sendo constituídas por um presidente e por vários vereadores, o que perdura até aos dias de hoje.

O termo "câmara municipal" é usualmente utilizado para se referir ao conjunto dos departamentos e serviços da administração municipal⁴. Como órgão executivo do município, a câmara municipal apresenta-se de uma forma colegial, composta por um presidente e um número variável de vereadores, sendo responsáveis pelos diversos pelouros ou então exercendo funções sem pelouros atribuídos.

O presidente da câmara municipal costuma ser o primeiro nome da lista mais votada nas eleições autárquicas, e em geral os vereadores com pelouros a tempo inteiro, ou a meio tempo na gestão da autarquia, são os restantes membros dessa lista que foram eleitos. Os vereadores sem pelouro costumam ser os elementos da câmara eleitos pelas listas minoritárias, e normalmente encontram-se em oposição a quem dirige o executivo.

Paços do Concelho

“Paços do Concelho” é a denominação comum dos edifícios onde está sediada a administração local dos municípios portugueses. Neste local encontra-se instalada a sede da câmara municipal, a casa do poder executivo, podendo albergar outros serviços e órgãos municipais.

⁴ A designação "casa da câmara" utilizou-se até ao século XIX, mais propriamente, para designar as sedes das câmaras e administrações municipais, em virtude da maioria delas estar instalada, não num palácio, mas apenas num pequeno edifício, pouco maior que uma casa de habitação. O termo "paços do concelho" utilizado amiúde para designar as sedes municipais das cidades mais importantes, revelava instalações com edifícios maiores e mais imponentes.

Até meados do século XX, além de incluírem a câmara municipal, os paços do concelho, normalmente, também albergavam quase todos restantes serviços públicos existentes no concelho⁵, tais como a administração de concelho, o tribunal, o registo civil, a cadeia e a repartição de finanças.



O Lidador na Praça, junto aos Paços do Concelho

Atualmente, na Praça do Município, rebatizada de Dr. José Vieira de Carvalho, sobressaem dois corpos edificadas. De sóbria beleza, ambos os edifícios foram desenhados pelo arquiteto António Machado. O primeiro começou a ser projetado em meados dos anos 70 no mandato do Dr. Vieira de Carvalho, tendo os seus terrenos sido adquiridos nessa altura. Com o período conturbado da Revolução de 25 de Abril de 1974, a obra esteve parada por uns anos, tendo sido terminada pelo Dr. Vieira de Carvalho, novamente eleito nas eleições autárquicas de 1979. Junto aos dois edifícios, numa simbiose clássico-moderno encontra-se a estátua do Lidador, inaugurada em 1984, da autoria de Lima de Carvalho.

Já no séc. XXI, a Torre Municipal de Serviços da Maia é inaugurada em 2001. A Torre Lidador, torna-se numa obra marcante do concelho da Maia, e representa o dinamismo das suas gentes, um novo ciclo de progresso e de desenvolvimento sustentável. A Torre Lidador é uma referência em todo o Concelho, tendo 92 metros de altura, sendo o 5º edifício mais alto do país e o mais alto fora da cidade de Lisboa.



Vista geral da Praça do Município – finais dos anos 70 e atualidade

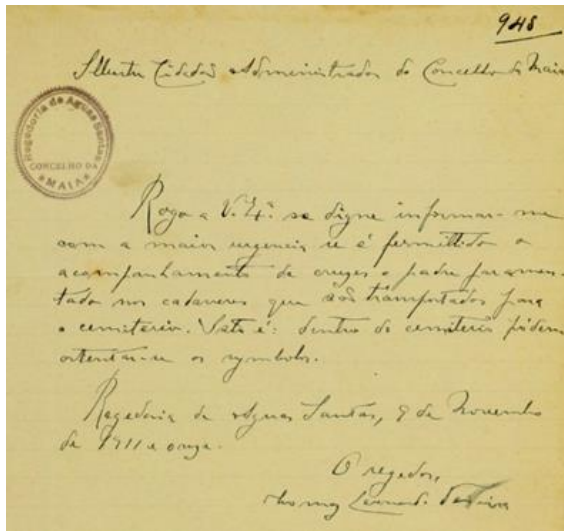
⁵ A Maia é um exemplo desta realidade, pois quer nos antigos Paços do Concelho situados no Castelo até 1902 quer posteriormente em Barreiros no novo edifício construído de raiz em 1903 e demolido em 1982, existiram ao longo dos anos quase todas essas valências.

Regedores e cabos de polícia

Em 1832, a reforma administrativa de Mouzinho da Silveira levou à introdução da freguesia ou paróquia civil, como subdivisão administrativa do concelho. Cada paróquia passava a ter um órgão de administração local eleito - a junta de paróquia e um magistrado administrativo representante da administração central - o comissário de paróquia.

A figura do Regedor surge em Portugal devido ao Código Administrativo de 1836, que elimina o comissário de paróquia, sendo substituído pelo regedor, com competências semelhantes. Estas foram-se modificando ao longo dos anos, permanecendo iguais às dos administradores de concelho. Subordinados a estes, cingiam-se a uma ação na realidade da paróquia. Os regedores procuravam garantir a boa aplicação das leis e dos regulamentos administrativos, exerciam a autoridade policial no território da freguesia, sendo estes os representantes da administração central junto de cada freguesia.

As funções dos regedores seriam: cumprir e fazer cumprir as ordens, deliberações e posturas municipais e os regulamentos de polícia, possibilidade de levantar autos de transgressão, auxiliar as autoridades policiais e judiciais, tomar medidas de forma a garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade da população, prestar apoio às autoridades sanitárias, fazer cumprir os regulamentos funerários, auxiliar a população em caso de incêndio e cumprir outras ordens ou instruções emanadas do presidente da câmara municipal.



Exemplo de um ofício do Regedor Thomaz Leonardo Teixeira da freguesia de Águas Santas, acérrimo defensor do regime republicano ao Administrador do Concelho, de 9 de novembro de 1911, período marcado por forte controlo e medidas do Estado contra a Igreja. (AMM)

No auxílio das suas funções policiais, os regedores tinham às suas ordens, funcionários designados "cabos de polícia". Estes cabos de polícia, muitas vezes analfabetos e de pouca instrução, recebiam como remuneração uma pequena parte das multas cobradas. Durante muitos anos foram a única força policial existente em quase todo o país. Por vezes terão sido contestados por alguns setores da sociedade, vistos como uma ameaça às liberdades e garantias dos cidadãos, por vezes fazendo uso do poder arbitrário que detinham. A figura do regedor e do cabo de polícia na freguesia foi extinta com a introdução da Constituição da República Portuguesa de 1976.

Junta de Freguesia

A junta de freguesia é o órgão executivo colegial de cada uma das freguesias de Portugal. Este corpo administrativo foi criado em 1832, aquando da criação da paróquia ou freguesia como unidade administrativa, designando-se, então junta de paróquia. Em 1916 passou a ter a atual designação.

Cada junta de freguesia é constituída por um presidente e por vários vogais. Torna-se, automaticamente, presidente da junta, o primeiro candidato da lista mais votada na eleição para a assembleia de freguesia, o chamado "cabeça de lista". Os vogais da junta são eleitos pela assembleia

de freguesia, de entre os seus próprios membros propostos pelo presidente da junta. No caso das freguesias com menos de 150 eleitores - que não têm assembleia de freguesia -, os vogais são eleitos num plenário dos eleitores.

Presidentes de Câmara e outros detentores de cargos municipais

Consultando as atas da Câmara municipal, foi possível identificar diversos detentores de cargos públicos. Segue então, a relação nominal dos Presidentes da CM Maia e demais autoridades, similantemente responsáveis pelos destinos autárquicos do Concelho da Maia até aos dias de hoje:

12-6-1834 Presidente – José Augusto Camacho de Sá

26-6-1835 Presidente – Joaquim Rodrigues de Brito

1837 Presidente – Manuel Pereira Dias

1842 Presidente – Agostinho Alves dos Santos e Silva

18-1-1843 Presidente – Manuel Simão Ferreira da Silva

12-10-1846 Presidente – António Dias Senra

Comissão Municipal interina cujo Presidente era Agostinho Alves dos Santos e Silva até 2-1-1852 (Em 15-12-1847 foi eleito presidente interino e também fiscal substituindo por vezes o Presidente em exercício)

7-1-1852 Presidente – José de Oliveira Maia

2-1-1856 Presidente - José Maria da Fonseca Almeida Campo Verde

2-1-1858 Presidente - João Nepomuceno de Almeida Benevides

2-1-1860 Presidente – José Maria da Fonseca Almeida Campo Verde

2-1-1862 Presidente – José Ferreira Alves e Vice-Presidente – António Moreira do Couto

2-1-1864 Presidente – José Joaquim Rebelo e Vice-Presidente – Manuel Ferreira Esmoriz

2-1-1866 Presidente – Manuel Ferreira Esmoriz e Vice-Presidente – António da Silva Maia

23-4-1868 Presidente – Manuel Vieira Neves da Cruz e Vice-Presidente – Joaquim da Costa Maia

2-1-1870 Presidente – Dr. Joaquim Moutinho dos Santos e Vice-Presidente – António Moreira da Silva

2-1-1872 Presidente – José Vitorino da Silva Ferreira e Vice-Presidente – José de Oliveira Maia

2-1-1874 Presidente – José Vitorino da Silva Ferreira e Vice- Presidente – João Nepomuceno de Almeida Benevides

2-1-1878 Presidente – António Moreira do Couto e Vice-Presidente – Joaquim da Costa Maia

2-1-1886 Presidente – Joaquim da Costa Maia e Vice-Presidente – Joaquim da Silva Monteiro

2-1-1887 Presidente – António Moreira do Couto e Vice-Presidente – Joaquim da Costa Maia

30-9-1889 – Assume a Presidência Joaquim da Costa Maia por falecimento do Presidente em exercício, Dr. António Moreira do Couto

2-1-1890 Presidente – Manuel Duarte Ferreira Júnior

2-1-1893 Presidente – José Maria Augusto da Costa e Vice-Presidente – José Ferreira de Andrade

2-1-1899 Presidente – António Francisco da Silva e Vice-Presidente – Joaquim Jorge de Sousa

2-1-1902 Presidente – Reverendo José Tavares da Silva Borges e Vice-Presidente – Reverendo João Martins do Rio

4-5-1905 Presidente – Luís da Silva Campos e Vice-Presidente – António da Silva Costa

2-8-1905 Foi destituído do Cargo de Presidente Luís da Silva Campos por ter sido anulada a sua eleição por acordo do Supremo Tribunal Administrativo em 20-6-1905 e em 2-8-1905 tomou posse como Presidente o Reverendo José Tavares da Silva Borges até 5-2-1906

5-2-1906 Presidente - Luís da Silva Campos e Vice-Presidente – Reverendo António da Silva Costa

2-1-1908 Presidente – Dr. António Vieira da Assumpção Cruz até 14-2-1908

24-2-1908 Presidente - Luís da Silva Campos e Vice-Presidente – Reverendo Joaquim da Silva Maia

10-10-1910 Presidente – Dr. José Félix Farinhote



Retrato do Dr. José Félix Farinhote que se encontra nos Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia (Foto José Maia Marques).

O Dr. Farinhote, médico bem conhecido dos moreirenses e dos maiatos, primeiro presidente sob o regime republicano, que ele aliás defendia, homem sério e íntegro, descontente com o rumo que as coisas tomaram, abandonou o cargo poucos meses depois.

23-2-1911 Presidente – Dr. Arnaldo Augusto Barbosa Soares e em 14-7-1911 foi eleito Vice-Presidente António Fernandes Pinto, podendo assumir a Presidência por motivo de ausência do Presidente até 31-12-1913

2-1-1914 Presidente – Augusto Nogueira da Silva e Vice-Presidente Manuel Gonçalves Lage Sobrinho até 16-12-1914

Senado

2-1-1915 Presidente – Augusto Nogueira da Silva e Vice-Presidente – Augusto Simões Ferreira da Silva

24-11-1915 Presidente – Augusto Nogueira da Silva e Vice-Presidente – Augusto Simões Ferreira da Silva

5-1-1916 Presidente – Augusto Nogueira da Silva e Vice-Presidente – Augusto Simões Ferreira da Silva

12-8-1919 Presidente – Altino da Costa Maia e Vice-Presidente – Augusto Simões Ferreira da Silva

2-1-1920 Presidente – Altino da Costa Maia e Vice-Presidente – Augusto Simões Ferreira da Silva
3-1-1921 Presidente – Altino da Costa Maia e Vice-Presidente – Augusto Simões Ferreira da Silva
16-4-1923 Benjamim da Silva Teixeira e Vice-Presidente – Serafim Vieira da Silva Cruz

Comissão Administrativa

21-1-1914 Presidente – Agostinho da Silva Marques e Vice-Presidente Manuel Gonçalves Lage Sobrinho
9-8-1916 Presidente – Zeferino de Sousa Ferreira até 29-8-1917
24-10-1917 Presidente – Zeferino de Sousa Ferreira
2-1-1918 Presidente – Dr. Alberto Almeida Magro e Vice-Presidente Agostinho Moreira da Silva até 12-9-1919
19-2-1919 Presidente da Comissão Administrativa – Augusto Nogueira da Silva
22-3-1919 Presidente da Comissão Administrativa – Manuel de Sousa Dias e Vice-Presidente António Joaquim Farinhote até 7-8-1919
12-8-1919 Presidente da Comissão Administrativa – Augusto Nogueira da Silva e Vice-Presidente António Ferreira Pinto até 28-12-1921
3-1-1922 Presidente da Comissão Administrativa – Augusto Simões Ferreira da Silva e Vice-Presidente Manuel Gonçalves Lage Sobrinho
16-4-1923 Presidente da Comissão Administrativa – Altino da Costa Maia e Vice-Presidente António Ferreira Pinto até 17-12-1925. Em 8-6-1925 é lida uma carta do Presidente Altino da Costa Maia pedindo a sua demissão.
2-1-1926 Presidente da Comissão Executiva – Dr. António dos Santos e Vice-Presidente Augusto Simões Ferreira da Silva



**Retrato dos Presidentes
Dr. António dos Santos
(esquerda) e Coronel
Carlos Moreira (direita)**



2-1-1941 Presidente – Augusto Simões Ferreira da Silva e Vice-Presidente Alberto Campos da Costa Maia até 6-12-1944
19-12-1944 Presidente – Dr. Carlos Pires Felgueiras e Vice-Presidente Alberto Campos da Costa Maia até 3-10-1957
24-10-1957 Presidente – Rodrigo Gonçalves da Costa Lage (era Vice-Presidente assumindo a Presidência por falecimento do Dr. Carlos Pires Felgueiras) até 13-12-1957

28-12-1957 Presidente – Coronel Carlos José Moreira
 30-12-1969 Presidente interino – Dr. Carlos da Silva Mouta até 5-2-1970
 14-2-1970 Presidente – Dr. José Vieira de Carvalho até 4-7-1974
 18-7-1974 Presidente da Comissão Administrativa – Luís Eduardo da Costa Almeida até 18-12-1976
 5-1-1977 Presidente – Dr. Jorge Luís da Costa Catarino até 31-12-1979
 18-1-1980 Presidente – Dr. José Vieira de Carvalho até 1-6-2002



O Dr. José Vieira de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal da Maia antes e depois do 25 de Abril, figura marcante da Maia contemporânea

1-6-2002 Presidente – Eng. António Gonçalves Bragança Fernandes e Vice-Presidente António Domingos da Silva Tiago
 26-10-2017 Presidente – Eng. António Domingos da Silva Tiago e Vice-Presidente em regime de rotatividade por todos os eleitos pela lista vencedora

Finalizando, no último quartel do Século XX, com a entrada no Portugal democrático, os presidentes de câmara e respetivos vereadores são eleitos pelos cidadãos inscritos na sua área de residência, nas denominadas eleições Autárquicas.

De 1976 até 2017, estes foram os resultados para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Câmara Municipal

Mandatos	Presidente eleito	%	Vereadores	Partido
1976-1979	Jorge Luís Costa Catarino	39,5%	3/7	PS
1979-1982	José Vieira de Carvalho	45,6%	5/9	AD
1982-1985	José Vieira de Carvalho	44,3%	4/9	AD
1985-1989	José Vieira de Carvalho	60,5%	6/9	PSD
1989-1993	José Vieira de Carvalho	57,4%	6/9	PSD
1993-1997	José Vieira de Carvalho	59,3%	6/9	PSD
1997-2001	José Vieira de Carvalho	60,4%	6/9	PSD
2001-2005	José Vieira de Carvalho	56,3%	6/9	PSD-CDS/PP
*	António Gonçalves Bragança Fernandes			
2005-2009	António Gonçalves Bragança Fernandes	52,5%	6/9	PSD-CDS/PP
2009-2013	António Gonçalves Bragança Fernandes	57,7%	8/11	PSD
2013-2017	António Gonçalves Bragança Fernandes	50,1%	7/11	PSD-CDS/PP
2017-	António Domingos da Silva Tiago	39,9%	6/11	PSD-CDS/PP

* Em 2002, António Gonçalves Bragança Fernandes substituiu José Vieira de Carvalho, por falecimento deste.

Assembleia Municipal

Mandatos	Presidente eleito	%	Deputados	Partido
1976-1979 *	Maria Emília de Melo Moreira da Silva Diocleciano Ferreira Pereira dos Santos	39,00%	7/17	PS
1979-1982	Bernardino da Costa Pereira	45,59%	21/45	AD
1982-1985 **	Joaquim da Silva Ribeiro (renunciou) Armando da Silva Dias Daniel Augusto Alves Pinho	41,93%	20/45	PS PS APU
1985-1989	António Elísio de Cabral Costa	56,60%	16/27	PSD
1989-1993	Luciano da Silva Gomes	51,37%	15/27	PSD
1993-1997	Luciano da Silva Gomes	53,02%	16/27	PSD
1997-2001	Luciano da Silva Gomes	53,38%	16/27	PSD
2001-2005	Luciano da Silva Gomes	52,13%	16/27	PSD-CDS/PP
2005-2009	Luciano da Silva Gomes	47,90%	14/27	PSD-CDS/PP
2009-2013	Luciano da Silva Gomes	50,59%	18/33	PSD
2013-2017	Luciano da Silva Gomes	43,20%	17/33	PSD-CDS/PP
2017-	António Gonçalves Bragança Fernandes	40,3%	15/33	PSD-CDS/PP

*A Presidente eleita foi substituída temporariamente por Diocleciano Ferreira Pereira dos Santos.

** Neste mandato houve um acordo entre o PS e a APU, no sentido de cada uma das forças políticas presidirem à Assembleia Municipal durante meio mandato. O primeiro coube ao PS, com Joaquim da Silva Ribeiro, que por ter renunciado ao mandato foi substituído por Armando da Silva Dias, que completou o meio mandato do PS.

Documentação:

Arquivo Municipal da Maia

Atas da CM Maia

Atas da Assembleia Municipal da Maia

Arquivo da Junta de Freguesia da Cidade da Maia

Bibliografia:

MAIA, Vítor (2001). *Um olhar sobre o século XX*. Maia: Edição do autor

OLIVEIRA, Álvaro do Céu (1980). *Temas maiatos nº4 A Terra da Maia e as Lutas Liberais*. Maia: Edição CM Maia

OLIVEIRA, Álvaro do Céu (1985). *Temas maiatos nº9 Desmembramento do Concelho*. Maia: Edição CM Maia

VII Jornadas da Rede de Bibliotecas da Maia

“E se a biblioteca fechasse? Perspetivas de transformação”

Miguel Azevedo*

Resumo: A Rede de Bibliotecas da Maia reflete, nesta sétima edição das “Jornadas”, sobre os desafios que se deparam às Bibliotecas face às mudanças sociais, culturais e tecnológicas.

Palavras-chave: Maia, Biblioteca Municipal, Rede de Bibliotecas

A Divisão de Cultura e Turismo tem desenvolvido, através da Biblioteca Municipal Doutor José Vieira de Carvalho, em parceria com as Bibliotecas Escolares, Bibliotecas das Juntas de Freguesia, e Centros de Documentação, uma Rede Concelhia de Bibliotecas cujo trabalho tem merecido o reconhecimento da Rede de Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação. Neste contexto a Biblioteca Municipal Doutor José Vieira de Carvalho, realizou as VII Jornadas da Rede de Bibliotecas da Maia, subordinadas ao título “E se a biblioteca fechasse? Perspetivas de transformação”.



* Câmara Municipal da Maia – Coordenador da Biblioteca Municipal Dr. José Vieira de Carvalho

Nos dias 17 e 18 de novembro de 2017 a Maia recebeu profissionais de vários pontos do país que, juntamente com o painel de convidados, debateram questões pertinentes aos novos desafios que enfrentam as Bibliotecas Públicas. A forte componente teórico-prática, característica destas jornadas, permitiu a apreensão de conteúdos e práticas relevantes para os diferentes contextos de atuação.

A par do programa formal, que reuniu nomes como Paulo Condessa, António Moreira, Alberto Serra e Bruno Duarte Eiras entre outros, os participantes tiveram ainda a oportunidade de conversar com o escritor Pedro Chagas Freitas e conhecer o projeto Aprender direitos humanos – passado e presente (Anne Frank House)



Partindo da premissa que a prática da leitura contribui para o aumento da literacia de um país e, por conseguinte, para a formação de cidadãos mais capazes de responder aos desafios pessoais e profissionais, as bibliotecas públicas e escolares, enquanto promotoras da leitura, em especial da leitura recreativa, têm de assumir-se como eixo de inovação, capaz de contribuir para a formação de cidadãos ativos e participativos, cosmopolitas e curiosos, capazes de se adaptarem às constantes mudanças e inovações com que se deparam neste século. A partilha de conhecimentos e experiências no âmbito da(s) literacia(s) e estratégias de promoção e consolidação de hábitos de leitura sustenta uma aprendizagem prática da teoria, onde serão privilegiadas estratégias de aprendizagem ativa mobilizadoras dos conhecimentos e experiências dos formandos, sendo possível a cada um deles refletir sobre as suas práticas e aperfeiçoar as suas intervenções.

NOTAS DE LEITURA

Gonçalo Marques

Com fotos de Sérgio Jacques

No Reino do Vinho dos Homens**Porto, 2017**

*O vinho é bebida santa,
Que nasce na cepa torta
A uns faz perder o tino
A outros não dar co'a porta.*

Quadra recolhida na Terra da Maia

O maiato, e colaborador desta Revista, Gonçalo Marques, com fotografias e edição de Sérgio Jacques, publica um interessante livro que tem origem em alguns capítulos da sua Dissertação de Doutoramento.

Intitulado “*No Reino do Vinho dos Homens – Uma viagem pelos Mosteiros, Vinhos e Gastronomia do Noroeste de Portugal*”, é, ao mesmo tempo, um livro sobre vinhos, sobre comidas e sobre monges, eles que tão bem cultivavam (em todos os sentidos) o bem comer e o bem beber.

E é um livro que fala também na Maia. Nas rotas estabelecidas pelos autores aí está o Mosteiro de S. Salvador de Moreira. Esse idílico local de monges que Eça de Queirós descreveu com a mestria que se lhe reconhece na Carta XII a Madame de Jouarre na *Correspondência de Fradique Mendes*, remetida da “Quinta de Refaldes”, que não era outra senão a Quinta do Mosteiro de Moreira.



Duas das páginas dedicadas ao Mosteiro de Moreira

dele, escandalizados, como de um pecado vivo”. Pois seja, mas ao contrário de S. Francisco de Assis e S. Bruno, os turistas, sobretudo os enoturistas, encheriam de certeza estas instalações na busca das experiências ainda hoje vivíveis, se elas estivessem abertas ao turismo.

Baseados nestas premissas, o autor, sempre magnificamente documentado com as fotografias de Sérgio Jacques, propõe aos leitores que contactem com as pessoas, as quintas e os mosteiros e que degustem vinhos e comidas, fazendo três viagens:

- A primeira, pelos caminhos de São Teotónio e do Cardeal Saraiva, com a pena de Pedro Homem de Melo;

- A segunda, por terras de S. Martinho de Dume e S. Geraldo de Braga, com a pena de Camilo Castelo Branco;

No Reino do Vinho dos Homens — Uma viagem pelos Mosteiros, Vinhos e Gastronomia do Noroeste de Portugal



Gonçalo Maia Marques
com fotografias de Sérgio Jacques

E nessa carta Eça, depois de uma completíssima descrição da propriedade, remata esse parágrafo: “E por fim, ondulado ricamente até às colinas macias, os campos de milho e de centeio, o vinhedo baixo, os olivais, os relvados, o linho sobre os regatos, o mato florido para os gados... S. Francisco de Assis e S. Bruno abominariam este retiro de frades e fugiriam

- A terceira, por Terras de D. João Peculiar e D. Gabriel de Sousa, com a pena de Agustina Bessa Luís.

Calcorrearemos assim os distritos de Viana, de Braga e do Porto, dando mesmo um brevíssimo salto à Galiza. Reavivaremos as memórias e faremos verdadeiro turismo.

Ora este livro assenta justamente, no que à sua estrutura diz respeito, nesses dois pontos hoje cada vez mais essenciais – As Enomemórias e o Enoturismo.

As primeiras, cuja fixação e desenvolvimento do conceito Gonçalo Marques já havia feito num artigo publicado na revista *Pasos – Turismo y Patrimonio Cultural*, podem e devem ser um aspeto fundamental para a questão da importância da história e das histórias do vinho. Podem e devem ser um recurso importantíssimo para o enoturismo. À semelhança, aliás, do que vemos lá fora (Espanha, França, Estados Unidos, Chile...) e que, como tudo o que é bem feito, devemos replicar no nosso País.

E este segundo, o enoturismo, é, cada vez mais, uma perspetiva de futuro. É fundamental colocar esses saberes e esses patrimónios do vinho ao dispor do enoturista, proporcionando-lhe uma vasta gama de experiências inesquecíveis. O enoturista não quer “apenas” provar o vinho. Para isso ia às grandes superfícies ou às grandes garrafeiras. É toda a experiência, toda a vivência das uvas, das gentes, da terra, do clima, enfim, e usando o termo francês consagrado, é o conhecimento e a fruição do “terroir” que interessam ao enoturista. É o (eno)turismo de experiências e de sensações, hoje a desenvolver-se mundialmente.

E de mais a mais, sabemos que o futuro do turismo em Portugal, e nomeadamente no Norte, passa, e muito, pelo vinho e pelo seu vasto mundo. E temos que o aproveitar, já que a viticultura chega cada vez mais a novos territórios competitivos, e o crescimento da nossa área de produção vinícola se faz um pouco a contraciclo.

Pois este livro oferece-nos esse futuro. Fala-nos do vinho, do seu mundo, do que lhe está associado. Aconselha-nos três rotas, oferece-nos uma panóplia de informações sobre o património, sugere-nos pratos deliciosos. Mostra-nos, enfim, os quotidianos (dos mosteiros, mas também das gentes) do Entre Douro e Minho.

Vinhos, mosteiros, gastronomia, rotas. Todos os ingredientes para que os autores do texto, Gonçalo Marques, e das fotos, Sérgio Jacques, tenham conseguido um produto de excelência

Repetindo, para terminar, algo do que está escrito no posfácio, este livro é também uma obra que perspetiva o (um) futuro.

Como? Abrindo espaço para o turismo enogastronómico, que pressupõe uma vasta gama de experiências construídas em torno de visita turística a produtores, locais, adegas e regiões vinícolas, conjugadas com degustação de produtos típicos.

E, quem sabe, este livro pode ser também um instrumento de revitalização da Rota dos Vinhos Verdes que, não podemos deixar de o reconhecer, precisa de um novo fôlego.



Sérgio Jacques usando da palavra na sessão de lançamento do livro na Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (Porto).

NOTÍCIAS

Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

A Música Vem ao Museu

14 de janeiro a 13 de outubro

A música é arte. Mas, tal como noutras manifestações artísticas, os distintos estilos musicais apelam e interpelam os sentidos de forma diferente. Uns seduzem o ouvinte a levantar, correr, dançar... Outros simplesmente acordam a alma e fazem-na sonhar. No entanto, independentemente do estilo, a música permite ao Homem vivenciar sensações que o despertam para sua essência enquanto ser, as emoções e o conhecimento com um ciclo de concertos concretizados numa parceria enriquecedora entre o museu de História e Etnologia da Terra da Maia e o Conservatório de Música da Maia em espaços culturais e religiosos diversos do concelho da Maia, este ano sob a égide da Comemoração do Centenário das Aparições de Fátima.

14 de janeiro 2017 - Igreja paroquial de Gueifães

22 de abril 2017 - Igreja Conventual de S. Salvador de Moreira da Maia

20 de maio 2017 – Museu História e Etnologia da Terra da Maia

13 de outubro 2017 - Igreja Nossa Senhora da Maia

DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS



CONCERTO
IGREJA CONVENTUAL
S. SALVADOR
DE MOREIRA DA MAIA

DIMS - DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS

PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO SUSTENTÁVEL

GRUPO - ENSEMBLE VOCAL NOTAS SOLTAS
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA

22 ABRIL 2017 - 21:30h
INFORMAÇÕES:
MUSEU@CH-MAIA.PT - TELEF.: 22 987 11 44
ENTRADA LIVRE



Cortejo Etnográfico da Terra da Maia As Lavadeiras

1 de julho

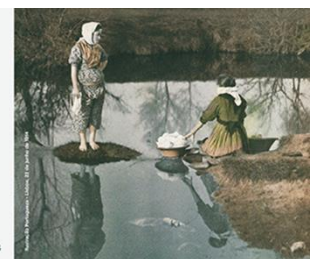
O cortejo etnográfico consistiu num desfile em contexto de Romaria da Senhora do Bom Despacho, no qual participaram os grupos regionais e folclóricos do Concelho da Maia, com início na Praça Doutor José Vieira de Carvalho, percorreu toda Av. Visconde de Barreiros e finalizou com uma amostragem pública e identificação dos trajes no Palco das Pirâmides, como objetivo principal na divulgação dos trajes maiatos situados entre 1850-1950, com incidência nas lavadeiras. Foi nossa intenção,

CORTEJO ETNOGRÁFICO da TERRA da MAIA

AS LAVADEIRAS DA MAIA

1 JULHO 2017 - 21:00h
PERCURSO: PAÇOS DO CONCELHO - AV. VISCONDE BARREIROS - PIRÂMIDES

ORGANIZAÇÃO: DCT - MUSEU DE HISTÓRIA E ETNOLOGIA DA TERRA DA MAIA
MUSEU@CH-MAIA.PT - MUSEOCULTURA@CH-MAIA.PT
MUSEOCULTURA@CH-MAIA.PT - TELEF.: 22 987 11 44



DCT - DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO
GABINETE DE MUSEUS E PATRIMÓNIO - 2017
DESIGN: MANUEL PASAGALHES

contribuir para a dinamização da Romaria da Nossa Senhora do Bom Despacho e sensibilizar para o património etnográfico do concelho.

Esta IV edição do Cortejo Etnográfico da Terra da Maia, incidiu particularmente na atividade tradicional de



lavar roupa nas águas do rio Leça e Almorode.

Maia, terra de lavadeiras, surgiam em grupos de mulheres e moçoilas num rodopio e chinfrim constante, provocado pelo falar alto e as cantigas alegres que as auxiliavam na caminhada até aos arrabaldes da cidade do Porto. Carregadas com grandes trouxas de roupa dobrada e bem lavada, iam a pé ou de carroça e mais tarde de camioneta, para a entrega das roupas às freguesas da cidade.

Estas moças passavam horas a fio gastando a pele das suas mãos nas águas claras, puras e cristalinas dos rios Leça e Almorode, lavando e branqueando roupa. Eram as lavadeiras da Maia, muito solicitadas pelas senhoras da cidade.



A lavagem dos lençóis, fronhas, toalhas e saias de baixo, depois de serem cuidadosamente mergulhadas nas águas dos rios e riachos, esfregadas, batidas e coradas ao sol, adquiriam o branco alvo que só as maiatas sabiam fazer.

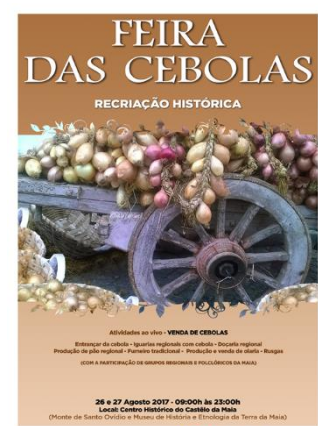
O objetivo deste evento foi divulgar os trajes maiatos e profissões existentes entre 1850-1950, sensibilizar a população para a defesa do património etnográfico do Concelho e contribuir para a dinamização da Romaria da Nossa Senhora do Bom Despacho.

Promotor: DCT - Museu de História e Etnologia da Terra da Maia - Local: Centro Histórico do Castelo da Maia

Feira das Cebolas e da Cerâmica **Centro Histórico do Castelo da Maia** **26 e 27 de agosto**

O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, através da recriação da tradicional Feira das Cebolas e cerâmica, divulgou uma tradição secular.

Vários espaços e vivências da tradicional feira foram retratados. Foram recriados, da forma mais aproximada possível, um momento de festa, de convívio e o encontro de pessoas. Assim, através deste evento cultural, pretendemos sensibilizar toda a comunidade para a defesa e salvaguarda do





património material e imaterial, motivar a gente da Maia a preservar e reproduzir o mais fidedigna possível as suas tradições, as suas vivências, de forma a perpetuar as memórias do passado, herdeiras de um pilar basilar da cultura de um povo, de uma gente e dum espaço que lhes pertence.

A Feira das Cebolas e Cerâmica teve lugar nos dias 26 e 27 de Agosto de 2017, no Centro Histórico do Castelo da Maia (no espaço envolvente ao Monte de Santo Ovídio e do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia) inserida nas Festas em Honra de Santo Ovídio, organizadas pela Junta de Freguesia da Vila do Castelo da Maia.



Este ano a feira contou com algumas novidades, tais como momentos dedicados ao entrançar da cebola; iguarias regionais relacionadas com a cebola e animação com a participação dos grupos regionais e folclore.



Promotor: Museu de História e Etnologia da Terra da Maia - Local: Centro Histórico do Castelo da Maia

PRESENÇAS

Colóquios e Congressos

I Encontro Nacional de Literaturismo

Castelo de S. João da Foz

30 de junho e 1 de julho

Organizado pela União de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, este primeiro Encontro tratou essencialmente roteiros literários, turismo e gastronomia. Sob a presidência do Diretor Regional de Cultura do Norte, Doutor António Ponte, vários estudiosos apresentaram as conclusões dos seus trabalhos. Esteve presente o Dr. José Maia Marques, do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia, que apresentou a comunicação “Geografia Literária de ‘As Mulheres da Beira’ de Abel Botelho”.



International Tourism Conference -The Visitor Economy Strategies and Innovations

Universidade de Bournemouth, Reino Unido

4 a 6 de setembro

Organizado pela Universidade de Bournemouth, este é um dos maiores encontros científicos de turismo na Europa. As suas várias secções tratavam temas tão diversos que iam do Turismo Hospitalar às novas formas de turismo. Neste evento esteve presente o Dr. José Maia Marques, do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia que, em co-autoria, apresentou a comunicação “Portuguese Coastal Way to Santiago: co-creating new touristic waves”.

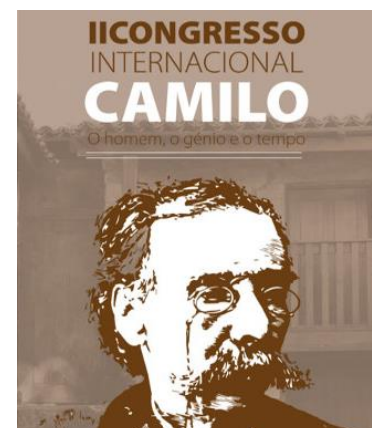


II Congresso Internacional Camilo: O homem, o génio e o tempo

Ribeira de Pena

8 e 9 de setembro

A segunda edição do Congresso Internacional Camilo: O homem, o génio e o tempo procurou perpetuar a memória cultural e patrimonial do aclamado escritor Camilo Castelo Branco que durante a sua juventude viveu em Ribeira de Pena. Este evento foi organizado pelo Município de Ribeira de Pena em estreita colaboração com o Grupo de Ciências da Cultura da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos da Universidade Católica Portuguesa, o Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, o Centro de Estudos Camilianos – Casa de Camilo (V.N. Famalicão), o Grémio Literário Vila-Realense e a Orfeu – Casa da Cultura – Bruxelas. Neste contexto foi também apresentado o livro “Camilo o homem, o génio e o tempo”, que pretende materializar todo o trabalho do congresso de 2016 bem como inauguradas várias exposições. Neste congresso esteve presente o Dr. José Maia Marques, do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia que apresentou a comunicação “Camilo e o mistério de Mr. Hume”.



Turismo Sustentável – Uma Ferramenta para o Desenvolvimento

Casa da Cultura de Paredes

27 de setembro

A Câmara Municipal de Paredes, para assinalar o Dia Mundial do Turismo, quis proporcionar aos alunos de Turismo do concelho uma conferência em que fossem abordados vários temas de interesse turístico, nomeadamente a sua capacidade geradora de riqueza e emprego. Da Câmara Municipal da Maia esteve presente o Dr. José Maia Marques que, na sua conferência, abordou o tema “O Turismo como fator de Desenvolvimento”.



Seminário Internacional “Descentralização da Gestão Patrimonial”

Casa da Calçada, Amarante

13 de outubro

No âmbito da AR&PA - Bienal Ibérica de Património Cultural, entendeu-se ser este o momento para procurar encontrar o modelo que melhor permita fazer face às características da harmoniosa, diversa e complementar dispersão territorial do nosso património; refletir sobre a realidade das competências técnicas em matéria de património cultural existente nas autarquias do nosso país e das expectativas da sua evolução; da necessidade de criação e definição de estratégias de sustentabilidade para esse conjunto de património. Esteve presente o Dr. José Maia Marques do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia.



IV Colóquio Internacional Caminhos de Santiago por Rates

Rates, Póvoa de Varzim

17 e 18 de novembro

Num organização da Junta de Freguesia de Rates e do seu Centro de Estudos Jacobeus, o Colóquio deste ano integrou-se nas Comemorações dos 500 Anos da Outorga do Foral Manuelino a Rates. A IV edição do Colóquio contou com a importante presença de conferencistas nacionais, espanhóis, franceses, italianos e alemães, que conferiram um elevado nível profissional ao evento, cuja programação contemplou, uma Feira do Livro com literatura sobre as temáticas do Caminho de Peregrinação para Santiago de Compostela e de investigação de temática local. Neste colóquio esteve presente o Dr. José Maia Marques, do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia que apresentou a comunicação “O Caminho de Santiago Pela Costa – da criação à concretização de um produto turístico”.



I Seminário de intercâmbio de experiências no âmbito do Turismo

Monforte de Lemos

22 de novembro

Organizado pelo Eixo Atlântico, teve como objetivo principal intercambiar as experiências turísticas inovadoras levadas a cabo por várias cidades pertencentes àquela organização, como foi o caso de Barcelona, Santiago de Compostela, Lugo, Porto, Vila Real, Barcelos e Vila Nova de Gaia. Sobreexploração Turística, Turismo Desportivo, Turismo Criativo,



Turismo Sustentável, Novos Planos Estratégicos, e Estratégias Internacionais, foram alguns dos temas debatidos. Esteve presente o Dr. Rui Rodrigues, Chefe de Divisão da Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Maia.

Workshop Planificação e Organização de Exposições. O papel do curador

Casa-Museu Guerra Junqueiro, Porto

25 e 26 de novembro

O objectivo desta acção de formação foi enquadrar no contexto da gestão de projectos culturais a função do curador. A exposição constitui o meio através do qual a arte contemporânea adquire visibilidade, ao ponto de ser hoje um elemento fundamental da nossa cultura visual. Daí que seja crescente, nos últimos anos, o interesse pelos modos de conceber e organizar exposições. Assim, neste curso discutiram-se os mais recentes desenvolvimentos do discurso crítico respeitante à prática curatorial, analisando-se ainda as metodologias subjacentes à implementação de projectos.. Esteve presente o Dr. Rui Rodrigues Chefe de Divisão da Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Maia.

**Planificação
e organização
de exposições**
**O PAPEL DO
CURADOR**

Homenagem a Helder Pacheco

Forte de S. João Batista da Foz do Douro

29 de novembro

Integrada no Ciclo “Foz Literária”, comissariado pelo Dr. José Valle de Figueiredo e organizado pela União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, teve lugar no Forte de S. João Batista uma Sessão consagrada à figura e à pessoa de Helder Pacheco, intitulada, justamente, “Quem sabe muito de nós é Helder Pacheco”. Tratou-se, como alguém disse, “de se homenagear o Porto em pessoa”.

Depois de palavras introdutórias do Comissário deste Ciclo, coube a vez ao “conferencista” daquele fim de tarde, o Dr.

José Maia Marques, que apresentou a comunicação “Helder Pacheco, o Porto e a sua História”. Esta comunicação, mais do que traçar um perfil biobibliográfico de Helder Pacheco, quis coloca-lo no lugar que merece na historiografia portuense, o que pode verificar-se por duas afirmações do palestrante: “um olhar, a voo de pássaro, sobre a História do Porto e o papel fundamental que, quanto a mim, o historiador (e sublinho historiador) Helder Pacheco tem na produção desse saber histórico portuense”; “É que de facto ele é Historiador, Etnógrafo e Patrimoniólogo, é um excelente professor (tenho seguras informações disso), e é um portista do coração. E poderia acrescentar mais coisas, como por exemplo que é um ótimo fotógrafo e

um excelente comunicador”; e terminou afirmando “Helder Pacheco é o Historiador Oficial do Porto, ou melhor, oficioso, porque em Portugal, ao contrário de Espanha, as cidades não têm esse cargo. É o guardião das memórias do Porto”.

Depois, foi a vez do Prof. Helder Pacheco nos brindar com uns minutos, sempre poucos, da sua história e das suas histórias. Encerrou a sessão o Dr. Nuno Ortigão, Presidente da União de Freguesias. Paralelamente decorreu uma exposição documental organizada pelo Dr. Paulo Sá Machado.



Normas para apresentação de originais

0. O trabalho a submeter deve ser totalmente original e inédito e ter relevância e clareza de conteúdo.
1. Os artigos devem ser prioritariamente escritos em língua portuguesa, no entanto em casos pontuais poderão ser aceites artigos em inglês, francês e espanhol.
2. O original deve ser apresentado em formato Word e apesar de não haver um limite de páginas dos originais a submeter a publicação, recomenda-se que os artigos não excedam as 20 páginas A4 (incluindo resumos, quadros, figuras, tabelas, gráficos, notas de rodapé e referências).
3. A dimensão da folha deve ser A4 (21x29.7cm) com margens, superior, inferior e laterais de 2 cm.
4. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5.
5. O tipo de letra utilizado deve ser Times New Roman a 12 pt.
6. Deve juntar-se ao original um documento autónomo onde conste o título do artigo, o subtítulo, se existir, o nome e afiliação dos autores e endereço do autor para correspondência. Ao longo do manuscrito não deve constar qualquer informação identificativa dos autores.
7. Os artigos deverão conter na página inicial, nas línguas portuguesa e inglesa, a seguinte informação: título, resumo que não deverá exceder as 150 palavras e até 5 palavras-chave.
8. Os artigos deverão ter preferencialmente a seguinte estrutura: Introdução; Desenvolvimento; Conclusão; Referências bibliográficas.
9. As ilustrações – quadros, figuras, tabelas ou gráficos – deverão respeitar, no seu conteúdo e forma, o contexto e a temática que as justificam. Em caso de ser necessário legendas, inclui-las no final da publicação. Não esquecer a fonte/origem da ilustração. A indicação do local onde deverão ser colocadas deve constar no texto do artigo a vermelho. As Imagens devem ser em formato digital JPEG, GIF ou TIF e os Gráficos nos formatos originais de produção. Os direitos sobre as imagens introduzidas nos trabalhos são da responsabilidade exclusiva dos respetivos autores.
10. Os vocábulos estrangeiros deverão ser apresentados em itálico e não entre aspas, exceto quando se tratar de citações de textos.
11. As notas, em rodapé, devem ser sucintas e meramente esclarecedoras e não “um artigo dentro de outro artigo”.
12. As referências e citações bibliográficas, a apresentar igualmente em rodapé, devem obedecer ou à Norma Portuguesa 405, que podem ser consultadas no site da U. Minho:
(cf. <http://www.sdum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=317&lang=pt-PT>)
ou às normas APA, disponíveis no site dessa mesma Instituição:
(cf. <http://www.sdum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=313&lang=pt-PT>)

